

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
CIÊNCIAS DO MOVIMENTO HUMANO**

**JOGOS INTERMUNICIPAIS DO RIO GRANDE DO SUL: UMA  
ANÁLISE DO PROCESSO DE MUDANÇAS OCORRIDAS NO  
PERÍODO DE 1999 A 2002**

**FERNANDO BRUNO RIETH**

**PORTO ALEGRE**

Dezembro de 2005

**FERNANDO BRUNO RIETH**

**JOGOS INTERMUNICIPAIS DO RIO GRANDE DO SUL: UMA  
ANÁLISE DO PROCESSO DE MUDANÇAS OCORRIDAS NO  
PERÍODO DE 1999 A 2002**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências do Movimento Humano.

Orientador: Prof. Dr. Marco Paulo Stigger

**PORTO ALEGRE**

Dezembro de 2005

R563j Rieth, Fernando Bruno  
Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul : uma análise do processo de mudanças ocorridas no período de 1990 a 2002. / Fernando Bruno Rieth. – Porto Alegre : Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.  
165 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escola de Educação Física. Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, 2006.

1. : Políticas públicas. 2.. Campo esportivo 3. Esporte/Lazer. I. Título. II. Stigger, Marco Paulo, orientador.

CDU: 796:301

Catálogo elaborado por Cintia Cibele Ramos Fonseca CRB-10 / 1313

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a **Bruno Rieth e Helga Rieth**, meus pais, pela sabedoria com que educam e amam seus filhos, por não terem medido esforços para que seus filhos pudessem estudar e cujos exemplos de vida e alegria ensinaram-me a persistir na busca dos meus objetivos.

À **Júlia Rieth**, minha filha, grande responsável por eu estar acreditando que este momento pudesse se concretizar.

À **Ana Vaz Dias**, minha companheira, pela compreensão e pelo apoio fundamentais durante a realização deste trabalho.

## AGRADECIMENTOS

*O amor é eterno. Existem mensagens espirituais, porém elas durarão pouco. Existe o dom de falar em línguas estranhas, mas acabará logo. Existe o conhecimento, mas também terminará. Pois os nossos dons de conhecimento e as nossas mensagens espirituais são imperfeitos. Mas, quando vier o que é perfeito então o que é imperfeito desaparecerá. (1º Coríntios, cap. 13, vers. 8-10)*

Agradeço:

Aos meus irmãos Márcia, Ricardo e Cristiana pela confiança, amizade e amor que nos une.

Ao meu amigo e orientador, Marco Stigger, pelo interesse, pela confiança, pela dedicação e pelo apoio empreendido na tarefa de acompanhar-me durante este processo de formação acadêmica.

Ao amigo e colega Billy Graeff, pela incontestável parceria desde o momento em que nos conhecemos, assim como pelo apoio irrestrito, principalmente, nos momentos finais deste trabalho.

Aos amigos e colegas Ileana Wenez e Luis Eduardo Thomassin, que mesmo dividindo-se entre outras tantas atividades pessoais e profissionais auxiliaram-me neste momento.

Aos colegas do GESEF, que com muita atenção e interesse estiveram ao meu lado durante este aprendizado.

Ao PPGCMH da ESEF/UFRGS, que possibilitou-me realizar esta pesquisa em um espaço de formação acadêmica tão concorrido e disputado.

Aos professores do PPGCMH, que acompanharam-me durante este período de formação e aprendizado.

A secretaria do PPGCMH, em especial ao funcionário André L. C. dos Santos que na medida do possível sempre esteve atendendo às minhas solicitações.

Ao amigo Eduardo Pergher, pela força nos dias finais de conclusão deste trabalho.

Aos amigos Flávio Müller, Jarbas Araújo e Roberto D'allanhol, que mesmo com a dificuldade de não estarmos convivendo juntos com mais frequência, estiveram transmitindo-me esperança e confiança durante esta minha formação.

À Secretaria estadual da Educação do Rio Grande do Sul por ter-me possibilitado o afastamento das minhas atividades profissionais para que então eu pudesse concluir este curso.

Aos funcionários e coordenação do Centro de Memória do Esporte da ESEF/UFRGS pela disposição em sempre me atender.

À direção da Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul pela colaboração e disposição em atender as minhas solicitações.

E a DEUS, pela graça e proteção concedida durante toda a minha vida.

## RESUMO

Este estudo tem por objetivo compreender os Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul (JIRGS) a partir das relações de disputas e tensões ocorridas durante o processo de implementação desses jogos no período de 1999 a 2002. Ao assumir o governo do Rio Grande do Sul em 1999, a Frente Popular (FP) decidiu, conjuntamente com os municípios, alterar a concepção dos jogos. Nesse processo, os JIRGS, que tradicionalmente vinham sendo organizados em uma perspectiva competitiva, voltaram-se para uma concepção de evento mais participativa. Isso desencadeou uma série de tensionamentos em entidades/agentes interessados nos jogos, que, contrariados com as mudanças, perceberam diminuir seu protagonismo conquistado ao longo dos anos. A construção teórica configura-se na compreensão de que o Estado se constitui em um campo de lutas onde o que está em *jogo* é a conquista e conservação do poder adquirido a partir do acúmulo de um determinado capital social. Essa compreensão do Estado enquanto um espaço de disputas levou-me a escolher a teoria do campo, de Pierre Bourdieu, como opção de aprofundamento teórico. A escolha de documentos e entrevistas como instrumentos de coleta de dados deve-se, principalmente, ao fato de ambos os instrumentos se complementarem, ou seja, os documentos serviram de base para a localização dos possíveis protagonistas dos jogos, e as entrevistas contribuíram acrescentando informações e indicando outros colaboradores. A análise desses dados apontou a existência de dois cenários de disputas – externo e interno –, constituídos no entorno da gestão de esporte e lazer da FP, que resultaram nos espaços em que as disputas e embates ocorridos em razão da implementação dos JIRGS se desencadearam. Mesmo que misturadas e/ou conflitadas entre si, essas disputas nos dois cenários consistiram-se principalmente de diferentes compreensões da dimensão de política e de esporte existentes entre esses segmentos. Como resultado desses embates, a FP não resistiu às pressões no âmbito da nova proposta de jogos, e, em consequência disso, os jogos retornaram ao seu formato tradicional, ou seja, voltaram a ser realizados da forma como eram antes daquela administração.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Campo Esportivo e Esporte e Lazer

## RESUMEN:

Este estudio tiene por objetivo comprender los Juegos Intermunicipales de Rio Grande do Sul (JIRGS) a partir de las relaciones de disputas y tensiones sucedidas durante el proceso de implementación de esos juegos en el periodo de 1999 a 2002. Al asumir el gobierno de Rio Grande do Sul en 1999, la Frente Popular (FP) decidió, conjuntamente con los municipios, modificar la concepción de los juegos. En ese proceso, los JIRGS, que tradicionalmente venían siendo organizados en una perspectiva competitiva, se volvieron para una concepción del evento más participativo. Eso desencadenó una serie de tensionamientos en entidades/agentes interesados en los juegos, que, contrariados con los cambios, percibieron disminuir su protagonismo conquistado con el pasar de los años. La construcción teórica configurase en la comprensión de que el estado se constituye en un campo de luchas donde lo que está en juego es la conquista y la conservación del poder adquirido a partir del acumulo de un determinado capital social. Esa comprensión del estado como un espacio de disputas me llevo a escoger la teoria de campo, de Pierre Bourdieu, como opción de profundizar teóricamente. La elección de los documentos y entrevistas como instrumentos de colecta de datos se debe, principalmente, al hecho que ambos de los instrumentos se complementan, o sea, los documentos sirvieron de base para la localización de los posibles protagonistas de los juegos, y las entrevistas contribuyeron acrecentando informaciones e indicando otros colaboradores. La análisis de estes dados apuntó la existencia de dos escenarios de disputas – externo e interno- constituídos en el entorno de la gestión del deporte y de la Recreación del FP, que resultaron en los espacios en que las disputas y embates ocurridos en razón de la implementación de los JIRGS desencadenaron. Mismo que mezclados y/o conflictuados entre si, esas disputas en los dos escenarios consistieron principalmente en diferentes comprensiones de la dimension política y de deporte existentes entre esos segmentos. Como resultados de esos embates, la FP no resistió a las presiones en el ambito de la nueva propuesta de los juegos y, en consecuencia de eso, los juegos retornaron a su formato tradicional, o sea, volvieron a ser realizados de la forma como eran antes de aquella administración.

Palabras claves: Políticas Públicas. Campo. Deporte/Recreación.



## ABSTRACT

The objective of this study is to understand the intermunicipal Games of Rio Grande do Sul (JIRGS) from the relations of dispute and tensions that occurred during the implantation process of those games in the period from 1999 to 2002. Taking the command of the government of Rio Grande do Sul, in 1999, the Popular Front (PF) decided, along with the city councils, to give a new meaning to the conception of the games. In this process, the JIRGS, that were traditionally organized in a competitive perspective, turned to a more participative conception of event. That led to a series of tensions in entities/agents that were interested in the games that, not agreeing to the changes, saw their leading roles conquered along the years diminished. The theoretic construction is configured in the understanding of the fact that the State is constituted in a field of conflicts where what is at stake is the conquest and maintenance of the power acquired from the accumulation of determined social capital. This understanding of the State as a space of disputes led me to choose the field theory of Pierre Bourdieu as the option of theoretic deepening. The option of documents and interviews as tools of data collection is due to, mostly, the fact that both instruments complete each other, that is, the documents served as base to the location of possible protagonists of the games, and the interviews contributed adding information and indicating collaborators. The analysis of that data pointed to the existence of two dispute sets – external and internal ones – built around the administration of sport and leisure of the PF, that resulted on the spaces where the disputes on the implantation of the JIRGS took place. Even if mixed or conflicted among them, those disputes, in both sets, consisted mainly of different understandings of the dimensions of politic and sport of the two segments. As the result of those conflicts, the PF did not resist to the pressure on the scope of the new games proposition and consequently the games returned to their traditional format, that is, the way they were before that administration.

Key words: Public Politics, Sports area, Sports and leisure

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

1. JIRGS – Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul.
2. FP – Frente Popular.
3. RS – Rio Grande do Sul.
4. PT – Partido dos Trabalhadores.
5. PSB – Partido Socialista Brasileiro.
6. PCdoB – Partido Comunista do Brasil.
7. PCB – Partido Comunista Brasileiro.
8. PDT – Partido Democrático Brasileiro.
9. DESP – Departamento de Desportos.
10. SE – Secretaria da Educação.
11. FUNDERGS – Fundação Estadual de Esporte e Lazer.
12. OP-RS – Orçamento Participativo do Rio Grande do Sul.
13. PEDEL – Plano Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer.
14. CND – Conselho Nacional de Desportos.
15. JERGS – Jogos Escolares do Rio Grande do Sul.
16. DEERGS – Departamento de Esportes do Rio Grande do Sul.
17. CRD – Conselho Regional de Desportos.
18. FAMURS – Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul.
19. CEME – Centro de Memória do Esporte.
20. JARGS – Jogos Abertos do Rio Grande do Sul.
21. FADERS – Fundação de Apoio ao Deficiente do Rio Grande do Sul.

22. PPD's – Pessoas Portadoras de Deficiência.
23. ESEF – Escola Superior de Educação Física.
24. UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
25. DAER/RS – Departamento Autônomo de Estradas de Rodagens.
26. DO – Documento do Tipo Oficial.
27. DNO – Documento do Tipo Não Oficial.
28. DT – Documento do Tipo Técnico.
29. DNI – Documento do Tipo Não Impresso.
30. PUC – Pontifícia Universidade Católica
31. SESC – Serviço Social da Indústria.
32. ULBRA – Universidade Luterana do Brasil.
33. SNEL – Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer.
34. INDESP – Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto.
35. PMDB – Partido Trabalhista Brasileiro.
36. PTB – Partido Trabalhista Brasileiro.
37. POA – Porto Alegre.
38. SME – Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer de Porto Alegre.
39. SP – São Paulo
40. SEME – Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Recreação/São Paulo.
41. PPS – Partido Popular Socialista.
42. JASC – Jogos Abertos de Santa Catarina.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b><u>CAPÍTULO I.....</u></b>	<b><u>16</u></b>
1. PROBLEMATIZAÇÃO.....	16
1.1 INQUIETUDES PRELIMINARES.....	16
1.2 O PROJETO POLÍTICO DA FRENTE POPULAR.....	19
1.3 O CAMPO DO ESPORTE NO GOVERNO DA FRENTE POPULAR.....	23
1.4 O QUE SÃO OS JIRGS.....	26
1.5 A IMPLEMENTAÇÃO DOS JIRGS NO PERÍODO DE 1999 À 2002.....	31
1.6 CRISES E DISPUTAS NO GOVERNO DA FRENTE POPULAR: ALGUNS COMENTÁRIOS INICIAIS.....	37
1.7 OBJETIVO E QUESTÕES DE PESQUISA.....	40
<b><u>CAPÍTULO II .....</u></b>	<b><u>43</u></b>
2. DAS ESCOLHAS TEÓRICAS.....	43
2.1 O OLHAR A PARTIR DA ANÁLISE DA TEORIA DO CAMPO DE PIERRE BOURDIEU.....	44
2.1.1 O ESTADO ENQUANTO UM CAMPO DE DISPUTAS.....	54
<b><u>CAPÍTULO III.....</u></b>	<b><u>60</u></b>
3. DAS ESCOLHAS METODOLÓGICAS.....	60
3.1 DEFINIÇÕES DO ESTUDO.....	60
3.2 DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA.....	61
3.3 DAS ETAPAS DA INVESTIGAÇÃO.....	62
<b><u>CAPÍTULO IV.....</u></b>	<b><u>78</u></b>
4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	78
4.1 O CENÁRIO DAS DISPUTAS EXTERNAS.....	80
4.1.1 OS JIRGS NO CENÁRIO DAS DISPUTAS EXTERNAS.....	111
4.2 O CENÁRIO DAS DISPUTAS INTERNAS.....	122
4.2.1 OS JIRGS NO CENÁRIO DAS DISPUTAS INTERNAS.....	127
4.3 EPÍLOGO.....	133
<b><u>CAPÍTULO V.....</u></b>	<b><u>135</u></b>
5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PARA CONCLUIR.....	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	144
ANEXOS.....	150

## INTRODUÇÃO

Em 1998, os gaúchos acompanharam e participaram de um dos mais intensos e disputados processos eleitorais ocorridos no Rio Grande do Sul (RS) nestes últimos tempos. Estavam em disputa dois projetos políticos antagônicos que se diferenciavam, principalmente, por uma proposta de modelo de desenvolvimento econômico para o Estado. Foi com uma pequena diferença de votos, que o Partido dos Trabalhadores (PT), conjuntamente com outros partidos políticos, formaram a Frente Popular (FP) e venceram as eleições, assumindo o compromisso que, segundo seus proponentes, tinha por objetivo a implementação de políticas públicas que priorizassem a inclusão social e a participação popular. De acordo com o governo da FP, a eleição de eixos norteadores e diretrizes políticas, articuladas com todas as suas áreas de atuação institucional, permitiu a implementação de um princípio mais geral de sua gestão: o desenvolvimento econômico subordinado ao desenvolvimento social.

Foi na constituição deste governo, através da implementação de ações, programas e projetos, que localizamos o nosso objeto particular de pesquisa, ou seja, os Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul - JIRGS, os quais serão relatados, repercutidos e analisados a partir dos capítulos que se seguem.

Portanto, o primeiro capítulo deste projeto tem por objetivo relatar a história dos JIRGS, no período de 1999 a 2002, a partir do contexto político de um governo que anunciava um novo modelo de desenvolvimento econômico para o estado. No entendimento do governo recém instalado, este modelo deveria estar sustentado e equilibrado em uma matriz econômica que valorizasse e potencializasse as vocações regionais localizadas na cidade e no campo. Da mesma forma, este projeto de desenvolvimento elegeu como norteadores de suas políticas sociais três eixos de governo: a radicalização da democracia, a inversão de prioridades e a inclusão social. Serão em sintonia, com estes eixos norteadores de governo, que iremos relatar algumas ações e projetos implementados durante a sua gestão.

Outro propósito deste capítulo será transportar a análise destas políticas em sintonia com os eixos norteadores, para uma análise transversal e mais específica do

campo das políticas públicas, ou seja, para análise das políticas setoriais de esporte e lazer. Entre as ações implementadas por esta área, que segundo o governo, propunham uma relação mais direta e democrática com a comunidade esportiva, o projeto dos JIRGS, em particular, nos encaminha para uma análise mais aprofundada.

Portanto, o objetivo principal deste capítulo será relatar os JIRGS, a partir do envolvimento de seus protagonistas na construção dos jogos, da repercussão das propostas e mudanças, dos debates, dos tensionamentos e das disputas e lutas por interesses particulares. Para finalizar, este capítulo apresentará o objetivo deste estudo, assim como, as perguntas que conduzirão à investigação.

O segundo capítulo deste estudo constitui-se nas escolhas teóricas que deram sustentação para esta pesquisa. O conjunto de propostas que resultaram na realização das quatro edições dos JIRGS, e que por consequência, motivaram um constante debate e tensionamento por idéias e interesses próprios, conduziram-me a escolher a teoria do campo de Pierre Bourdieu como base teórica desta investigação. Este modelo de análise sociológica considera que toda a formação social está estruturada em uma série organizada de campos, que por sua vez são considerados espaços estruturados responsáveis por suas próprias leis de funcionamento, e também, por suas próprias relações de força, estabelecidas entre os agentes sociais que intervêm em determinado campo, bem como na posição que estes agentes ocupam em um determinado espaço de concorrência. Assim no interior de cada campo existem disputas, lutas e competições, onde seus agentes e instituições se colocam em posição de “domínio” – aqueles que defendem o monopólio procurando excluir a concorrência – e de “subordinação” – aqueles que tentam garantir o direito à participação. Desta forma, essas posições de concorrência pelo campo, definem a sua existência e a conquista de poder de seus ocupantes, a partir de sua situação atual e de seu potencial de autonomia, conquistados com diferentes espécies de capital específico, adquiridos como forma de prestígio dentro do campo.

Além da teoria do campo de Bourdieu mostrar-se adequada a análise da temática dos JIRGS – que apontou nas relações estabelecidas pelos protagonistas dos jogos, à existência de lutas e disputas por um determinado capital específico – este capítulo, também buscou subsidiar a análise e interpretação decorrente deste estudo, a

partir de uma breve descrição de conceitos e abordagens sobre uma determinada natureza do Estado.

O terceiro capítulo consistiu nas escolhas metodológicas que foram empregadas nesta pesquisa. A partir de uma investigação interpretativa com abordagem qualitativa, esta parte do estudo, além de apresentar os instrumentos utilizados – documentos e entrevista semi-estruturada – também, apresentou os caminhos percorridos durante o trabalho de campo. A justificativa na escolha dos *documentos e da entrevista semi-estruturada* como instrumentos de coleta de dados nesta investigação deve-se, principalmente, porque ambos instrumentos se complementam, ou seja, os documentos técnicos como artigos, relatórios, publicações, matérias em jornais, ofícios e textos elaborados durante a gestão do Departamento de Desportos / Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul - DESP/FUNDERGS serviram como base de informação para localização dos possíveis protagonistas dos jogos. Já as entrevistas realizadas com os dirigentes do DESP/FUNDERGS, com os gestores municipais e com os dirigentes das federações esportivas contribuíram acrescentando informações, revelando outros documentos e indicando outros colaboradores, permitindo assim, que estes documentos coletados e essas informações recebidas através das entrevistas auxiliassem na compreensão das relações existentes e constituídas nos jogos.

A tentativa de aprofundamento da descrição, interpretação e compreensão das questões que problematizaram este estudo foram desenvolvidas no quarto capítulo deste trabalho. A análise dos dados realizada a partir da coleta de documentos e das entrevistas serviu como suporte metodológico fundamental para concretizar este processo. Além disso, este capítulo constituiu-se na tarefa de interpretação dos dados, que por sua vez, possibilitou-me articular o referencial teórico analisado com os instrumentos metodológicos utilizado neste estudo, configurando-se em um processo de triangulação de informações.

Nas considerações finais descrevo entre outros aspectos os limites encontrados no percurso deste estudo. Além disto, apresento reflexões a respeito dos dados obtidos considerando as questões que problematizaram esta investigação, ou seja, parto do processo de triangulação e cruzamento das informações interpretadas ao longo do trabalho, para a consideração de descobertas significativas, no sentido destas poderem

contribuir com o processo de formulação de políticas públicas direcionadas ao cotidiano das práticas sociais.



## CAPÍTULO I

### 1. PROBLEMATIZAÇÃO

---

Este capítulo tem por objetivo apresentar as questões que problematizarão esta pesquisa. No entanto, para que fosse possível apontar indagações que me encaminhassem a essa investigação optei, antes de tudo, por realizar uma descrição detalhada do contexto em que o objeto central deste estudo se situa. Inicialmente, decidi compartilhar com todas as pessoas envolvidas neste processo acadêmico, um pouco das reflexões e inquietudes que me acompanharam durante esta caminhada. Passado este momento de introspecção, iniciei o processo descritivo, relatando de forma sintética, a trajetória política, econômica e social da FP durante a sua gestão no período de 1999 a 2002. Deste contexto, procurei estabelecer algumas relações transversais da política mais geral, com a política setorial de esporte e lazer implementada em igual período, e que por sua vez, conduziu-me ao objeto central deste estudo, materializado nos JIRGS. O capítulo encerra-se com a apresentação do objetivo e com as questões que constituíram o problema a ser investigado.

---

#### 1.1 INQUIETUDES PRELIMINARES

Gostaria de apresentar neste início de trabalho algumas das minhas reflexões, e porque não dizer, das minhas inquietudes ao ingressar nesta investigação. É possível imaginar que boa parte, senão a grande maioria dos pesquisadores, quando da possibilidade de iniciar um estudo empírico, defrontam-se com dificuldades, ou seja, são alimentadas algumas inquietudes preliminares. Portanto, como considero-me um

pesquisador, embora inexperiente, passei praticamente boa parte desta investigação em constante conflito acadêmico.

Sentir-me incapaz de realizar uma tarefa desta relevância conduzia-me a constantes momentos de introspecção. Será que tenho condições? Não será uma aventura para alguém considerado veterano no mundo acadêmico? Será possível conciliar a vida profissional com a acadêmica? Estas dúvidas pairaram e acompanharam-me durante um razoável período desde o meu ingresso, em 2003, no curso de mestrado. Talvez neste início, os meus primeiros instintos de persistência *bateram a minha porta*, o que de alguma forma ou outra foi suficiente para que eu desse prosseguimento ao meu objetivo principal: investir na carreira acadêmica.

Absorvendo energias positivas, aguçadas pela auto-estima que a vida acadêmica proporciona, passei a debruçar-me nas questões que me encaminhariam a decidir-me pelo meu tema de pesquisa. É oportuno registrar que na viagem acadêmica, iniciada desde o processo de seleção, até a perseguida aprovação à vaga no curso de mestrado, ultrapassaram-se algumas fronteiras de incertezas quanto à temática a ser definida. Isto ocorreu em função, principalmente, da contribuição oportuna do meu orientador, que demoveu-me da idéia de levar adiante a proposta inicial encaminhada no processo de seleção, que versava sobre a análise da política de esporte de rendimento implementada no RS pela FP no período de 1999 a 2002.

Na verdade não houve uma mudança radical de estudo, e sim decidiu-se que para uma pesquisa de mestrado, com um rigor maior de prazos, era importante fazer um recorte mais objetivo naquilo que se estava propondo inicialmente. Foi então que, após algumas conversas e reflexões, decidi em investigar os JIRGS, uma tradição de evento esportivo inventada na década de 60 no RS, e que até hoje, a cada ano, vem sendo realizada no estado.

Já a decisão de investigar os JIRGS, especificamente no período de 1999 a 2002, levou em consideração pelo menos três motivos principais e centrais: em primeiro lugar pelo contexto e valor histórico significativo em que este evento esportivo está inserido, ou seja, um projeto institucional presente no RS a pelo menos trinta e sete anos, e que apesar das constantes alternâncias de governos e partidos políticos no poder se perpétua ano a ano. Em segundo lugar, por ter se verificado que no governo

da FP foram protagonizadas uma série de mudanças que, de acordo com os seus proponentes, alteraram a forma de concepção dos jogos, que até então seguiam numa perspectiva padrão e tradicional de modelo de jogos competitivos. As conseqüências destas mudanças repercutiram em vários espaços e instâncias de decisão, gerando, por um lado, uma série de crises que contrariavam interesses, e por outro, revelavam disputas e tensões entre os agentes e órgãos envolvidos nos jogos.

Por fim, o terceiro motivo, não menos importante do que os anteriores, justifica-se através da minha experiência adquirida como integrante da equipe que gestou as políticas públicas de esporte e lazer do governo da FP no período referido anteriormente. Entre as funções desempenhadas por mim em praticamente todo o governo da FP, salienta-se, por exemplo, o envolvimento no planejamento e coordenação de ações, projetos e programas voltados ao desenvolvimento de políticas públicas dirigidas ao esporte de rendimento. Considero, também, que outras experiências profissionais adquiridas anteriormente foram importantes e, por sua vez, contribuíram na minha passagem pelo governo da FP auxiliando na implementação de políticas setoriais para o esporte e o lazer. Talvez o somatório destes aprendizados possam ter colaborado no desafio deste processo acadêmico, permitindo que sejam minimizadas ainda mais estas minhas inquietudes.

No entanto, a relação da minha experiência institucional adquirida no governo da FP com a escolha de meu objeto de investigação, sem dúvida nenhuma rendeu-me um trabalho muito maior do que eu poderia imaginar. Constatei esta dificuldade a partir do momento em que comecei a descrever e relatar o contexto da política desenvolvida pelo governo no período de 1999 a 2002 e percebi o quanto eu estava próximo daquele contexto, praticamente inserido nele. As histórias que eu contava sobre a referida experiência institucional continham uma versão dos fatos a partir de um *olhar de dentro*, um olhar de proximidade, e que vinha de alguma forma, descaracterizando o caráter de distanciamento que pressupõe uma investigação desta natureza.

Tenho a impressão que o momento em que estas dificuldades passaram a ser menos visíveis em meus discursos foi quando do processo de qualificação de meu projeto de pesquisa. Comecei a perceber com a ajuda de meu orientador e de alguns professores que vieram acompanhando-me nessa caminhada pedagógica que seria

fundamental para o êxito do trabalho que este olhar fosse visualizado a partir de um certo distanciamento, de um lugar onde as lentes pudessem visualizar o cenário do objeto em investigação sem ofuscar e/ou distorcer a interpretação dos dados.

Esta questão sem dúvida nenhuma constituiu-se numa das grandes inquietudes deste estudo. O rigor do afastamento foi sendo perseguido passo a passo. A própria inserção no campo veio de alguma forma disciplinar essa tendência de buscar um refúgio traiçoeiro. A coleta dos documentos e a eleição dos colaboradores que participaram desta pesquisa, e conseqüentemente a análise e interpretação destes dados, foram exercícios importantes na tarefa de posicionar-me a margem das crises, disputas e interesses ocorridos durante este processo, e que serão detalhadas a seguir. Portanto o desafio está colocado. Mãos a obra.

## **1.2 O PROJETO POLÍTICO DA FRENTE POPULAR**

Com a abertura política no Brasil e a perspectiva de democracia e liberdade de expressão, muitos movimentos organizados, como os partidos políticos e os sindicatos, começaram a se estruturar, promovendo uma grande disputa pelo poder político, econômico e social do país.

Nestes espaços de disputa pelo poder, os grupos e instituições estabelecem relações de conflitos, geradas principalmente pela busca de interesses próprios e muitas vezes dominadores. Esta luta por um determinado monopólio caminha paralelamente com as diferentes interpretações acerca do papel do Estado frente às necessidades da sociedade. Os tensionamentos aparentes, percebidos na agenda política brasileira, são identificados fundamentalmente, a partir da enorme concentração do poder e da gestão econômica, que resultam numa crescente fragmentação do social.

Os resultados destes conflitos e disputas, que em muitos casos são de natureza político-ideológica, puderam ser observados no RS, quando o Partido dos

Trabalhadores (PT) e um conjunto de partidos políticos formaram a FP<sup>1</sup> e governaram o estado do RS no período de 1999 a 2002. No intuito de implementar medidas que pudessem representar um impacto maior na política social do estado, o governo recém instalado propôs uma gestão descentralizada de programas sociais que pressupunha atender um dos principais objetivos do campo das políticas sociais: proporcionar uma dimensão de equilíbrio no imenso espaço das desigualdades sociais.

Estas alternativas de políticas públicas foram estabelecidas em sintonia com os três principais eixos gerais de governo: radicalização da democracia, inversão de prioridades e inclusão social<sup>2</sup>, os quais foram definidos como norteadores das políticas sociais, implementadas pela FP durante a sua gestão. Como responsável direto pela articulação destas políticas, Dutra<sup>3</sup> (2002, p. 11), entendia que para cumprir o programa e os compromissos de campanha, o seu governo precisava

[...], inovar radicalmente, inverter prioridades, voltar nossa atenção para aqueles setores desprezados pelas políticas neoliberais: os trabalhadores da cidade e do campo, os pequenos e médios produtores rurais e urbanos, as mulheres e as etnias discriminadas, os povos indígenas, os portadores de deficiência, os excluídos do progresso material e cultural.

Assim, o governo da FP entendia que elegendo como estratégico a aplicação destes eixos norteadores de suas políticas na execução de projetos e programas estaduais garantiria um maior controle social de suas ações.

---

<sup>1</sup> Além do PT a FP foi constituída pelos seguintes partidos políticos: Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Comunista Brasileiro (PCB). No segundo turno da eleição o Partido Democrático Brasileiro (PDT) apoiou a FP, sendo o fiel da balança na vitória das eleições de 1998. Por desentendimentos políticos, o PDT abandonou o governo a partir do segundo ano da administração da FP.

<sup>2</sup> Ver mais detalhes no documento “Programa de Governo da FP” produzido para a campanha de 1998.

<sup>3</sup> O processo eleitoral de 1998 foi considerado um dos mais disputados dos últimos anos. Com uma diferença muito pequena de votos, a chapa majoritária da FP composta por Olívio Dutra e Miguel Rosseto derrotou o candidato Antônio Britto, atual governador do estado, que buscava a sua reeleição.

Uma das formas utilizadas pelo governo para radicalizar a gestão democrática do estado foi através da implantação do Orçamento Participativo (OP-RS)<sup>4</sup>. Este instrumento de participação popular propunha transformar a relação entre o governo e a comunidade gaúcha através da participação direta, voluntária e universal da população.

No OP-RS, os cidadãos e cidadãs interessados debatiam e decidiam as políticas públicas e a utilização do orçamento estadual. No entender de Camini<sup>5</sup> (2002, p. 33), “este espaço de relação permanente e democrático do Estado com a comunidade é um rico exercício de cidadania”. A autora reforça que “isto permite aos cidadãos e cidadãs o controle da gestão pública sobre o Estado, assegurando seriedade e transparência na aplicação dos recursos públicos”.

No entendimento do governo da FP, outra política estratégica era a proteção das cadeias produtivas<sup>6</sup> da economia gaúcha, fortalecendo os micros, pequenos e médios empreendimentos econômicos, estimulando assim as atividades produtivas nas regiões menos desenvolvidas. Esse projeto de desenvolvimento econômico se contrapunha ao projeto implementado pelo governo Antônio Britto, que transformou o estado, segundo Pont (2000, p. 171),

[...], em um instrumento de transferência de renda para as grandes empresas, principalmente multinacionais (Souza Cruz, General Motors, Coca-cola, Ford) – seja através de incentivos e renúncias fiscais, seja através do repasse direto de recursos.

Nesta ação política de inversão de prioridades, a FP sustentava que para garantir a receita financeira do estado, era necessário acabar com o estímulo à

---

<sup>4</sup> O OP-RS era considerado pela FP como uma das ações mais importantes e estratégicas de seu governo. Era reconhecido como uma ferramenta fundamental tanto na distribuição dos recursos quanto na reconstrução financeira do estado, e tinha como princípios básicos a participação universal do cidadão, a discussão da totalidade do orçamento financeiro, a auto-regulamentação do processo e a prestação de contas à população. Ver mais detalhes no documento de Prestação de Contas do Governo do Rio Grande do Sul/1999.

<sup>5</sup> Lúcia Camini foi Secretária de Educação do governo da FP.

<sup>6</sup> Entre os setores da produção primária contemplada com políticas gerais ou específicas destacam-se as cadeias do leite e da carne, que respectivamente receberam incentivos públicos através do Programa

renúncia fiscal, como também, suspender as privatizações de estatais, alternativas criadas pelo governo anterior para atingir um equilíbrio mínimo das finanças públicas.

Na perspectiva da política de inclusão social, o governo da FP desenvolveu um conjunto de programas sociais prioritários, constituindo através da assistência social, redes públicas para o atendimento às crianças e aos adolescentes, idosos, migrantes, moradores de rua e portadores de deficiência. Entre os programas implementados destacou-se o “Família Cidadã”<sup>7</sup>. Construído de forma articulada entre as Secretarias estaduais do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, de Educação, de Saúde, de Coordenação e Planejamento, o programa era desenvolvido em conjunto com as Prefeituras Municipais e acompanhado pelos conselhos de Assistência Social, dos Direitos da Criança e Adolescentes e do Idoso. Além destas ações, projetos e programas implementados nesta gestão, outros tantos poderiam ser relatados e citados como exemplos de políticas públicas em que o governo acreditava serem políticas democráticas e populares.

Se por um lado, para a FP estas políticas sociais buscavam estabelecer sintonia com os eixos centrais de sua gestão, por outro, elas procuravam atingir transversalmente todas as áreas de atuação do próprio governo. No caso específico desta investigação, uma destas áreas em particular encaminha-me para uma análise mais aprofundada, ou seja, a área das políticas públicas de esporte e lazer. Portanto, na seqüência deste capítulo estarei descrevendo e problematizando esta política setorial, no contexto dos eixos norteadores, inserindo-as no universo de um campo<sup>8</sup> específico, ou seja, no universo particular do campo do esporte.

---

estadual do leite e do Agregar/RS Carnes. Ver mais detalhes na publicação editada pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul, *Uma obra com milhares de autores*, dez, 2002, p. 24.

<sup>7</sup> O programa visava garantir “uma melhor qualidade de vida às famílias gaúchas com renda *per capita* inferior a ½ salário mínimo, através da transferência de benefício monetário no valor médio mensal de R\$ 221,00 associado a garantia do acesso à rede básica de serviços públicos” (SOARES, 2002, p. 90).

<sup>8</sup> A teoria do campo é um modelo de análise sociológica proposto pelo pesquisador francês Pierre Bourdieu. O conceito, estrutura e a relação desta teoria com a pesquisa propriamente dita serão aprofundados no próximo capítulo.

### 1.3 O CAMPO DO ESPORTE NO GOVERNO DA FRENTE POPULAR

A área de promoção de políticas públicas de esporte e lazer do governo da FP foi conduzida por dois órgãos gestores - primeiramente o Departamento de Desportos - DESP<sup>9</sup> e posteriormente a Fundação Estadual de Esporte e Lazer - FUNDERGS<sup>10</sup>. Como diretriz norteadora das políticas setoriais desta área, o órgão gestor definia que, o esporte e o lazer

[...], como fenômenos culturais educativos, devem ser reconstituídos em seus significados e representações, para que possam transformar-se em referências de cidadania, visando resgatar o bem estar coletivo e promover a auto estima e felicidade, como valores universais. A redefinição dos ritos e símbolos, dentro de um conceito de políticas públicas que se pautem pela ética humanitária e pelo respeito à natureza, com vistas ao máximo desenvolvimento humano, deve dar prioridade ao reconhecimento da participação integrada ao esforço coletivo, em detrimento do desempenho individual e personalizado (Plano estadual de desenvolvimento do esporte e lazer - PEDEL, 2000, p. 5).

No ponto de vista da equipe do DESP, o RS não dispunha, até então, de uma política que valorizasse o papel do lazer para a população. Neste sentido, segundo o órgão gestor foram abertos canais de debate com a comunidade esportiva do RS onde apontavam-se iniciativas que avançassem na perspectiva e contemplação do lazer nas políticas públicas<sup>11</sup>.

A tarefa de estabelecer uma relação de sintonia entre a política setorial de esporte e lazer implementada no período de 1999 a 2002 e os eixos norteadores levou,

---

<sup>9</sup> O DESP, vinculado à Secretaria de Estado da Educação (SE) foi o órgão gestor que planejou, organizou e executou as políticas de esporte e de lazer no governo anterior.

<sup>10</sup> A FUNDERGS, criada no início de 2002 e vinculada à Secretaria de Estado do Turismo, Esporte e Lazer, conduziu o projeto de esporte e lazer até o final do governo.

<sup>11</sup> No entender do DESP, não havia no RS, até então, políticas públicas que contemplassem uma preocupação com o lazer. Neste sentido, o órgão gestor propôs a criação ou construção de um sistema estadual de esporte e lazer, que por sua vez, envolvesse a participação de toda a população na definição destas políticas.



inicialmente, em consideração à interpretação de alguns documentos<sup>12</sup>, produzidos pelo órgão gestor da referida área.

A interpretação preliminar destes documentos permitiu verificar que um dos objetivos do DESP/FUNDERGS era localizar entre os seus parceiros os principais protagonistas na interlocução de suas políticas. Este diagnóstico propunha considerar a diversidade étnica, cultural, racial, de recursos ambientais e turísticos como uma forma de identificar as demandas reprimidas de políticas públicas de esporte e lazer.

Como exemplos deste princípio de gestão democrática, o DESP/FUNDERGS realizou de forma descentralizada, seminários regionais e estaduais, pré-conferências, e por fim, em 2002, realizou em Porto Alegre a 1ª Conferência Estadual de Esporte e Lazer<sup>13</sup>. Para o órgão gestor, a garantia de espaços diretos e abertos:

[...], se caracteriza como um diferencial da forma pública de governar, pois permite a descentralização e o incentivo à participação direta de todo e qualquer cidadão e cidadã na elaboração de diretrizes para as políticas públicas da área, consolidando o compromisso público social da sociedade civil e do estado (PEDEL, 2000, 9).

Embora o DESP/FUNDERGS admita terem ocorrido dificuldades de natureza burocrática, de limitações estruturais e de falta de compreensão interna e externa a partir do próprio acúmulo cultural da sociedade, o órgão gestor acreditava ter sido satisfatório o processo de radicalização da democracia implementado nas suas ações de governo. Isto de alguma forma pôde ser verificado a partir do número significativo de listas de presença<sup>14</sup> de encontros e reuniões realizadas pelo DESP/FUNDERGS, e que segundo os seus dirigentes, eram através dos tensionamentos realizados nestes momentos, que o debate avançava na definição de políticas públicas para esporte e o lazer.

---

<sup>12</sup> Os documentos dos quais me refiro foram: programa de governo da FP de 1998, relatórios, prestações de contas, publicações, matérias em jornais e revistas entre outros.

<sup>13</sup> Ver Caderno de Sistematização da 1ª Conferência Estadual de Esporte e Lazer – Princípios, Diretrizes e Propostas, nov, 2002.

<sup>14</sup> Foram encontradas 14 listas de presenças de reuniões realizadas pelo DESP no ano de 1999. É importante ressaltar que estas reuniões referem-se apenas a preparação e implementação dos JIRGS.

No entender do DESP/FUNDERGS, inverter prioridades no campo das políticas públicas de esporte e lazer era deslegitimar os interesses da mídia, de governos e entidades de prática esportiva, que em geral adotam a lógica da cultura de massas, reverenciando ídolos em detrimento do crescimento da indústria do espetáculo esportivo. Por outro lado, era necessário para garantir um desempenho técnico com conquistas dos atletas e de equipes em competições esportivas nacionais e internacionais, um esforço conjunto do poder público com a iniciativa privada, garantindo o direito de cada um ao acesso as práticas esportivas. Nesse conceito de política pública apresentada acima, a equipe do DESP/FUNDERGS propunha valorizar e dar visibilidade para as manifestações de grupos culturais que não vinham tendo acesso às políticas setoriais de esporte e lazer até o presente momento.

A partir desta definição, a meta prioritária da política de inclusão social proposta pelo DESP/FUNDERGS era

[...], oportunizar o acesso ao Esporte e Lazer para todos os grupos sociais desfavorecidos, como, os moradores das periferias, principalmente os idosos, as mulheres, as crianças e adolescentes em situação de risco, as pessoas portadoras de deficiências, os apenados, os moradores de rua, os doentes mentais, as comunidades indígenas, as populações de origem afro-descendentes, enfim todos os grupos sociais marginalizados. Estamos provocando discussões amplas com vários órgãos do nosso governo, com diferentes administrações municipais, com entidades não governamentais e com representações dos movimentos organizados (PEDEL, 2000, p. 21).

Como exemplo de ações e projetos voltados para a inclusão social, o órgão gestor implementou as Olimpíadas Participativas<sup>15</sup>. Este evento que, segundo seus proponentes, buscava a integração através de atividades recreativas, esportivas e de lazer tinha como objetivo melhorar a qualidade de vida e resgatar a auto-estima de

---

<sup>15</sup> Realizadas anualmente desde 2000, as Olimpíadas Participativas foram promovidas junto aos municípios gaúchos através de prefeituras municipais, grupos organizados e entidades sociais. Ver projeto “Construindo as Olimpíadas Participativas: Outros 500”, jul, 2000. Da experiência desse projeto, também, foi elaborado um artigo denominado de “Olimpíadas Participativas dos Outros 500 – Uma construção coletiva”, que pode ser encontrado na Revista Motrivivência, ano XI, nº 14 – p. 175, maio/2000.

grupos historicamente excluídos da sociedade, entre eles as pessoas que cumprem pena de restrição à liberdade, portadores de deficiência, populações indígenas, idosos entre outros.

Ainda que de forma superficial, o relato apresentado até o momento teve como objetivo situar o leitor no contexto histórico da política proposta pelo governo da FP no período de sua gestão. Ao mesmo tempo, procurou-se relatar como este governo articulou os seus projetos de desenvolvimento político, econômico e social com seus eixos norteadores, onde os seus gestores defendiam a ampliação de canais de diálogo com sociedade, estimulando o trabalho das micro, pequenas e médias empresas como geradoras de emprego e renda, do fortalecimento da matriz produtiva do estado, e por fim, evitando políticas de assistencialismo, buscando garantir o acesso de todos à educação, saúde, segurança, habitação e assistência social.

Outro propósito deste relato foi inserir este contexto mais geral de projeto de desenvolvimento administrado pela FP com a política mais específica implementada no campo do esporte. Entre os projetos executados pelo DESP/FUNDERGS, um em particular encaminha-nos para uma análise<sup>16</sup> mais aprofundada: trata-se do projeto Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul – JIRGS – os quais passo a relatar.

#### **1.4 O QUE SÃO OS JIRGS?**

Ao analisarmos o artigo de Eric Hobsbawn intitulado “A Produção em Massa de Tradições: Europa, 1870 a 1914”<sup>17</sup> é possível identificarmos alguns elementos teóricos importantes que nos aproximam de uma compreensão mais clara da dimensão e tradição histórica dos JIRGS. Para o autor, o fenômeno da invenção das tradições surgiu “com frequência excepcional no período de 30 a 40 anos antes da I Guerra Mundial”(1984, 271). Hobsbawn acredita que não seja possível estabelecer

---

<sup>16</sup> Ver relatório geral 1999 – 2002 elaborado pela FUNDERGS.

comparações quantitativas de que o período de 1870 a 1914, na Europa, tenha sido caracterizado como o apogeu das tradições inventadas. No entanto, o autor admite que em muitos países, por várias circunstâncias, a prática da invenção das tradições acentuou-se, consideravelmente, como uma produção do Estado ou de movimentos sociais e políticos organizados.

Havia muitos interesses nesta época que motivavam o Estado a criar tradições, principalmente, interesses de natureza política, como por exemplo, a construção em massa de monumentos e estátuas de personalidades imperiais e monárquicas que se multiplicavam pela Europa no intuito de promover os seus regimes através destes símbolos nacionalistas. Outras tantas invenções foram criadas pelo Estado como bandeiras, hinos nacionais, uniformes militares, cerimônias públicas, eleições e datas comemorativas (1º de maio, dia de ação de graças e etc...).

Em uma das principais vertentes de nossa pesquisa, o esporte, Hobsbawn concentrou a sua investigação a partir do surgimento e da institucionalização do futebol. Para o autor,

[...], entre meados da década de 1870, no mínimo, e meados ou fins da década de 1880, o futebol adquiriu todas as características institucionais e rituais com as quais estamos familiarizados: o profissionalismo, a Confederação, a Taça, que leva anualmente em peregrinação os fiéis à capital para fazerem manifestações proletárias triunfantes, o público nos estádios todos os sábados para a partida do costume, os “torcedores” e sua cultura, a rivalidade ritual, normalmente entre facções de uma cidade ou conurbação industrial [...] (1984, 296).

Ainda na Europa, outras invenções esportivas foram sendo criadas, como por exemplo “a volta ciclística da França” em 1903 e o “Giro da Itália” em 1909. Além destes foram criados outros eventos e competições nacionais e internacionais, que por sua vez tiveram ainda maior projeção quando da retomada dos Jogos Olímpicos em 1896.

---

<sup>17</sup> Este artigo encontra-se na obra “A invenção das tradições” escrita, também, por Eric Hobsbawn em parceria com Terence Ranger.

E no Brasil, como foram institucionalizadas as invenções de tradições? Mesmo que a obra de Eric Hobsbawn não tenha tido este propósito e alcance, não é difícil de relacionar e identificar as tradições inventadas no Brasil, por intermédio do Estado e de movimentos sociais e políticos organizados. Guardadas as proporções do desenvolvimento histórico, político, social e econômico brasileiro, os símbolos nacionais inventados na Europa e ilustrados anteriormente, foram, também, criados no Brasil.

Uma destas tradições, que inclusive repercute de forma crítica e pulverizada em vários segmentos da sociedade brasileira, é o excesso de datas comemorativas (feriados nacionais e regionais) inventadas no Brasil, que segundo estes segmentos, atrapalham o desenvolvimento do país, criando uma imagem negativa para fora de seus limites geográficos.

Por conta de não nos distanciarmos de nosso objeto particular, os JIRGS, eu gostaria de avançar significativamente na cronologia histórica das tradições inventadas no campo do esporte, como também, transferir nosso interesse para a intervenção do Estado brasileiro nesta área, ou seja, a intervenção de uma política administrativa para o esporte e o lazer.

Possivelmente a década de 40 tenha representado um marco inicial na legalização e institucionalização do esporte e do lazer no Brasil. Ocorre que em 1941, o governo brasileiro editou o Decreto Lei 3.199<sup>18</sup> criando o Conselho Nacional de Desporto. Para Mezzadri (1996) muitas administrações públicas brasileiras quando da implementação de políticas para a área do esporte e do lazer continuam utilizando-se de alguns dos princípios do Decreto Lei 3.199/1941, ou seja, promovem e organizam jogos escolares, jogos da juventude, jogos militares e etc. Para o autor, estas atividades normalmente são “o grande carro chefe de qualquer Secretaria ou Departamento Municipal, Estadual e Federal de Esporte” (id, p. 116).

Não há dúvida que a análise anterior feita por Mezzadri perpetua-se nos dias atuais como uma das alternativas utilizada pelas administrações públicas na promoção de suas políticas no campo do esporte e do lazer, mesmo considerando que em termos

---

<sup>18</sup> Este decreto de lei datado de 14 de abril de 1941 tratou das bases da organização e regulamentação dos esportes, das confederações, das ligas, dos clubes, e já no artigo segundo, criava o Conselho Nacional de Desportos (CND), destinado a orientar, fiscalizar e incentivar a prática dos esportes em todo

de legislação, vigorem hoje no Brasil, outras normatizações para a referida área<sup>19</sup>. Pude verificar a partir da minha passagem pelo governo da FP e pela coleta de documentos e entrevistas realizadas ao longo desta pesquisa que a realidade da política de promoção de eventos<sup>20</sup> esportivos no RS, continua se perpetuando como uma das principais ações de governo para essa área.

No caso particular do nosso objeto de investigação, os JIRGS, não foi nem um pouco diferente. Ele seguiu os mesmos rituais de uma tradição inventada, como também, adotou os princípios e orientações presentes na legislação brasileira de 1941.

O projeto JIRGS<sup>21</sup> começou a ser discutido em 1965, a partir de uma proposta do titular do Departamento do Estado, Dr. Henrique Licht, durante o Seminário do Esporte Gaúcho, criando os Jogos Abertos do Interior do Rio Grande do Sul, semelhante aos jogos realizados em São Paulo. Em 1966 ocorreu o II Seminário do Esporte Gaúcho propondo a realização dos I Jogos Abertos do Rio Grande do Sul, simultaneamente com o III Seminário do Esporte Gaúcho em Caxias do Sul. No mesmo ano, em Porto Alegre a Assembléia Geral do Esporte Gaúcho, promovida pelo Departamento Estadual de Esportes do Rio Grande do Sul (DEERGS) e o Conselho Regional de Desportos (CRD), alteram a denominação para Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul. A partir de 1967 ocorre a 1ª edição dos JIRGS em Caxias do Sul, contando com a participação de 12 municípios em onze modalidades esportivas.

Entre os depoimentos concedidos pelos colaboradores ao longo desta pesquisa há unanimidade quanto a questão que resgata o processo histórico dos JIRGS: na década de 70 os jogos tiveram o seu maior esplendor. Os municípios preparavam suas equipes durante o ano inteiro a espera da realização dos jogos, havia muita festa e confraternização entre os participantes, culminando em uma excelente estrutura e

---

o território nacional. Além disso, a lei incentivava o desporto universitário, jogos das forças armadas e da juventude (Decreto Lei 3.199 de 14/04/1941).

<sup>19</sup> Refiro-me as mais recentes: Lei Federal nº 8676 de 06/07/93, Lei Federal nº 9.615 de 24/03/1998 e Lei Federal nº 9981 de 14/07/2000.

<sup>20</sup> A título de ilustração, nas duas últimas administrações estaduais foram criadas uma série de eventos esportivos no RS. A FP no seu período, além de reeditar os Jogos Escolares – JERGS, criou os Jogos Abertos – JARGS. Já a atual administração, manteve os JERGS, JIRGS e realizou apenas uma edição dos JARGS. No entanto vem implementando jogos denominados JIRGUINHOS até 14 anos e JIRGUINHOS até 16 anos.

organização dos jogos. O município de Porto Alegre iniciou a sua participação nos jogos a partir de 1993, quando a final estadual dos jogos foi realizada no município de Osório. Esta decisão foi tomada em um dos seminários do esporte realizado no ano de 1992, e que não teve concordância de muitos municípios, principalmente os do interior do estado, em razão da capital oferecer mais estrutura e um melhor nível técnico das equipes e atletas em relação à dos outros municípios. Os relatos nas entrevistas realizadas apontam que estes atletas e equipes que eram impedidos de participar em razão da exclusão de Porto Alegre nos jogos, competiam nos JIRGS por outros municípios antes de 1993.

Também em 1993, incorporaram-se aos JIRGS a Federação das Associações dos municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS) e posteriormente a mídia eletrônica, procurando oferecer maior divulgação ao evento. Alguns relatórios técnicos dos jogos consultados apontam que os JIRGS nos anos 90 apresentaram um declínio significativo na participação dos municípios nos jogos. No entanto, verificou-se através dos relatórios e das informações reveladas nas entrevistas, que a edição dos jogos de 1998, com a fase final realizada no município de São Leopoldo, foi gigantesca. A própria gestão estadual neste período denominava os JIRGS como a verdadeira “olimpíada gaúcha”.

Mesmo que este estudo não estabeleça como metodologia principal o processo de análise histórica dos JIRGS ao longo suas edições, gostaria de confidenciar que no transcorrer deste processo de pesquisa, não localizei nenhum trabalho, artigo ou texto acadêmico que desenvolvesse a temática da trajetória histórica dos JIRGS<sup>22</sup>. Não necessariamente desmentindo está minha constatação, encontrei no Centro de Memória do Esporte - CEME, uma pequena mostra das primeiras edições dos jogos, em formato de exposição, (principalmente recortes de jornais e fotos) organizada por um dos idealizadores dos JIRGS, Dr. Henrique Licht. Já a partir de 1999, o DESP/FUNDERGS apresentou o projeto JIRGS em seminários, congressos e

---

<sup>21</sup> Parte deste histórico dos JIRGS que descrevo a partir de agora, encontra-se no projeto JIRGS, 1999, p. 2. Outros dados e informações referidas nesta parte foram retiradas das entrevistas realizadas ao longo da pesquisa e do material consultado no acervo do Centro de Memória do Esporte – CEME.

<sup>22</sup> Esta constatação diz respeito apenas ao período anterior a 1999.

encontros científicos<sup>23</sup>. Esta exposição e os trabalhos publicados até então, resgatam uma pequena parte da história das quatro décadas dos JIRGS. No entanto, outras tantas memórias destes jogos estão espalhadas nas lembranças de muitos protagonistas que passaram por este evento, como por exemplo, aqueles que auxiliaram na revelação de informações através das entrevistas desta pesquisa.

Portanto, este trabalho vem de alguma forma recuperar um pouco desta memória dos JIRGS, resgatando algumas informações perdidas ao longo do tempo, na tentativa, também, de contribuir com futuros estudos que tratem desta temática.

### **1.5 A IMPLEMENTAÇÃO DOS JIRGS NO PERÍODO DE 1999 A 2002**

Para relacionar o relato dos JIRGS com as possíveis redes e conexões estabelecidas a partir das políticas mais gerais para as mais específicas implementadas pelo governo da FP, será imprescindível resgatar nos registros das fontes de documentação<sup>24</sup> consultadas até o momento, informações que nos auxiliem nesta relação.

Se para inovar radicalmente, a FP elegeu o OP-RS como uma de suas ações estratégicas mais importantes para atingir a participação da população, e se o DESP/FUNDERGS, atribuiu à 1ª Conferência Estadual de Esporte e Lazer, como um espaço de construção coletiva e democrática, nos JIRGS, a forma utilizada foi a realização de vários encontros e reuniões<sup>25</sup>, que tinham como propósito a construção coletiva dos jogos. Os registros das reuniões revelam que o DESP/FUNDERGS além

---

<sup>23</sup> Refiro-me a cinco trabalhos publicados em anais. Em 1999, “Jogos Intermunicipais do Estado do Rio Grande do Sul: construção da proposta de 1999”; Em 2002, “Jogos Intermunicipais do Estado do Rio Grande do Sul: jogos da participação popular”; Em 2004, “Os Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul no contexto das políticas públicas esporte e lazer no período de 1999 à 2002”; e “A implementação dos Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul no período de 1999 a 2002: Uma análise a partir da teoria do campo de Pierre Bourdieu”; E por fim, em 2005: “Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul: Uma análise do processo de mudanças ocorridas no período de 1999 a 2002”.

<sup>24</sup> Além dos documentos referidos em nota anterior, outros documentos como atas e registros de reuniões, relatórios dos jogos e das ações do DESP/FUNDERGS, matérias de jornais e revistas, folders, regulamentos dos jogos e outros foram consultados neste estudo.



de apresentar o projeto<sup>26</sup> aos gestores e instituições esportivas diretamente envolvidas dos jogos, oportunizava, também, a discussão e o debate em torno da proposta apresentada. Se por um lado os grupos envolvidos na organização dos JIRGS, conquistavam um importante espaço de debate e participação através das reuniões, por outro, as propostas, mudanças e alterações ocorridas por conta destas discussões, motivavam constantes tensionamentos e disputas.

Mas que tensões eram estas? Quais eram os conflitos causados por ocasião dos jogos? Que interesses motivavam estas disputas? Um dos desentendimentos atribuídos pelo DESP, foi no início de 1999, quando a coordenação dos jogos fez um levantamento das modalidades realizadas na edição dos JIRGS de 1998<sup>27</sup>. Do resultado deste levantamento foram excluídas as modalidades ginástica, tênis, patinação, vela, canoagem, remo e tiro. Os registros<sup>28</sup> do DESP indicavam que poucos municípios haviam participado destas modalidades no ano anterior, e que o custo financeiro<sup>29</sup> para incluir estas modalidades seria muito alto, podendo inclusive inviabilizar a realização dos jogos. Não convencidas destes argumentos, as federações esportivas das referidas modalidades questionaram a decisão do órgão gestor, atribuindo-a como discriminatória e excludente. O DESP sustentou a sua decisão, amparado principalmente na falta de recursos financeiros.

Outro tensionamento relatado nos registros das reuniões foi motivado pelos gestores dos municípios de pequeno porte participantes dos jogos. Havia entre eles um grande descontentamento pela participação de equipes e atletas profissionais com elevado nível técnico, que em muitos casos, eram contratados por municípios maiores para participar dos JIRGS. Os gestores elegavam ainda, que a diminuição da participação de seus municípios nos jogos, ocorria também pelos altos custos com transporte, alimentação e hospedagem, ocasionados pelo deslocamento das equipes e

---

<sup>25</sup> Os documentos consultados apontam que foram realizados uma série de reuniões e encontros principalmente com a presença dos gestores municipais.

<sup>26</sup> Ver detalhes no projeto dos JIRGS de 1999.

<sup>27</sup> Ver relatório dos JIRGS de 1998.

<sup>28</sup> Em 1999, o DESP realizou um levantamento a partir dos relatórios das últimas seis edições dos JIRGS, – 1993 a 1998 – e constatou que participaram dos jogos, em média, 188 municípios, dos 467 existentes no estado. Atualmente o RS conta com 496 municípios. Ver mais detalhes no relatório dos JIRGS de 1999.

dos atletas para competirem em outros municípios. Como contraponto, os registros<sup>30</sup> apontam que, a posição das federações era de que fosse resguardada a identidade histórica dos JIRGS, ou seja, que se garantisse a participação dos melhores atletas do RS, no que para estas entidades era um dos mais importantes eventos esportivos do estado. As federações salientavam a importância dos jogos serem ainda mais competitivos, e ressaltavam que o estado carecia de políticas voltadas para o esporte de rendimento<sup>31</sup>. Percebeu-se que estes questionamentos feitos por estas entidades esportivas, além de se relacionarem com a proposta de jogos apresentada, também atingiam direto a administração do DESP, que no início de sua gestão informou que suspenderia o projeto “Bolsas Olímpicas”<sup>32</sup>, idealizado pelo governo anterior. Além disso, o Diretor do DESP declarou a um jornal de circulação no estado<sup>33</sup>, que a sua gestão não priorizaria o uso de dinheiro público em demandas do esporte de rendimento. Estes tensionamentos agravaram-se, na medida em que estes segmentos esportivos percebiam que a construção dos JIRGS estava se caracterizando de forma diferente da qual eles estavam acostumados, ou seja, de forma coletiva e democrática, com a participação mais efetiva dos gestores municipais, principais promotores dos jogos em seus municípios e regiões.

---

<sup>29</sup> O custo para realização dos JIRGS em 1999 foi de R\$ 193.787,00. Mais detalhes no relatório de ações e projetos do DESP de 1999.

<sup>30</sup> Ver sínteses das reuniões preparatórias dos JIRGS de 1999.

<sup>31</sup> “O desporto de rendimento pode ser organizado e praticado: I – de modo profissional, caracterizado pela remuneração pactuada em contrato formal de trabalho entre o atleta maior de dezoito anos e a entidade de prática desportiva empregadora que o mantiver sob qualquer forma de vínculo; II – de modo não-profissional, compreendendo o desporto: a) semiprofissional, expresso em contrato próprio e específico de estágio, com atletas entre quatorze e dezoito anos de idade e pela existência de incentivos materiais que não caracterizem remuneração derivada de contrato de trabalho; b) amador, identificado pela liberdade de prática e pela existência de qualquer forma de remuneração ou de incentivos materiais para atletas de qualquer idade” (Decreto nº 2.574, cap. II, art. 3º de 29 de Abril de 1998). Em termos sociológicos, encontramos autores como Stigger (2001, p. 84) que interpretam o esporte de rendimento “como forma de expressar o esporte desenvolvido na sua forma institucionalizada e realizada no âmbito das federações esportivas, ou seja, o esporte hegemonicamente praticado e aquele que tem sua expressão em grandes eventos de caráter oficial, os quais têm grande visibilidade social: esporte oficial; esporte de alta competição; esporte espetáculo; esporte de competição; esporte formal”.

<sup>32</sup> O projeto bolsas olímpicas foi criado para atender atletas de alto rendimento que se destacavam em seus clubes e federações. Um dos critérios para concessão da bolsa era por índice técnico. O objetivo era estimular estes atletas a se prepararem para competições nacionais, internacionais e para as Olimpíadas de Sidney. Antes de ser suspenso pelo Governo da FP, 200 atletas recebiam o benefício. Ver mais detalhes no projeto Bolsas Olímpicas, 1998.

<sup>33</sup> Ver matéria veiculada no jornal Zero Hora de 29/01/1999, p. 72.

A polêmica dos jogos se acentuou quando em um dos encontros promovidos pelo DESP, para finalizar o regulamento da edição de 1999, foi deliberado que a participação de atletas federados nos JIRGS seria restritiva<sup>34</sup>. Esta decisão causou revolta entre as entidades esportivas do estado, repercutindo até mesmo em outros espaços de decisão do poder. Assim, foi na sessão ocorrida na Câmara Municipal de Porto Alegre, quando o Diretor do DESP ao apresentar as mudanças para a edição dos JIRGS 2000, foi indagado por um vereador que questionou se esta limitação da participação de atletas federados nos jogos não seria uma decisão discriminatória. A resposta do gestor do DESP foi que não, justificando que, “discriminação sempre tivemos contra atletas portadores de deficiência” (A voz do amador, jul, 2000, p. 2). A restrição na participação de atletas federados foi mantida pelo DESP/FUNDERGS nas três edições seguintes de sua gestão. Os registros apontam que a posição do DESP se manteve, visto que o órgão gestor se apoiava na decisão deliberada entre os municípios participantes das reuniões.

O projeto dos JIRGS 1999 contava, também, com um instrumento para estimular a participação dos municípios nos jogos. Tratava-se do índice de participação<sup>35</sup>. O objetivo deste instrumento era permitir a participação de mais municípios nas fases<sup>36</sup> seguintes dos jogos. Já na fase final, o índice de participação beneficiou os municípios classificados a partir do 9º lugar, acrescentando-lhes pontos para a classificação geral.

---

<sup>34</sup> “Não poderão participar dos JIRGS atletas federados (as) inclusive de outros estados, nascidos em anos anteriores a 1981, inclusive, e que participaram de competições oficiais em 1998 e estão participando em 1999 nas seguintes modalidades esportivas: basquetebol, futsal, handebol e voleibol. Os (As) demais atletas federados (as) nascidos (as) a partir de 1982 (17, 16, 15 anos, etc) poderão participar dos jogos pelo seu município de nascimento ou pelo município com o qual mantenha vínculo com o clube” (Regulamento dos JIRGS, cap. VII, art. 34, p. 18, 1999).

<sup>35</sup> De acordo com o projeto, este índice de participação previa o acúmulo de pontos aos municípios a partir de sua classificação em cada uma das modalidades. Uma das metas deste mecanismo era incentivar a participação dos municípios, mesmo para aqueles que se classificavam nas últimas posições. Além disso, procurava estimular a inscrição e participação de equipes com portadores de deficiência, pois os pontos acumulados eram computados no quadro geral de pontos do município. Ver mais detalhes no projeto JIRGS de 1999.

<sup>36</sup> Os JIRGS em 1999 e 2004 foi dividido nas fases municipais, microrregionais, regionais e final. Em 2000 e 2001 os jogos foram realizados em fase única.

O debate sobre a 31ª edição dos JIRGS prosseguiu com a realização de um seminário de avaliação<sup>37</sup>, que apontou uma série de propostas para a edição dos jogos em 2000. Das propostas discutidas no seminário, o DESP em 2000, apresentou um projeto com algumas mudanças que alteravam principalmente a estrutura dos jogos.

Uma das mudanças verificadas nos projetos de 2000 e 2001 foi a substituição da fase final, por 28 finais regionais<sup>38</sup>, onde eram conhecidos os municípios campeões dos jogos. O argumento do DESP ao propor a fase única regionalizada era incentivar os municípios a participarem dos jogos, visto que com a descentralização os municípios reduziram suas despesas consideravelmente. Outro motivo apontado pelo DESP, era o de acompanhar a definição do governo de adotar uma nova política de regionalização das ações e projetos no estado, baseadas na regionalização do OP-RS<sup>39</sup>.

Outra mudança implementada nas edições de 2000 e 2001, foi a inversão de prioridades na aplicação do recurso público nos jogos. Até a edição de 1999, o recurso financeiro disponibilizado para pagamento da arbitragem, material esportivo e premiação eram aplicados apenas na fase final. Com a regionalização dos jogos, os recursos foram distribuídos aos municípios-sede<sup>40</sup> dos jogos, proporcionando a muitos atletas, não vinculados a clubes e federações, a oportunidade de serem premiados com

---

<sup>37</sup> Do resultado deste seminário de avaliação realizado pelo DESP foram apontadas algumas propostas dos municípios para a edição dos jogos em 2000. Seguem algumas das propostas: muitas modalidades para serem realizadas em apenas três dias; poucos municípios no estado, exceção à Porto Alegre, possuíam estrutura e instalações esportivas para realização de um evento destas proporções; a maioria dos atletas participantes desembolsavam recursos financeiros próprios para participar dos jogos; falta de apoio e recursos financeiros dos municípios aos seus atletas para participarem dos jogos; má distribuição dos recursos financeiros aplicado pelo DESP nos jogos. os recursos eram destinados quase que na sua totalidade para a final do evento; ineficiência no controle e fiscalização dos atletas federados a partir do critério restritivo de participação nos jogos; (Seminário de avaliação dos JIRGS/1999)

<sup>38</sup> Diferentemente da edição de 1999, a fase única dos JIRGS 2000 utilizou como referência a distribuição geográfica das 22 regiões do Orçamento Participativo do Estado. Ver mais detalhes no folder da 32ª edição dos JIRGS.

<sup>39</sup> Segundo o Vice-Governador Miguel Rosseto “é necessário que façam parte de nossa pauta comum medidas que digam respeito à alteração da realidade encontrada, buscando uma organização do Estado completamente voltado para seu fim, qual seja, a melhoria da qualidade de vida do povo gaúcho. Isto significa a construção da melhor regionalização possível para a prestação dos serviços públicos” procurarmos novas formas de compreender a nossa organização administrativa, no intuito de iniciarmos imediatamente” [...] (Of. Circ. SGG-055, jan, 2000). Ver mais detalhes no projeto de regionalização dos municípios.

<sup>40</sup> Os municípios-sede dos jogos recebiam os recursos financeiros a partir convênios administrativos firmados com a SE. Ver mais detalhes no plano de execução técnica e financeira dos JIRGS/2000.

medalhas e troféus, de utilizarem material esportivo de boa qualidade e de disputarem competições com arbitragem qualificada.

A descentralização dos JIRGS, segundo seus proponentes, possibilitou também, que os municípios-sede responsáveis pela organização dos jogos recebessem do DESP um “kit” com material esportivo para ser utilizado nos jogos. Este material, após o encerramento dos jogos, permanecia nos municípios para implementação de projetos de esporte e lazer.

Outra alteração verificada no regulamento das edições descentralizadas<sup>41</sup> foi que cada região, através dos seus municípios, escolhesse entre as modalidades<sup>42</sup> definidas pelo projeto, uma de livre escolha, permitindo e oportunizando a realização de uma modalidade típica da cultura esportiva regional.

Como particularidade desta edição dos JIRGS, os municípios-sede foram orientados pelo DESP, a informarem todos os resultados das competições. Também, era atribuição destes municípios, elaborar um parecer em forma de avaliação, preferencialmente com a participação dos municípios que integraram o evento. Para garantir que as informações e resultados dos jogos retornassem ao DESP, os municípios-sede eram responsabilizados pela elaboração do relatório geral<sup>43</sup> de sua respectiva região.

A partir do cancelamento dos Jogos Abertos do RS (JARGS)<sup>44</sup> em 2002, a FUNDERGS promoveu alguns encontros com os municípios na tentativa de adequar as mudanças implementadas nos dois eventos realizados até então (JIRGS e JARGS) e, contemplá-las em uma só competição. Portanto, a 34ª edição dos JIRGS ocorreu com a mesma estrutura da edição de 1999, ou seja, a disputa dos jogos realizou-se em fases classificatórias, culminando em uma fase final, tendo como sede o município de Caxias

---

<sup>41</sup> Ver regulamento das edições dos JIRGS 2000 e 2001.

<sup>42</sup> As modalidades dos JIRGS 2000 foram as seguintes: atletismo, basquetebol, bocha, bolão, handebol, voleibol, vôlei de praia (duplas), xadrez e uma modalidade coletiva ou individual de livre escolha. O bolãozinho, mini-snooper, canastra, luta de braço, dança e rústica foram algumas das modalidades típicas escolhidas pelas regiões.

<sup>43</sup> Ver mais detalhes no plano de execução técnica e financeira dos JIRGS/2000.

<sup>44</sup> Os JARGS foram criados pelo DESP com o intuito de oferecer uma ação direcionada especificamente ao esporte de rendimento. De acordo com o órgão gestor o projeto tinha por objetivo atender a demanda de atletas federados excluídos do novo formato dos JIRGS. Os jogos ocorreram nos anos de 2000 e 2001. Mais detalhes, consultar o projeto da 1ª e 2ª edições dos jogos.

do Sul. As adaptações feitas no regulamento<sup>45</sup>, previam a disputa das modalidades coletivas em dois grupos: divisão A – federados e divisão B – não federados. Esta medida foi adotada para contemplar a participação dos atletas federados. Assim, os municípios que se inscrevessem nos jogos, tinham a possibilidade de participar com seus atletas tanto da divisão A, como da divisão B. Já as modalidades individuais, realizadas apenas na final dos JIRGS, não eram divididas, permitindo tanto a participação de atletas federados como de não federados.

Segundo o DESP/FUNDERGS, uma ação política de inclusão social que interagiu com os JIRGS nas quatro edições, foi a que permitia a participação das pessoas portadoras de deficiência<sup>46</sup> nos jogos. Os registros<sup>47</sup> destacam que o órgão gestor realizou encontros regulares com órgãos e entidades representativas deste segmento, com o propósito de elaborar o regulamento específico de cada um dos grupos de portadores: mentais, visuais, auditivos e físicos. Esta ação ainda possibilitou a articulação conjunta com a Fundação de Apoio ao Deficiente e ao Superdotado do Rio Grande do Sul – FADERS, que participou da preparação e organização dos jogos.

## **1.6 CRISES E DISPUTAS NO GOVERNO DA FRENTE POPULAR: ALGUNS COMENTÁRIOS INICIAIS**

As mudanças, alterações, disputas e tensionamentos relatados anteriormente, resultado da política pública de esporte e lazer implementada a partir das edições dos JIRGS de 1999 a 2002, encaminham-me para algumas reflexões preliminares. É possível perceber nos discursos, declarações e documentos elaborados pelos

---

<sup>45</sup> Ver detalhes no regulamento dos JIRGS de 2004.

<sup>46</sup> As pessoas portadoras de deficiência (PPD's) participaram pela primeira vez dos jogos na edição de 1999. As modalidades realizadas foram o atletismo (100, 200 e 400 metros rasos, salto em distância e arremesso de peso), basquetebol (somente para deficientes físicos), damas e xadrez (menos deficientes mentais), futsal (somente deficientes mentais e auditivos), golbol (somente deficientes visuais), natação (25, 50 e 100 metros livre) e tênis de mesa (menos deficientes visuais). Ver detalhes em Mandarinó, 2003.

<sup>47</sup> Ver relatório dos projetos e ações do DESP/1999.

integrantes do governo da FP e consultados ao longo da pesquisa, que o projeto de políticas públicas – das mais gerais as mais específicas – implementado no RS contrariavam interesses de vários segmentos da sociedade civil. Na ânsia de promover suas políticas de radicalização da democracia, de inversão de prioridades e de inclusão social, o governo Olívio Dutra acentuou muitas crises no relacionamento com várias instituições. No campo do esporte, espaço particular desta investigação, o governo da FP sinalizou com um projeto de políticas públicas que contava com significativas resistências programáticas, advindas de alguns setores organizados. Mas que interesses eram contrariados? Porque as crises ocorreram? Da onde partiam as tensões?

Preliminarmente, é possível diagnosticar que um dos ambientes ou espaços de conflitos e estranhamentos ocorridos no período de 1999 a 2002 foi constituído a partir das tensões externas estabelecidas entre o DESP/FUNDERGS e as instituições promotoras do esporte de rendimento, como por exemplo, as federações e os clubes esportivos. Talvez uma das razões mais significativas para o surgimento destas tensões ocorreu em 1999 quando da suspensão do repasse de recursos financeiros provenientes do já referido projeto *Bolsas Olímpicas*<sup>48</sup>. Para essas instituições o DESP/FUNDERGS não apresentou durante a sua gestão nenhum projeto alternativo que contemplasse uma política para o esporte de rendimento. Neste ambiente de contrariedades promovido por este grupo de instituições percebe-se nitidamente que nos seus discursos<sup>49</sup> proferidos - principalmente através das matérias veiculadas nos

---

<sup>48</sup> Complementando-se as informações já referidas em nota anterior, o DESP ao suspender o projeto de auxílio financeiro aos atletas, atribuía os seguintes motivos: que não haviam sido firmados contratos entre o DESP e atletas, que não haviam cadastro de bolsistas e existiam crianças e adolescentes recebendo bolsas sem o conhecimento dos pais. O diretor do Desp na época ainda declarou: “que as bolsas estavam beneficiando atletas que não precisam, como é o caso do cavaleiro André Johannpeter, que recebia bolsa de R\$ 2 mil enquanto crianças carentes ficavam sem nada. Ele afirmou que o programa não foi abandonado, mas está suspenso para que seja realizada uma reavaliação” (Jornal Correio do Povo, 12/03/99, p. 6).

<sup>49</sup> O dado curioso nesse cenário de interesses era de que muitos dos porta-vozes das federações e clubes esportivos eram parlamentares, principalmente vereadores de Porto Alegre. Um destes integrantes da câmara dos vereadores da capital gaúcha, o vereador João Bosco Vaz (PDT), criticou veementemente o titular da direção do DESP, referindo-se a ele como uma pessoa sem qualquer expressão nos meios esportivos estaduais, ou seja, sem currículo esportivo nem em sua terra natal. O vereador vai mais adiante, comentando que “aquilo que o Arataca [*gestor do DESP em 97 e 98*] e sua equipe fizeram com as mãos e a cabeça, com tanto empenho, estão destruindo com palavras”. O vereador concluiu dizendo: “só falar mal do antecessor não adianta: tem é que apresentar novos projetos” (Jornal Correio do Povo, 14/02/99, p. 6). O interessante nesta questão era de que pelo menos até o final

meios de comunicação da época - havia um melhor acolhimento e preferência pela política de esporte implementada pelo governo anterior ao da FP, mais precisamente no período de 1997 e 1998. Não foi difícil perceber ao longo desta investigação que esses tensionamentos ocorridos, principalmente no início da gestão da FP, repercutiram sobremaneira no processo de organização dos JIRGS.

Portanto, se os jogos ao longo de sua história vinham sendo conduzidos e organizados, de acordo com as federações esportivas, em uma perspectiva de crescimento técnico, porque um governo, entre tantos outros que o antecederam, interferiu na trajetória deste já consagrado evento esportivo? Ou ainda, se um dos objetivos dos JIRGS até então, consistia em estimular a busca de rendimento e performance esportiva, porque o governo da FP decidiu promover mudanças nesta concepção? Porque as federações e clubes esportivos do RS, principais promotores do esporte de rendimento, como também, principais interlocutores dos JIRGS até 1998, foram identificadas pelo governo da FP como simples coadjuvantes do processo de implementação dos jogos?

Com base nas informações e nos relatos feitos anteriormente, é possível pressupor que o DESP/FUNDERGS tenha encontrado várias razões para interferir nos JIRGS. Talvez uma das razões escolhidas pelo órgão gestor tenha sido, a partir da implementação dos jogos, estabelecer relações e sintonia com os três eixos norteadores, e conseqüentemente com a política geral do governo da FP.

Outros aspectos a serem observados nesta análise são às medidas adotadas pelo DESP/FUNDERGS para garantir espaços de discussão e debate na implementação dos JIRGS. Pelo relato verificamos que a intenção foi garantir que o projeto, antes de sua implementação, fosse apreciado e discutido principalmente pelos gestores municipais, eleitos pelo DESP/FUNDERGS como os grandes interlocutores dos JIRGS; ou seja, o órgão gestor entendia os jogos como, preferencialmente, de domínio dos municípios do RS. No entanto, observou-se a partir da coleta de dados que as federações e clubes esportivos, atletas e outros protagonistas dos jogos, também foram convidados para participarem do debate dos JIRGS. Podemos pressupor que os

---

do primeiro ano do governo Olívio Dutra o PDT integrava a FP, o que não impediu de que integrantes do referido partido fizessem oposição sistemática a política de esporte e lazer.



momentos proporcionados nas avaliações dos jogos, também indicaram um caminho para submeter o projeto a críticas e sugestões.

Outra análise observada, entre as mudanças ocorridas nos jogos, foi a da restrição na participação de atletas federados nos JIRGS. Mesmo que esta medida tenha gerado tensionamentos, principalmente por parte das federações e clubes esportivos, o DESP/FUNDERGS, entendia que, a possibilidade de atletas e equipes, desvinculadas dos *circuitos* formais dos clubes e federações esportivas, participarem de um evento menos celetista, configurava-se em uma política de inversão de prioridades.

Da mesma forma, o órgão gestor estabeleceu como diretriz política de inversão de prioridades, a descentralização dos JIRGS, que estabelecia entre outras coisas o repasse do recurso financeiro às regiões, co-responsabilizando-as na organização e execução dos jogos.

## **1.7 OBJETIVO E QUESTÕES DE PESQUISA**

Com pode ser percebido, através de alguns exemplos relatados nas páginas anteriores, tentei mostrar a partir de alguns elementos, estratégias que a FP utilizou ao implementar suas ações articuladas com seus eixos norteadores de governo. Percebi que estas mudanças criaram vários questionamentos na gestão política do governo e que envolviam vários aspectos, ou seja, interesses políticos, econômicos e sociais. Se por um lado a atuação do governo, ao propor políticas sociais de modo a inverter prioridades, agradava algumas pessoas e instituições, por outro, para alguns setores causava descontentamento. Analisamos também, que no campo das políticas públicas de esporte e lazer, em particular nos JIRGS, estas mudanças resultaram num ambiente de tensão e conflitos, gerados principalmente pelas diferentes concepções de esporte e de interesses próprios de cada grupo, estes grupos representados pelos gestores municipais (prefeito, secretários, técnicos e dirigentes), pelas federações e clubes esportivos, pelos atletas, pelos árbitros e outras pessoas envolvidas no processo.

Mas que questionamentos foram estes? Que tensões eram estas? Quais eram os interesses envolvidos nos JIRGS? Quais eram as divergências e convergências em torno dos jogos? O conjunto destas indagações desencadearam em uma série de outras questões, ou seja, partindo-se do pressuposto de que para a implementação de políticas públicas de um governo são necessárias interfaces e articulação conjunta entre todas as áreas de atuação institucional e os movimentos sociais organizados, pergunta-se:

- Como a política de esporte e lazer apresentada pelo DESP/FUNDERGS interagiu com este processo de construção social?
- Neste mesmo contexto, como os eixos norteadores do governo da FP interagiram com a política pública de esporte e lazer implementada no período de 1999 a 2002?
- Como os JIRGS interagiram com a política de esporte e lazer implementada no período de 1999 a 2002?

Considerando que o objetivo desta pesquisa é o de entender as relações, de “lutas” e “estratégias”, de “disputas” e “lucros” e de “interesses próprios”, ocorridas a partir da implementação dos JIRGS, no período de 1999 a 2002, pergunta-se:

- Que disputas eram essas e o que as motivava?
- Quem eram os protagonistas dessas disputas?
- Quais eram as concepções, os interesses e as estratégias dos protagonistas dessas disputas?
- O que resultou desses embates?

Portanto, a problematização desta pesquisa – que apontou nas relações estabelecidas pelos protagonistas dos JIRGS, à existência de lutas e disputas por um determinado capital específico – encaminhou-me a interpretar às obras de Pierre Bourdieu, em particular o modelo teórico dos campos, o qual será apresentado a seguir.

Além da análise sociológica proposta por Bourdieu representar um significativo alicerce na tentativa de compreender este cenário de crises e interesses na qual os JIRGS e todo o seu contexto estavam inseridos, outras incursões teóricas foram imprescindíveis na busca de melhor compreendermos estas disputas que se deram a partir da tentativa de modificá-lo. Neste sentido, esta investigação estará nos próximos capítulos, também, possibilitando uma aproximação a conceitos que estiveram muito

presentes nos discursos dos protagonistas dos jogos, ou seja, conceitos que tratam das múltiplas concepções de esporte, da democratização do acesso as decisões e do processo de participação nas diferentes manifestações de esporte e lazer.

## CAPÍTULO II

### 2. DAS ESCOLHAS TEÓRICAS

O universo “puro” da mais “pura” ciência é um campo social como outro qualquer, com suas relações de força e monopólios, suas lutas e estratégias, seus interesses e lucros, mas onde todas essas *invariantes* revestem formas específicas.

Pierre Bourdieu<sup>50</sup>

---

A construção teórica deste estudo configura-se na compreensão do Estado enquanto um campo de lutas onde o que está em *jogo* é a possibilidade da conquista e conservação do poder adquirido a partir do acúmulo de um determinado capital social. Esta compreensão do Estado enquanto um espaço de disputas levou-me a escolher a teoria do campo de Pierre Bourdieu como uma das opções teóricas para esta investigação. Nesse sentido, a escolha desta teoria como pressuposto teórico deste estudo não foi por acaso e nem representou uma escolha aleatória entre tantas outras possibilidades. Ocorre que estou levando em consideração que este modelo de análise sociológica proposta pelo autor, integra agentes sociais, estruturas e um sistema de disposições que estabelece um constante processo de relações de poder, de lutas e interesses por um capital político, científico, social, e em particular neste estudo, por um capital esportivo, materializado nos JIRGS.

---

---

<sup>50</sup> Grifo do autor, BOURDIEU (1983a, p. 122)

## 2.1 O OLHAR A PARTIR DA ANÁLISE DA TEORIA DO CAMPO DE PIERRE BOURDIEU

O conjunto das mudanças promovidas nos JIRGS, e que por sua vez, resultaram na realização das quatro edições dos jogos, no período de 1999 a 2002, além de determinarem um constante debate e tensionamento por idéias e interesses próprios, também, motivaram relações de disputas e lutas nos jogos – conduziram-me a escolher a teoria do campo de Pierre Bourdieu como base teórica desta investigação, isto porque, este modelo teórico envolve agentes sociais, estruturas e disposições num mesmo espaço, num mesmo campo de ação.

Iniciarei descrevendo a teoria do campo de Bourdieu<sup>51</sup>, considerando os aspectos estruturais de formação ou gênese, de homologia e funcionamento dos campos, das leis e propriedades, da estrutura do capital específico, e por fim das relações de lutas, disputas, monopólios, lucros e interesses presentes na estrutura do campo.

De acordo com este modelo teórico apresentado por Bourdieu (1983a), toda formação social está estruturada em uma série organizada de campos. Estes campos, por sua vez, são considerados espaços estruturados responsáveis por suas próprias leis de funcionamento e, também, por suas próprias relações de força, estabelecidas entre os agentes que intervêm em determinado campo e de acordo com a posição que eles ocupam neste espaço. Portanto, há uma grande diversidade de campos, que por sua vez, se estabelecem a partir de distintas formas de interesse, por exemplo: campo político, campo da educação, campo esportivo, entre outros. A condição de acesso a um determinado campo, onde vários interesses estão *em jogo*, é a crença do valor da sua continuidade.

---

<sup>51</sup> Na medida em que este tópico tem por objetivo descrever o modelo teórico do campo de Pierre Bourdieu, haverá no transcorrer desta descrição, referências freqüentes ao autor, ora através de citações textuais, ora através da interpretação da sua teoria. Em razão de estas referências terem sido retiradas de várias obras do autor, apresento algumas das mais utilizadas durante esta investigação: *O campo científico*, *O poder simbólico*, *Como é possível ser esportivo* e *La lógica de los campos*.

No entender de Bourdieu (1989), a crença que mantém um determinado campo em funcionamento – através das relações de disputa, dos códigos e linguagens que se estabelecem dentro de um jogo, dos sistemas simbólicos nele gerados – possibilitam um melhor entendimento de uma determinada gênese social.

Esta estrutura de campo corresponde à distribuição de capital específico - que é acumulado por ganância ou por mérito - adquiridos como forma de prestígio dentro do campo, sendo “resultado das lutas anteriores que se encontra objetivado nas instituições e nas disposições, e comanda as estratégias e as chances objetivas dos diferentes agentes ou instituições” (Bourdieu, 1983a , p. 133).

Para que se possa compreender com mais propriedade como este capital específico se estrutura dentro do seu respectivo campo, Bourdieu (id, p. 127), ao referir-se especificamente ao campo científico, define que

[...], a luta pela autoridade científica, espécie particular de capital social que assegura um poder sobre os mecanismos constitutivos do campo e que pode ser reconvertido em outras espécies de capital, deve o essencial de suas características ao fato de que os produtores tendem, quanto maior for a autonomia do campo, a só ter como possíveis clientes seus próprios concorrentes. Isto significa que num campo científico fortemente autônomo, um produtor particular só pode esperar o reconhecimento do valor de seus produtos (“reputação”, “prestígio”, “autoridade”, “competência”, etc) dos outros produtores que, sendo também seus concorrentes, são os menos inclinados a reconhecê-lo sem discussão ou exame.

Segundo Bourdieu, existe uma homologia de estrutura e funcionamento entre os vários campos da produção humana (campo da luta de classes, da religião, da política, da arte, do esporte) e a estrutura do espaço social. Para Bourdieu e Wacquant<sup>52</sup> (1995) esta gama de homologias entre um determinado campo e a estrutura do espaço social possui igualmente seus agentes dominantes e subordinados, suas disputas pela conservação do monopólio ou por estratégias de sucessão ou subversão, seus mecanismos de reprodução e etc... . Os autores concluem afirmando que “[...] cada uma destas características possuem, em cada campo, uma forma específica, irredutível

---

<sup>52</sup> Além de orientando de Bourdieu, Wacquant foi posteriormente seu colega e co-autor em diversos textos, sendo considerado um de seus principais herdeiros teóricos.

(uma homologia poderia definir-se como uma semelhança dentro da diferença)<sup>53</sup>(1995, p. 70-71).

No interior de cada campo existem formas de disputa, lutas e competições – mais ou menos desiguais, de acordo com o capital social – onde seus agentes se colocam em posição de “domínio” (mais antigos e com mais status) – aqueles que defendem o monopólio procurando excluir a concorrência - e de “subordinação” (novatos, grande parte ocupada por mais jovens) – aqueles que tentam garantir o direito à participação. Se por um lado, os agentes que detém o monopólio do capital acumulado buscam estratégias de manutenção da sua posição, por outro, os demais agentes, detentores de pouco capital, buscam estratégias de sucessão ou subversão (BOURDIEU, 1983 b).

Os agentes *dominantes* procuram a perpetuação da autoridade (ou da competência) específica, autoridade esta que reúne um conjunto de estruturas e instituições, responsáveis pela manutenção dos seus bens, produções e interesses específicos. Estes agentes tendem a admitir que a autoridade específica na qual seus investimentos estão colocados, e de cujos rendimentos se apropriam, é o que deve ser mantido e perpetuado, como estratégia para a manutenção do monopólio em cada campo específico. Referindo-se ao campo científico, o autor considera que este cenário de apropriação por um determinado campo enaltece ainda mais a filosofia espontânea da ciência, constituindo-se em uma tradição de que os mais *poderosos* são, também, os mais *competentes*.

Já os agentes *subordinados* procuram orientar-se, ora por estratégias de sucessão, a partir de promessas por rendimentos renunciados por aqueles que detém a posse pelo monopólio específico, ora por estratégias de subversão, que somente terão êxito rompendo com as regras que orientam a estrutura de dominação de um determinado campo.

A razão para haver no interior de cada campo específico a tendência de homogeneização das forças em disputa, enfraquecendo as estratégias de dominação e

---

<sup>53</sup> Tradução minha.

de subversão, está diretamente relacionada ao estabelecimento de paradigmas<sup>54</sup> não esgotados, ou seja, a migração de agentes que promovem grandes revoluções em um determinado campo, passam a ter interesse na produção de bens neste mesmo campo, juntando-se aos concorrentes que promovem pequenas revoluções, mas constantes.

Mas essas relações, - de força, lutas e estratégias, de interesses e lucros, de disputas pelo monopólio - presentes na estrutura do campo, constituem algo mais do que simplesmente um conjunto de palavras e expressões significativas no contexto da teoria. Analiticamente, o campo pode definir-se como uma rede ou uma configuração de relações objetivas entre posições adquiridas. Assim essas posições de concorrência pelo campo, definem a sua existência e a conquista de poder de seus ocupantes, agentes ou instituições, a partir de sua situação atual e de seu potencial de autonomia, conquistados com diferentes espécies de capital específico. Essas são algumas das relações objetivas que estabelecem uma forma de *jogo* dentro do campo, reforçada muitas vezes por posições de dominação, subordinação e homologia (BOURDIEU E WACQUANT, 1995).

Na tentativa de melhor interpretar este universo das relações de força estabelecidas nos mais diversos campos, será importante ressaltar que a conquista do monopólio da autoridade ou do monopólio da competência, - científica, religiosa, da alta costura, do esporte – aceita como pré-requisitos fundamentais, o poder social e a capacidade técnica, são compreendidos segundo Bourdieu,(1983a, p. 122-123) como a “capacidade de falar e agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), [...]”.

É importante destacar que o campo particulariza-se como um espaço de relações de poder e disputas, onde predomina uma distribuição desigual de direitos

---

<sup>54</sup> As revoluções científicas que se originam dos períodos de crise dão margem à discussão entre dois paradigmas incompatíveis (o novo e o antigo), nos quais cada grupo defenderá o seu paradigma, visando obter, por exemplo, (o paradigma novo) o consentimento da comunidade científica. O papel do paradigma é de ser um veículo para o desenvolvimento de teorias científicas. Ao adotarmos um paradigma, adotamos teorias, métodos e padrões científicos, que quando se alteram, modificam também critérios, problemas e soluções. Os paradigmas que não encontramos soluções são chamados de anomalias, assim todos paradigmas terão anomalias, e estas nem sempre serão motivos para o surgimento de uma crise. Ver mais detalhes em “A estrutura das revoluções científicas” de Thomaz Kuhn, 1997.



sociais<sup>55</sup> determinando o lugar, a posição e o *status* que este agente ocupa na sociedade.

Decorrentes de sua história particular de formação e apesar de suas especificidades, os campos possuem em sua estrutura e funcionamento o que Bourdieu denominou de leis invariantes, reveladas através da comparação entre os vários campos. O autor afirma, que ao se estabelecer analogias entre os campos, partindo-se da hipótese que eles são homólogos, apoia-se na intuição racional das homologias (ela própria alicerçada no conhecimento das leis invariantes dos campos), é um espantoso instrumento de construção do objeto. É ele que permite mergulharmos completamente na particularidade do caso estudado sem que nela nos afogemos (...) Este modo de pensamento realiza-se de maneira perfeitamente lógica pelo recurso do “método comparativo”, que permite pensar relacionalmente um caso particular constituído em caso particular do possível, tomando-se como base de apoio as homologias estruturais entre campos diferentes (BOURDIEU, 1989, p. 33).

Da denominação do campo, como um espaço estruturado de posições, e conseqüente, distribuição de capital específico, surgem leis ou propriedades gerais, que estabelecem normas de funcionamento invariável entre campos distintos, possibilitando o estudo e análise de um campo, considerando as incertezas e explicações de outros. Em outras palavras, um determinado campo pode avançar a partir do aprendizado das propriedades de outros campos distintos, como por exemplo: a partir do conhecimento do campo científico, pode-se encontrar elementos que auxiliem na compreensão do campo esportivo.

Estas leis de funcionamento definem, também, quem pode permanecer ou não no campo, e mais, quem pode a partir de sua posição emitir discursos próprios do

---

<sup>55</sup> Para definir “direitos sociais” utilizarei o conceito de cidadania abordado por Marshall, T. H. A autora divide o conceito em três partes: a primeira chamada de elemento civil “composta dos direitos necessários à liberdade individual como a liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé e etc...”; A segunda, denominada de elemento político “deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo”; e a terceira parte é o elemento social que “se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade” (1967, p. 63-64).

campo. No espaço das relações de disputa pela apropriação de capital específico de determinado campo, se estabelece a luta pela posse do poder simbólico.

O poder simbólico constitui um outro modelo de análise sociológica proposto por Bourdieu. Este modelo, fundamental para a compreensão teórica do campo, é explicado analógicamente por Bourdieu (1989, p. 7-8), como “uma espécie de ‘círculo’ cujo centro está em toda parte e em parte alguma”. Para o autor é possível o reconhecimento do poder quando “ele se deixa ver menos” e quando “ele é mais completamente ignorado”. Portanto, para Bourdieu o poder simbólico “é, com efeito, esse poder invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (id, p. 7-8). Assim as relações de disputa e poder estabelecidas dentro do campo ocorrem de forma irreconhecível, transfigurada e legitimada, ou seja, é o que se pretende desvelar neste estudo.

Outra forma de identificação do campo, passa pela definição de objetos e interesses específicos. Esta condição dependerá novamente da estrutura do campo, mais especificamente da estrutura de distribuição do capital específico. Mesmo entendendo que na prática esta estrutura de distribuição do capital específico dificilmente poderá ser alcançada, Bourdieu (1983a, p. 136), a partir da análise do campo científico, apresenta, teoricamente, uma possibilidade que pode variar entre dois limites: “de um lado, a situação de monopólio de capital específico de autoridade científica, de outro a situação de concorrência perfeita supondo a distribuição eqüitativa desse capital entre todos os concorrentes”. Assim como Bourdieu, Marchi Jr (2002, p. 93) reforça a idéia de que esta lei de distribuição de capital específico é menos visível na estrutura do campo. O autor acrescenta que esta propriedade,

[...], detecta que todas as pessoas envolvidas num campo têm em comum um certo número de interesses fundamentais, decorrendo uma cumplicidade subjacente aos antagonismos existentes no interior deste. Nesta perspectiva, os pressupostos constitutivos dos campos são aceitos (conscientemente ou não), dado ao fato de o agente social estar inserido ou inserindo-se no “jogo”. Os participantes das disputas garantem a reprodução do “jogo” e contribuem para a produção de valor no que está sendo disputado. Considera-se no estudo dessa

propriedade a existência da relação entre *habitus* e campo, que é orientada objetivamente em relação aos fins.

Para relacionarmos os conceitos teóricos de Bourdieu, abordados até o momento, e transportá-los para a análise do campo esportivo, será fundamental compreendermos como se constitui e funciona a relação estabelecida entre os agentes e instituições, vinculados direta ou indiretamente às práticas e consumos esportivos. O autor define o campo esportivo ou o campo das práticas esportivas como:

[...], o lugar que, entre outras coisas, disputam o monopólio de imposição da definição legítima da prática esportiva e da função legítima da atividade, amadorismo contra profissionalismo, esporte-prática contra esporte-espetáculo, esporte-distintivo – de elite – e esporte popular – de massa –etc (1983b, p. 142).

Um primeiro passo para esta constituição será visualizar o esporte no contexto e no conjunto das práticas esportivas, e não de forma isolada e independente. Bourdieu ressalta que, compreender o esporte passa pelo reconhecimento da posição que ele ocupa no espaço dos esportes. Para o autor, o esporte

[...], pode ser construído a partir de conjunto de indicadores, como, de um lado, a distribuição dos praticantes segundo sua posição no espaço social, a distribuição das diferentes federações, segundo o número de adeptos, sua riqueza, as características sociais dos dirigentes, etc., ou, de outro lado, o tipo de relação com o corpo que ele favorece ou exige, conforme implique um contato direto, um corpo-a-corpo, como a luta ou o rúgbi, ou, ao contrário, exclua qualquer contato, como o golfe, ou só o autorize por bola interposta, como o tênis, ou por intermédio de instrumentos, como a esgrima. (BOURDIEU, 1990, p. 208)

O passo seguinte será reconhecer este espaço esportivo como um espaço social inserido em sua realidade, tendo o entendimento que são destas relações que se

estabelecem as propriedades que determinam ao esporte o compartilhamento de interesses, gostos e estilos de vida de uma determinada classe social.

Se ao mesmo tempo em que Bourdieu enfatiza que, o sistema de agentes e instituições vinculados ao esporte, tende a funcionar como um campo, ele adverte para o cuidado de não se estabelecer uma relação direta entre o esporte e uma posição social. O autor segue ressaltando que o fenômeno esportivo não pode ser compreendido, considerando-se apenas o momento e o ambiente social onde está inserido, a partir de uma relação direta com as condições sócio-econômicas correspondentes. É na relação entre o espaço das práticas esportivas e o espaço das posições sociais “que se definem as propriedades pertinentes de cada prática esportiva” (BOURDIEU, 1989, p. 209).

Mas quando é que o esporte se constituiu em um campo de concorrência? Bourdieu, apoia-se na própria estrutura da história do esporte para responder esta questão. Para o autor,

[...], a história do esporte é uma história relativamente autônoma que, mesmo sendo articulada com os grandes acontecimentos da história econômica e política, tem seu próprio tempo, suas próprias leis de evolução, suas próprias crises, em suma, sua cronologia específica (BOURDIEU, 1983b, p.137).

A retomada de aspectos relevantes da história do esporte, a partir de suas transformações sistemáticas e de sua evolução constante, representará uma possibilidade ainda maior da compreensão e interpretação do modelo teórico do campo. Além disto, este resgate histórico do universo do esporte, permitirá uma análise mais consistente de como se estrutura progressivamente um sistema de agentes e instituições num determinado campo específico e quando este sistema de agentes e instituições começa a funcionar como um campo de concorrência.

Nos dias atuais, as relações de disputa e interesses pelo monopólio do esporte estão cada vez mais acentuadas. Para exemplificar, poderíamos citar as diferentes interpretações acerca do esporte, que abordam o fenômeno esportivo a partir de

perspectivas homogêneas ou heterogêneas<sup>56</sup>. Institucionalmente falando, o campo do esporte também pode ser visualizado de forma compartimentalizada. A legislação federal brasileira estabelece três tipos de manifestações esportivas: educacional, participação e rendimento<sup>57</sup>. Mesmo reconhecendo os limites<sup>58</sup> desta forma de classificação, é possível afirmar que cada uma destas manifestações pode ser vista como um espaço particular de atuação, vinculado a interesses específicos estabelecidos a partir da disputa pelo poder. As disputas, também são freqüentes entre as próprias classificações, assim como entre os próprios agentes envolvidos em cada uma delas, por exemplo: os “do rendimento” lutam pelo monopólio e pela conservação do seu próprio campo, os “da participação” por interesses próprios do seu campo específico e etc... . Em alguma medida isto aconteceu nos JIRGS, onde os agentes disputavam por um determinado capital específico, exercidos por posição de domínio ou subordinação.

Outro espaço característico de disputas e interesses no campo esportivo é o constituído pelas confederações e federações esportivas<sup>59</sup>. A movimentação de recursos financeiros expressivos, bem como o elevado prestígio político, são elementos responsáveis por constantes tensionamentos internos e externos nestas instituições. Nestas relações de disputas, ora elas são adversárias, ora são parceiras do Estado. Nas relações estabelecidas durante o governo da FP, DESP/FUNDERGS e federações esportivas demarcaram fortemente os seus espaços de domínio, as suas concepções antagônicas sobre o esporte e o lazer e seus interesses próprios pela manutenção ou não de determinada política para a referida área de atuação. Muitos dos discursos analisados durante esta investigação apontaram a existência de vários momentos de tensão e conflitos, tanto de natureza interna, como de natureza externa. Os desdobramentos destes ambientes e cenários de crises e disputas pela manutenção de um determinado monopólio esportivo serão desvelados nos próximos capítulos, assim como a compreensão das posições assumidas e adquiridas por cada um destes

---

<sup>56</sup> Esta análise pode ser encontrada em Stigger, 2002. O autor apresenta uma revisão bibliográfica acerca destas diferentes abordagens de esporte.

<sup>57</sup> Ver Lei Federal nº 9.615, cap. II, art. 2º.

<sup>58</sup> Sobre os limites, ver Stigger 2005, p. 74 a 77.

agentes a partir de um determinado interesse específico, em nosso caso particular, os JIRGS.

Em todos esses exemplos são identificados espaços de relação de disputas por um capital específico. Esta busca pelo capital científico, político, econômico entre outros, constitui os objetos de poder e lutas pelo monopólio de determinado campo. Assim quem domina um determinado campo está em uma posição privilegiada, ou seja, está assegurando o funcionamento do campo em seu benefício. Por outro lado, quem detém o monopólio de um determinado campo não está livre das tensões, que são resultantes dos protestos, das reivindicações e da resistência daqueles que estão subordinados neste espaço de disputa.

Com o intuito de inserir os conceitos e o modo de pensar e interpretar a teoria do campo de Bourdieu, no contexto das políticas públicas de esporte e lazer no período de 1999 a 2002, em particular no estudo dos JIRGS, procurei analisar a posição do campo esportivo em relação ao campo do poder, ou seja, procurei verificar as posições – de domínio ou subordinação - que ocupam cada um dos agentes e instituições envolvidas nestes campos.

Anteriormente, foi destacada a existência de uma homologia de estrutura e funcionamento entre os vários campos da produção humana. Assim, sendo homólogos, o campo esportivo e o campo político (mais especificamente o Estado), além de ajudar a entendê-los melhor, possibilitará uma maior compreensão das políticas públicas em esporte e lazer, uma vez que elas representam o espaço constitutivo da relação entre Estado e o sistema esportivo.

Ao submeter os conceitos e interpretações próprias deste modelo teórico do campo à análise dos JIRGS, procurei, também, compreender neste espaço de relações de disputa, qual posição ocupava este evento esportivo na estrutura e funcionamento de um determinado campo esportivo, como também, qual era a posição dos protagonistas dos jogos, imbuídos de interesses próprios, nas relações de disputa por um determinado capital político.

---

<sup>59</sup> Sendo consideradas respectivamente entidades nacionais e regionais de administração do esporte, estas instituições possuem uma organização e funcionamento autônomo, geralmente com fins lucrativos.

Procurando configurar as questões problematizadas no capítulo anterior, com a análise do modelo teórico do campo, onde apontou-se nas relações estabelecidas pelos protagonistas dos JIRGS, a existência de lutas e disputas por uma determinada autoridade específica, por um determinado monopólio específico e por um determinado capital específico. Isto me leva a perguntar:

- O que determinava as relações de disputa estabelecidas nos JIRGS?
- Quais eram as disputas que estavam em *jogo* na implementação dos JIRGS?

Considerando como protagonistas dos JIRGS, os gestores estaduais, os gestores municipais e as federações esportivas, de que forma se estabeleceram as relações de disputa entre eles por um determinado capital específico?

Na disputa pelo monopólio esportivo dos JIRGS, em que posição – de *dominante* ou *subordinado* – se colocavam os protagonistas dos jogos?

Se a tarefa de compreender os JIRGS, através de suas relações de força e monopólios, de suas lutas e estratégias e de seus interesses e lucros, me conduzem a identificá-lo com esta teoria, pergunta-se:

- Que disputas eram essas e o que as motivava?
- Quem eram os protagonistas dessas disputas?
- Quais eram as concepções, os interesses e as estratégias dos protagonistas dessas disputas?
- O que resultou desses embates?

Portanto, o modelo teórico proposto por Bourdieu, me conduzirá a interpretar os JIRGS, a partir das relações existentes e constituídas num determinado campo específico.

### **2.1.1 O ESTADO ENQUANTO UM CAMPO DE DISPUTAS**

Se a teoria do campo mostrou-se adequada para a compreensão dos JIRGS no contexto das mudanças ocorridas no período de 1999 a 2002, é essencial também, que o compreendamos a partir de uma determinada concepção de Estado. Portanto,

segundo Höfling (2001, p. 30), “para melhor compreensão e avaliação das políticas públicas sociais implementadas por um governo, é fundamental a compreensão da concepção de Estado e de política social que sustentam tais ações e programas de intervenção”.

Este tópico tem por objetivo apresentar de forma sintética algumas questões elucidativas sobre a natureza do Estado, visando subsidiar a análise e interpretação decorrente deste estudo. Procuo resgatar de alguma forma o entendimento de especialistas teóricos que tratam sobre a temática do Estado, particularmente autores clássicos como Antonio Gramsci e Nicos Poulantzas. Não com o intuito de trazer posições contraditórias, mas sim abordagens diferentes sobre esta temática, procurei resgatar alguns pontos de vista de teóricos e pensadores da sociologia e da política, como Karl Marx e Max Weber. Por fim, procuro desenvolver algumas noções que apontam as diferenças entre Estado e governo.

Parto do princípio de que a natureza do Estado não se constitui isoladamente, e sim, guarda estreita relação com a sociedade, ou seja, uma relação entre governantes e governados. Pois são exatamente nestas relações, estabelecidas entre estes agentes que surgem as crises, lutas e diferentes interesses. Essa relação dicotômica é sintetizada por Bobbio apud Borges (2000, p. 33) da seguinte forma:

[...]: Considerada a relação política como uma relação específica entre dois sujeitos, dos quais um tem o direito de comandar e o outro tem o dever de obedecer, o problema do Estado pode ser tratado prevalentemente do ponto de vista do governante ou do ponto de vista do governado: *ex parte principis ou ex parte populi*<sup>60</sup>.

A representação do Estado para Gramsci guarda uma relação estreita entre a aceitação da condição na qual se submetem os governados (as massas) e a imposição do governante (Estado) ao modo de produção capitalista. Ao interpretar Gramsci, Veronez (2005, p. 85) refere que esta aceitação “decorre do predomínio dos valores e normas da classe dominante, da ‘hegemonia’ que essa classe conquista na sociedade”.

---

<sup>60</sup> Grifo do autor



O autor acrescenta ainda, que “o Estado exerce um papel importante para que essa aceitação seja efetivada” e que para Gramsci, ele, o Estado, “se configura como um ‘aparato ideológico’ que confere legitimidade a essa hegemonia, sendo também parte dessa” (Veronez, p. 85).

Este *status* de legitimidade hegemônica conferida por Gramsci pode encontrar algumas clivagens no plano dos fundamentos teórico-conceituais atribuídos ao Estado. Para Borges (2000), compreender a natureza do Estado passa por dois momentos especiais: um que anuncia a sua compreensão não como única construção, mas diferentes bases analíticas ou alternativas metodológicas e o outro que se apodera dos elementos e funções do Estado na sua estrutura capitalista. No entender do autor, partir-se desta compreensão é importante, mas não suficiente. Falta ainda estabelecer o fator distintivo:

[...] o componente coercitivo. O monopólio da coerção designa a natureza do Estado. Noutras palavras, está a primazia, da coação ou do uso de violência física, o substrato do ente estatal – item que garante sua identidade e meios de diferenciá-los perante outras dimensões da ordem social. O caráter coercitivo manifesta-se nas funções policiais e militares; nas tarefas fiscais e de tributação; na legitimidade para emitir sanções e alocar recursos; nas funções de mantenedor da ordem administrativa; e nas decisões emergenciais de caráter geral (BORGES, 2000, p. 33-34).

Admitindo a centralidade da coerção no conceito do Estado, Borges (2000) acrescenta que para Marx e Weber<sup>61</sup> a definição do Estado passa pela capacidade monopólica do uso da força. A diferença nesta definição entre os teóricos é de que o primeiro compreende a coerção imposta pelo Estado a partir do conflito de classes, e o segundo, embora admita os mesmos elementos, preocupa-se em desvelar os fatores de legitimação do poder.

Na interpretação da obra de Gramsci feita por Veronez (2005, p. 87), há o entendimento de que “a contribuição de maior relevância ao pensamento marxista

---

<sup>61</sup> Referindo-se respectivamente aos autores, ver mais detalhes desta definição do Estado nas obras: *Introdução ao Marxismo e O Marxismo e o Estado*.

efetuada por Gramsci talvez seja sua forma de conceber a sociedade civil”. Para o autor ela não é considerada, como em Marx, um elemento da estrutura econômica, mas sim, ao lado do Estado, como um elemento superestrutural”. Veronez conclui dizendo, que em Gramsci o Estado encontra entre a “função hegemônica” e a sociedade civil um compartilhamento, estabelecido a partir do plano superestrutural:

[...], na obra de Gramsci há outras posições sobre essa questão, de acordo com alguns interlocutores. Em determinados momentos, o autor delega ao Estado apenas a função de coerção e à sociedade civil a de hegemonia, em uma clara distinção entre os dois planos superestruturais. Em outros, sociedade civil e estado se confundem. Nós acreditamos que se trate de análises que se referem a contextos diferenciados: por exemplo, a absorção do Estado pela sociedade civil é referência para a “sociedade regulada” (comunista) (VERONEZ, 2005, p. 87).

Com relação a esta breve síntese sobre o Estado, finalizo trazendo algumas posições conceituais de Nicos Poulantzas. Borges (2000, p. 35), ao abordar a obra de Poulantzas, “[...] indica a necessidade de se observar determinantes (elementos e funções) do Estado, tal como se materializa na forma capitalista, bem como se capacita no uso mais ou menos explícito do seu teor coercitivo”. Para chegar a essas determinantes, o autor refere que Poulantzas “deixou um roteiro para operarmos os ‘elementos’ e as ‘funções’ do Estado. ‘Autonomia relativa’ e ‘unidade política’ seriam elementos-chave do Estado capitalista, e, ‘acumulação’ e ‘legitimidade’, as funções”<sup>62</sup> (id, p. 35).

---

<sup>62</sup> Segundo o autor, para “a ‘autonomia relativa’ o poder político centralizado consegue manter a aparência de existir separado dos interesses em conflito na competição capitalista”. Já o outro elemento-chave “a unidade política” é um componente fundamental da ordem política no capitalismo, na medida em que permite a constituição e o funcionamento do poder institucionalizado”. “A função de ‘acumulação’ se faz no processo pelo qual parte do excedente econômico é convertida em novo capital, levando, desta forma, o conjunto da economia a aumentar sua capacidade produtiva”. Por fim, a ‘legitimidade’ “[...] consiste na função ideológica em cuja base repousa a crença de que tanto o Estado quanto a estrutura econômica da sociedade – ou, de maneira mais ampla, toda a sociedade – são movimentados por ações individuais, que não se agregam nem se manifestam enquanto grupo ou classe social” (Borges, 2000, p. 35-37).

Há um interesse premente de Poulantzas, que segundo Veronez (2005), é verificado quando as relações são estabelecidas entre o Estado e as classes sociais. Para o autor, este convívio se dá “[...] num patamar diferente e dependem do estágio de desenvolvimento capitalista” (id, p. 89).

Se em um determinado campo, conforme Bourdieu, existem relações de domínio e subordinação por um determinado capital específico, para Poulantzas (apud, Veronez, 2005), no campo político (mais especificamente o Estado), estas disputas por uma autonomia ou competência específica, consistem e estão presentes nas relações político-ideológicas (Estado) constituídas nas relações de produção (economia), e que por sua vez, exercem uma influência fundamental na sua reprodução. O autor conclui dizendo que “o processo de produção e de exploração é ao mesmo tempo processo de reprodução das relações de dominação/subordinação política e ideológica” (id, 25).

Anteriormente, Höfling (2001) referiu que para compreendermos melhor as políticas públicas de um determinado governo é essencial que a compreendamos a partir de uma concepção de Estado e de políticas sociais que sustentam determinadas ações de intervenção. Neste sentido, ao descrever algumas ações e projetos implementados pelo governo da FP, em particular o projeto dos JIRGS, observei a existência de um cenário de disputas entre os principais protagonistas dos jogos. Percebe-se com isto que um governo, mesmo tendo vencido as eleições e sendo a ele dado o poder de governar, não possuiu garantias de que não haverá resistências, tensões, conflitos e disputas no decorrer de sua administração.

No entanto, para que o Estado exerça suas funções coercitivas e/ou de manutenção das relações de produção, é preciso que o *poder* dentro dele seja exercido em cada momento, em cada conjuntura. Estas funções do Estado desempenhadas por determinado período exigem um esforço de análise. Neste sentido, Höfling (2001) sugere que se estabeleça uma diferenciação entre o Estado e governo. Para a autora:

[...], é possível se considerar Estado como o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo; e Governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade

civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período. Höfling (2001, p. 2)

Esta diferenciação proposta pela autora permite que se reflita a partir da configuração política estabelecida e exercida por governos como o da gestão Olívio Dutra no RS, ou seja, governos de esquerda ou das chamadas administrações populares, dispostos a implantar projetos políticos ditos contra-hegemônicos. A administração da FP no RS e outras experiências mais recentes, como a do próprio governo Lula, são exemplos de que a ocupação de espaços de governo não significa a ocupação do poder no Estado, pois como já foi destacado anteriormente, este se constitui de uma dada concepção e de instituições permanentes, limitando o poder de governo. Mas essa limitação não ocorre porque o poder do Estado estaria encoberto em suas estruturas estatais intocáveis, ao contrário, isso reafirma que o poder do Estado situa-se também fora dele, na sua relação com a sociedade civil.

Assim, é importante afirmar que o papel atribuído à teoria do campo não é a de explicar a natureza do Estado, mas sim em sua capacidade interpretativa de analisar o processo de disputas e de interesses que se expressam no que é entendido por Estado, seja em seu interior através de um mandato governamental, seja nas relações sociais que este mandato produz e que o cercam.

As políticas de um governo para uma área específica são, assim, objeto de disputas, tanto dos segmentos sociais diretamente atingidos, situados em posições sociais diversas e com relações próprias de interesses, quanto pelos setores e grupos de indivíduos que compõem o próprio governo, situados em diferentes estruturas internas de poder e até em perspectivas ideológicas diferenciadas.

Desta forma a FP no RS ao propor as suas políticas para a área do esporte e de lazer desencadeou um processo constante de disputas entre os segmentos envolvidos neste setor. Nestas políticas, os JIRGS representaram um objeto de disputa permanente, onde estava em jogo a conquista e/ou manutenção de um determinado capital específico.

## CAPÍTULO III

### 3 DAS ESCOLHAS METODOLÓGICAS

A tradição de investigação qualitativa, em ciências sociais, consiste essencialmente em estudar e em interagir com as pessoas em seu terreno, através da sua linguagem, sem recorrer a um distanciamento que levaria ao emprego de formas simbólicas estranhas ao seu meio.

Fernand Gauthier<sup>63</sup>

#### 3.1 DEFINIÇÕES DO ESTUDO

---

Neste capítulo, serão abordadas as escolhas metodológicas utilizadas nesta investigação para análise e compreensão de um objeto particular, materializado nos JIRGS. A partir de uma investigação interpretativa com abordagem qualitativa, esta parte do estudo, além de apresentar os instrumentos utilizados, também apresentará os caminhos percorridos durante o trabalho de campo.

---

O desafio de compreender as relações de força, de disputas e de interesses por um determinado capital específico, particularizado nos JIRGS, encaminhou-me a realizar uma investigação interpretativa, reconhecendo na abordagem qualitativa uma metodologia que se distancia do plano dos procedimentos ou técnicas e se aproxima do objeto de análise e de suas relações mais próximas da vida social (ERICKSON apud HÉBERT-LESSARD, 1994). Esse autor considera que, no contexto das várias abordagens qualitativas (observação participante, etnografia, estudo de casos, etc.), um relevante significado é conferido pelos *atores* nas suas ações de pesquisa – significado que resulta de um processo de interpretação com desempenho fundamental na vida

social. Segundo esse mesmo autor, isso é o que qualifica as investigações interpretativas, pois estas levam em consideração uma dimensão na delimitação do objeto em estudo.

O período de 1999 a 2002 constituiu-se na dimensão temporal escolhida para melhor delimitar esta investigação. Tanto na análise do projeto JIRGS enquanto *uma* das políticas públicas de esporte e lazer no RS, quanto na delimitação de apenas quatro edições dos jogos<sup>64</sup>, teve-se a preocupação de não descontextualizar o projeto e de analisá-lo no encadeamento das políticas de esporte e lazer e do Estado como um todo.

Essas escolhas e a estratégia metodológica conduziram-me a uma investigação baseada na utilização de documentos e de entrevistas, sendo estes instrumentos e suportes metodológicos fundamentais na tentativa de buscar respostas às questões problematizadas neste estudo.

### 3.2 DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA

A escolha dos *documentos* e da *entrevista semi-estruturada* como instrumentos de coleta de dados nesta investigação deve-se, principalmente, ao fato de que ambos os instrumentos se complementam, ou seja, os documentos técnicos, como artigos, relatórios, ofícios e textos elaborados durante a gestão do DESP/FUNDERGS, serviram como base de informação para a localização dos possíveis protagonistas dos jogos, além de oferecerem elementos para a compreensão do contexto em estudo. Já as entrevistas contribuíram acrescentando informações, revelando outros documentos e indicando outros colaboradores.

---

<sup>63</sup> GAUTHIER apud HÉBERT-LESSARD (1994, p. 47).

<sup>64</sup> É importante reiterar que a escolha das quatro edições dos JIRGS implementadas pela FP no período de 1999 a 2002 não ocorreu por acaso. O motivo principal para análise desse período foi a grande repercussão dos JIRGS, com uma série de mudanças na própria concepção dos jogos promovendo um cenário de tensões, crises e disputas entre seus principais protagonistas.

### **3.3 DAS ETAPAS DA INVESTIGAÇÃO**

Segundo Lüdke e André (1986), a primeira fase de uma investigação ocorre a partir da definição do problema e da escolha do local para estudo. São momentos em que se realizam as primeiras observações, com o objetivo de reunir um maior número de dados e informações sobre o objeto em estudo e de escolher os aspectos que serão relevantes para a realização da pesquisa. Essa fase possibilita a elaboração de uma série de questionamentos, que podem ser alterados à medida que outros dados vão sendo coletados. Os autores acrescentam que o processo metodológico de um estudo qualitativo passa por três etapas principais: exploração, decisão e descoberta.

Se, inicialmente, havia-se elegido como instrumentos metodológicos os documentos e as entrevistas, era importante, então, que fosse indicada uma ordem ou estratégia de trabalho de campo. Para esta investigação e sua inserção no campo de trabalho, foram levadas em consideração as seguintes etapas:

- Primeira etapa: apresentação e inserção nos locais da pesquisa;
- Segunda etapa: busca de documentos, análise preliminar dos dados (também com o objetivo de selecionar colaboradores), seleção de colaboradores;
- Terceira etapa: realização de entrevistas;
- Quarta etapa: análise e interpretação dos dados.

#### **PRIMEIRA ETAPA: APRESENTAÇÃO E INSERÇÃO NOS LOCAIS DA PESQUISA**

No entender de Bogdan e Biklen (1994), o processo de inserção no campo de trabalho deve ser realizado de forma cautelosa e discreta. Recomendam os autores que haja, nesse processo, alguém que apresente o pesquisador aos colaboradores do estudo.

Reconhecendo a necessidade de formalizar e oficializar meu ingresso no espaço administrado pela FUNDERGS<sup>65</sup>, meu orientador solicitou uma audiência com o diretor presidente da referida fundação no sentido de apresentar-me à instituição e de buscar junto a ela o consentimento para que eu iniciasse o trabalho de campo. Nessa reunião, houve o encaminhamento de conversarmos com o responsável pela direção técnica da fundação para que então pudessemos obter autorização definitiva para iniciarmos o processo de coleta dos documentos. A autorização foi concedida sem dificuldades, apenas foi solicitado que eu agendasse as visitas com antecedência, uma vez que as chaves necessitariam ser reservadas e que um funcionário precisaria ser disponibilizado para me acompanhar aos locais onde os documentos estavam guardados.

Já em relação ao meu ingresso no CEME/ Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - ESEF-UFRGS<sup>66</sup>, foi encaminhado um documento<sup>67</sup> à coordenação solicitando a realização de algumas visitas ao acervo com o propósito de localizar registros importantes para o estudo.

## **SEGUNDA ETAPA: BUSCA DE DOCUMENTOS, ANÁLISE PRELIMINAR DOS DADOS E SELEÇÃO DOS COLABORADORES**

Os documentos constituem um importante papel na pesquisa social. Segundo Gil (1999, p. 160), “muitos dados importantes na pesquisa social provêm de fontes de ‘papel’: arquivos históricos, registros estatísticos, diários, biografias, jornais, revistas etc...”. Os documentos são considerados uma fonte “natural” de informações, de onde

---

<sup>65</sup> Eu tinha clareza, também, que esses encontros formais de apresentação permitiriam uma maior tranquilidade no meu trabalho de campo, uma vez que não descartava a possibilidade de poder existir uma certa resistência, principalmente por saberem de minha passagem pela FUNDERGS na gestão da FP. A sede administrativa da FUNDERGS localiza-se no município de Porto Alegre/RS, onde divide seu espaço físico com algumas sedes de federações e entidades esportivas, com um grande complexo esportivo (pista atlética, ginásios de esportes) e com uma escola da rede pública de ensino do RS. Atualmente, em razão de reformas no seu prédio administrativo, a FUNDERGS mudou-se provisoriamente para o prédio do Departamento Autônomo de Estradas e Rodagens – DAER/RS.

<sup>66</sup> O CEME possui a sua sede administrativa junto ao campus da Escola de Educação Física da UFRGS e foi um outro local onde busquei informações.



podem ser retiradas evidências importantes que sustentem as afirmações do pesquisador. Os documentos podem também sinalizar alguns problemas que necessitem ser melhor explorados com outras técnicas metodológicas ou até com a complementação de informações já obtidas (LÜDKE E ANDRÉ, 1986).

No caso específico deste estudo sobre os JIRGS, as fontes de materiais escritos privilegiaram documentos produzidos e publicados no período de 1999 a 2002, bem como relatórios, projetos, atas e registros de reuniões, regulamentos, pareceres, ofícios, material audiovisual, folders, cartazes, etc.<sup>68</sup> A utilização da análise de documentos como método de coleta de dados nesta pesquisa deve-se ao fato de ser uma técnica importante no contexto de dados qualitativos, seja pelo suporte e complementação às informações resultantes das entrevistas, seja pela possibilidade de revelar novas informações referentes à investigação.

É importante ressaltar que a análise de documentos reúne uma série de vantagens na pesquisa de campo. Para Lüdke e André (1986), entre as vantagens mais importantes, destacam-se as seguintes: os documentos constituem uma fonte rica de dados, geralmente representam baixo custo e suas informações podem servir como sustentação de afirmações do pesquisador.

A coleta de documentos iniciou em outubro de 2004, primeiramente na FUNDERGS<sup>69</sup>, quando procurei localizar os documentos nos espaços onde estavam armazenados. O trabalho de triagem dos documentos foi realizado predominantemente em duas salas pequenas, separadas por um corredor e anexas a um prédio onde funciona uma escola da rede pública de ensino do RS. As dificuldades mais críticas, que demandaram um tempo acima do previsto,<sup>70</sup> foram ocasionadas pelas péssimas condições de trabalho, visto que todo material recolhido pela atual gestão se encontrava precariamente armazenado nesses espaços. As salas apresentavam uma

---

<sup>67</sup> Ver cópia do documento encaminhado ao CEME no Anexo 1.

<sup>68</sup> Ver no item “Coleta de documentos” quadro com a lista completa dos documentos utilizados na pesquisa.

<sup>69</sup> Agradeço aos professores Luís C. Giacomini e Edgar Mourer, respectivamente diretor presidente e diretor técnico da FUNDERGS por terem gentilmente autorizado o meu ingresso aos locais onde se encontravam os documentos utilizados nesta pesquisa.

<sup>70</sup> Inicialmente, eu tinha previsto, no cronograma da pesquisa, que a coleta de documentos absorveria em torno de dois meses. Por conta das circunstâncias inesperadas, o trabalho total realizado na

série de problemas, como falta de ventilação, iluminação insuficiente, umidade e possibilidades mínimas de uma pessoa permanecer por muito tempo nelas, dada a forte concentração de mofo e outras impurezas. Em razão do grande acúmulo de pó nas salas, fui obrigado a utilizar uma máscara especial durante todo o processo de garimpagem dos documentos. Algumas das visitas foram realizadas com ausência total de energia elétrica, o que me levou, muitas vezes, a ficar no corredor para poder separar e coletar documentos.

Com o argumento apresentado aos responsáveis pela direção da FUNDERGS de que as salas onde os documentos estavam localizados não ofereciam as mínimas condições de trabalho, eles consentiram que o material selecionado fosse transferido para minha residência, desde que retornassem ao local de origem ao final da pesquisa, aspecto que muito facilitou meu trabalho. A partir da separação e coleta dos documentos na FUNDERGS, observaram-se outras questões que resultaram numa demanda maior de tempo. Foram encontrados muitos documentos elaborados por governos anteriores misturados com os documentos elaborados no período de 1999 a 2002. Foram encontrados, também, durante o processo de triagem de material, muitos documentos sem a mínima condição de aproveitamento, visto o seu estado de decomposição, ocasionado pelo péssimo armazenamento.

Com a finalidade de complementar a coleta e o levantamento dos documentos, fui informado pela coordenação do CEME<sup>71</sup> que uma grande quantidade de documentos e registros institucionais haviam sido doados ao acervo do centro pela FUNDERGS no final de sua gestão em 2002. Embora o material estivesse ainda em processo de catalogação, foi possível localizar alguns documentos importantes que contribuíram para este estudo. Diferentemente das condições encontradas no local referido anteriormente, a estrutura do CEME mostrou-se mais adequada para essa etapa de manuseio dos documentos, pois estes encontravam-se melhor conservados.

Finalizada a coleta dos documentos, iniciou-se o processo metodológico de análise preliminar dos documentos consultados, que passaram a ser selecionados e

---

FUNDERGS demandou cerca de três meses, sendo que, desde o início, foram realizadas duas visitas semanais com aproximadamente quatro horas de duração.

catalogados a partir do que sugerem Lüdke e André (1986), ou seja, por caracterização do tipo de documento. Os documentos e registros escritos selecionados foram distribuídos da seguinte forma:

#### **QUADRO 1**

Documentos do tipo oficial (DO) – Foram selecionados documentos emitidos ou recebidos por instituição pública ou privada (ALBARELLO et al.,1995). Ver tabela no Anexo 2 com a lista desses documentos;

#### **QUADRO 2**

Documentos do tipo não oficial (DNO) – Foram selecionados documentos emitidos por órgãos de imprensa, como, por exemplo, reportagens em jornais e revistas. Ver tabela no Anexo 3 com a lista desses documentos;

#### **QUADRO 3**

Documentos do tipo técnico (DT) – Foram selecionados documentos emitidos predominantemente por órgãos públicos, como, por exemplo, relatórios, regulamentos, registros, listas de presença e sínteses de reuniões, etc. Ver tabela no Anexo 4 com a lista desses documentos;

#### **QUADRO 4**

Documentos do tipo não-impreso (DNI) – Foram selecionados documentos e registros de vídeo, disquetes e CD Room. Ver tabela no Anexo 5 com a lista desses documentos.

---

<sup>71</sup> Agradeço à coordenadora do CEME, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Silvana V. Goellner, e às funcionárias Leila Carneiro Mattos e Heloísa Perlatt Carmona, que gentilmente me auxiliaram na localização e consulta aos documentos presentes no acervo.

## TERCEIRA ETAPA: REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS

A entrevista introduz uma ruptura relativamente aos hábitos de comunicação das pessoas.

Luc Albarello<sup>72</sup>

A entrevista é considerada um dos principais procedimentos de coleta de dados utilizados nas ciências sociais. Além de possuir relevante papel em estudos acadêmicos, a entrevista é muito utilizada em outras atividades humanas, como, por exemplo, nos meios de comunicação em massa. Mas o foco na utilização desse instrumento nesta pesquisa será exclusivamente científico, estabelecendo uma relação de interação recíproca entre quem pergunta e quem responde.

Para Gil (1999, p. 117), a entrevista pode ser definida “como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção de dados que interessam à investigação”. O autor diz que “a entrevista é, portanto, uma forma de interação social” (id, p. 117). Assim, o sentido da entrevista consiste em um diálogo sério entre duas ou mais pessoas; uma delas é o entrevistador, que procura obter informações com uma determinada finalidade.

No campo das ciências sociais, pesquisadores como Albarello et alii (1997, p. 95) defendem que “a entrevista apresenta um tipo de comunicação bastante particular”, ou seja, “é suscitada e pretendida, por um lado, e mais ou menos aceita ou sofrida, por outro”. Os autores acrescentam ainda que a entrevista “possui uma finalidade precisa e põe em presença indivíduos que, em geral, não se conhecem” (id, p. 95).

A opção pela entrevista semi-estruturada fundamenta-se na possibilidade de o entrevistador, ao aplicá-la, oferecer ao colaborador maior liberdade de dissertar sobre o tema, permitindo-lhe abordar aspectos relevantes sobre o que pensa. No entanto, para não comprometer a análise e a interpretação dos dados colhidos através das entrevistas e assim prejudicar a articulação dos resultados com o referencial teórico, o número de entrevistas levou em consideração a eleição dos grupos ou agentes sociais

---

<sup>72</sup> Albarello et al (1997, p. 101).

envolvidos nos jogos<sup>73</sup>. É importante considerar, para a definição do número de entrevistas, o que propõem Albarello et alii (1997, p. 103) ao referirem-se a estudos qualitativos. Os autores entendem que o que vai definir o valor da amostra não é a quantidade de representatividade, no sentido estatístico da palavra, e sim a coerência com os objetivos definidos pela investigação, utilizando-se, para isso, uma diversidade de entrevistados sem desperdiçar nenhum aspecto relevante.

Ao realizar a entrevista, o pesquisador deverá estar bem atento às respostas do colaborador para que, se houver necessidade de complementá-la, este o faça na seqüência de sua entrevista. Além disso, o pesquisador terá como responsabilidade estabelecer controles cruzados (TAYLOR E BOGDAN, 1987, p. 125-128) entre as informações recebidas por seus colaboradores, ou seja, questões relevantes declaradas por um colaborador em uma entrevista devem ser elucidadas com outros colaboradores.

Como já referido, a triagem dos documentos elaborados pela gestão da FP auxiliou-me na escolha dos colaboradores para as entrevistas. A definição desses colaboradores, além de considerar o critério de análise de documentos coletados, também levou em conta as sugestões indicadas pelos próprios colaboradores à medida que eram entrevistados. A partir dessas definições, os colaboradores foram distribuídos em três principais grupos de entrevistas, denominados da seguinte forma: Grupo gestor(es) estadual(is); Grupo gestores municipais; e Grupo dirigentes de federações esportivas. A escolha desses três grupos partiu de uma análise preliminar dos documentos, que considerou esses protagonistas dos JIRGS como sendo aqueles que mais interferiram na implementação dos jogos no período de 1999 a 2002<sup>74</sup>. Por essa razão, foi entre eles que encontrei a maior parte dos tensionamentos e interesses ocorridos no processo em análise.

---

<sup>73</sup> Entre os agentes sociais envolvidos nos jogos no período de 1999 a 2002, foram definidos e escolhidos como informantes os dirigentes e funcionários do DESP/FUNDERGS, os gestores municipais (Secretários, Diretores de esportes, etc.) e os dirigentes de federações esportivas. Para mais detalhes sobre essa escolha, ver o tópico "Inserção no campo e coleta de dados".

<sup>74</sup> Considerando que eu tenha tomado todos os cuidados e distanciamentos necessários que um processo de investigação como este exige, não há dúvida de que as escolhas e definições dos grupos e colaboradores deste estudo tenham sido mais facilitadas, uma vez que o DESP/FUNDERGS, naquele período, fazia parte do meu cotidiano profissional.

Algumas das mudanças ocorridas e implementadas nos JIRGS não agradaram a uma série de municípios e deixaram de interessar algumas entidades, como as federações esportivas. Nesse cenário de disputas, alguns documentos analisados revelaram que não havia unanimidades no interior de cada um desses três grupos, o que me comprometeu ainda mais na tentativa de buscar respostas às questões problematizadas neste estudo.

Os quadros que serão apresentados a seguir procuram resumir cada um dos três grupos. Utilizei, durante o estudo, nomes fictícios para preservar a privacidade dos colaboradores. Os quadros também apresentam informações sobre a data da entrevista, o local, a função do colaborador no período de 1999 a 2002, a data de envio da transcrição da entrevista e a data de recebimento com ou sem correção da entrevista pelo colaborador.

▪ **Grupo: Gestor(es) Estadual(is)**

Nº	Colaborador	Data de realização da entrevista	Cidade/Local da entrevista	Função do colaborador no período	Data de envio da transcrição da entrevista	Data de devolução da transcrição corrigida
1	Mário	06/04/2005	Porto Alegre ESEF/UFRGS	Divisão pedagógica	13/07/2005	30/10/2005
2	Arnaldo	25/04/2005	São Leopoldo Trabalho	Assessoria	13/07/2005	10/11/2002
3	Osmar	06/05/2005	Porto Alegre PUC	Diretoria	13/07/2005	25/10/2005
4	Ana	06/05/2005	Porto Alegre ESEF/UFRGS	Divisão Pedagógica	13/07/2005	14/10/2005
5	Ângela	19/10/2005	Porto Alegre Trabalho	Diretoria da SE	29/10/2005	15/11/2005

▪ **Grupo: Gestores Municipais**

Nº	Colaborador	Data da entrevista	Cidade/Local da entrevista	Função do colaborador(a)	Data de envio da transcrição da entrevista	Data de devolução da transcrição corrigida
1	Lucio	11/04/2005	Porto Alegre ESEF/UFRGS	Gerência de eventos esportivos de POA	14/07/2005	29/07/2005
2	Eliane	26/04/2005	Esteio Trabalho	Diretoria de Esportes	14/07/2005	02/10/2005
3	Moisés	17/06/2005	Porto Alegre SESC	Diretoria de Esporte	14/07/2005	29/07/2005
4	Leandro	19/07/2005	Canoas ULBRA	Diretoria de Esportes	22/07/2005	13/10/2005

▪ **Grupo: Dirigentes de Federações Esportivas**

Nº	Colaborador	Data da entrevista	Cidade/Local da entrevista	Função do colaborador	Data de envio da transcrição da entrevista	Data de devolução da transcrição corrigida
1	Célio	05/04/2005	Porto Alegre Trabalho	Presidente de federação	14/07/2005	13/10/2005
2	Antenor	10/05/2005	Porto Alegre Trabalho	Presidente de federação	14/07/2005	14/10/2005
3	Bráulio	17/05/2005	Porto Alegre Trabalho	Presidente de federação	14/07/2005	14/10/2005
4	Saulo	14/06/2005	Porto Alegre Trabalho	Presidente de federação	14/07/2005	14/10/2005

Com relação ao número de participantes nas entrevistas, os quadros ilustram que cada grupo foi constituído por quatro colaboradores, totalizando dezesseis entrevistas<sup>75</sup>. Segundo Albarello et alii (1997), a questão da representatividade, estatisticamente falando, é irrelevante. Os autores entendem que, nos estudos qualitativos, o que deve ser levado em consideração é a adequação ao objetivo em estudo, tomando como ponto de partida a multiplicidade de pessoas, sem desprezar nenhum detalhe recorrente dessa seleção. Para concluir, os autores acrescentam que, “nesta ótica, os indivíduos não são escolhidos em função da importância numérica da categoria que representam, mas antes devido ao seu caráter exemplar” (id, p. 103)<sup>76</sup>. Nesse sentido, procurei analisar a escolha dos colaboradores antes de cada uma das entrevistas, privilegiando sempre a sua relação histórica, política e esportiva com os JIRGS, preferencialmente no período de 1999 a 2002. Havia, também, no meu entendimento, a idéia de que esse número seria suficiente, tanto pela quantidade satisfatória de informações que seriam reveladas quanto pelo tempo exíguo para realização, transcrição e análise das entrevistas.

Já a escolha dos locais para a realização das entrevistas partiu preferencialmente dos próprios colaboradores. A partir de contatos prévios feitos com cada um dos colaboradores, foram definidos os locais onde seriam realizadas as entrevistas, locais estes que muitas vezes atendiam a necessidades particulares, como, por exemplo, o local de trabalho, a residência, as dependências da ESEF/UFRGS, locais públicos e outras alternativas<sup>77</sup>. Em todas as situações, houve bom senso, e os encontros foram realizados levando-se em consideração a flexibilização das agendas e a boa vontade de todos os envolvidos.

---

<sup>75</sup> Mesmo após ter encerrado o trabalho de transcrição e de análise preliminar das dezesseis entrevistas, decidi realizar uma quinta entrevista no grupo gestor estadual. Os motivos que me encaminharam a essa decisão justificam-se na medida em que foram reveladas informações muito significativas sobre a existência de conflitos, disputas e contrariedades no âmbito interno da gestão de esporte e lazer da FP. Para que algumas questões referentes a esse ambiente de disputas fossem esclarecidas, busquei identificar, a partir das próprias declarações concedidas pelos colaboradores já entrevistados, a localização de um quinto informante. A repercussão desses acontecimentos será analisada no próximo capítulo.

<sup>76</sup> Tradução minha.

<sup>77</sup> Ver nos quadros apresentados anteriormente mais detalhes sobre os locais onde foram realizadas cada uma das entrevistas



Ocorreram, durante essa etapa da pesquisa, situações em que o local público<sup>78</sup> escolhido pelo colaborador para a realização da entrevista não era de seu “domínio pessoal ou profissional”, ou seja, era um local com o qual não tinha muita intimidade. Portanto, não se sabia, antecipadamente ao encontro, qual espaço, naquele local, poderia ser utilizado. Essa indefinição gerou certa improvisação e adequação ao espaço que se julgou ser conveniente para a realização da entrevista naquele momento.

O primeiro contato com cada um dos colaboradores ocorreu através de uma ligação telefônica. Para Albarello et alii (1997, p. 105), “é necessário contar com certas recusas, o que implica, entre outros cuidados, prever uma reserva de pessoas no momento da constituição da amostra”. Nesse particular, felizmente não encontrei nenhuma dificuldade; muito pelo contrário, a concordância em participar do processo ocorreu com muita naturalidade<sup>79</sup>. No contato telefônico, além de serem agendadas as datas, horários e locais para realizarem-se as entrevistas, também foram adiantadas questões referentes ao tema que estaria sendo desenvolvido na entrevista propriamente dita, reunindo-se argumentos sobre a relevância da participação do colaborador.

Desse processo de contato inicial, partiu-se para a efetiva realização das entrevistas. Mesmo considerando que todos os colaboradores selecionados já haviam estabelecido, direta ou indiretamente, algum tipo de relação profissional comigo – e, por essa razão, não havia necessariamente desconhecimento de identidade pessoal entre as partes –, optei por iniciar todas as entrevistas com alguns esclarecimentos pontuais e protocolares, caracterizando os momentos chave de uma entrevista semi-estruturada (ALBARELLO, 1997). O primeiro consistia em reiterar a importância dos colaboradores neste processo de investigação, procurando deixá-los o mais à vontade possível. O

---

<sup>78</sup> Esses locais públicos foram escolhidos principalmente para facilitar a realização das entrevistas. Como alguns dos colaboradores residiam no interior do estado ou na região metropolitana de POA, uma das possibilidades de entrevistá-los foi exatamente quando de sua vinda a Porto Alegre ou proximidades, participando de algum evento ou de compromissos particulares.

<sup>79</sup> Mesmo que prematuramente, a preocupação com recusas ao convite de participar das entrevistas existiu. Isso verificou-se muito em função da natureza do estudo, que propunha exatamente compreender as tensões e relações de disputas por determinados interesses relacionados aos JIRGS. Além disso, em razão de todas as pessoas que estavam sendo escolhidas por mim para participarem das entrevistas me conhecerem, elas poderiam realizar pré-julgamentos que as levariam a contribuir ou não nesse processo.

segundo esclarecimento constava de informações complementares sobre a linha de pesquisa na qual o objeto em estudo estava inserido, sobre o objetivo da pesquisa e, por fim, sobre os procedimentos adotados posteriormente à realização da entrevistas. Essas informações foram repassadas aos colaboradores através de um documento denominado “Termo de consentimento e declaração do participante” (ANEXO 6). O terceiro esclarecimento aos colaboradores tratava de informá-los que todas as declarações prestadas nos seus depoimentos somente seriam utilizadas para fins de pesquisa mediante a sua autorização de cessão de direitos autorais. Além disso, quando alguma parte da sua entrevista fosse transcrita para o trabalho, seus nomes seriam substituídos por nomes fictícios. Por fim, o quarto esclarecimento consistia em informar sobre a estrutura e funcionamento da entrevista propriamente dita. Além de destacar a necessidade de utilizar um gravador para registrar e obter uma versão segura das informações declaradas (BURGESS, 1997), esse momento previa orientar o colaborador sobre a divisão ou partes da entrevista, elaboradas a partir de um roteiro de perguntas. A partir desses esclarecimentos ao colaborador e com a sua clara e espontânea decisão em colaborar com a entrevista, oficializava-se a sua participação com a assinatura do termo de declaração do participante.

Para cada um dos grupos eleitos, foram elaborados três diferentes roteiros de entrevistas (ANEXOS 7, 8 e 9). O roteiro de uma entrevista semi-estruturada pode ser compreendido como um “guia” que, segundo Albarello et alii (1997, p. 110-111), “[...], é um sumário, recorre-se a ele respeitando o mais possível a ordem e exposição do pensamento do entrevistado”. Em cada um dos roteiros, as questões formuladas eram abertas, permitindo que, a partir de uma determinada declaração, fossem desencadeadas outras questões relevantes. As perguntas elaboradas em cada um dos roteiros foram formuladas a partir da análise dos documentos coletados, muitas vezes considerando as declarações dos informantes em entrevistas anteriores.

Para cada roteiro, foram elaboradas, inicialmente, vinte e duas questões, em média, distribuídas em três blocos principais: apresentação, perguntas mais gerais sobre a política de esporte e lazer e, por fim, perguntas específicas sobre a implementação dos JIRGS. As agendas e realizações das entrevistas não obedeceram a uma ordem de revezamento dos três grupos, tendo sido realizadas de forma aleatória,

de acordo com a disponibilidade do colaborador. Essa aleatoriedade das entrevistas também permitiu que fossem realizados “controles cruzados” entre as informações declaradas pelos colaboradores nos próprios grupos, assim como entre os colaboradores de grupos diferentes (TAYLOR E BOGDAN, 1987).

O diário de campo foi fundamental. A cada entrevista realizada, eram registradas no diário de campo várias questões chave que possibilitavam, posteriormente à entrevista, um exame mais detalhado para serem ou não aproveitadas em outra entrevista. A partir do *controle cruzado* de informações concedidas nas entrevistas, também foi possível avaliar se alguma questão desenvolvida em uma entrevista estava sintonizada com a mesma questão abordada em outra entrevista.

Ao final de cada um dos três blocos do roteiro de entrevistas, cada colaborador era questionado sobre sua intenção em acrescentar ou não algo com relação àquela temática específica<sup>80</sup>. Esse procedimento foi adotado para verificar se o colaborador teria ainda alguma informação a acrescentar. Além disso, tal questionamento tinha por objetivo verificar as impressões do colaborador sobre a entrevista e ver se havia se sentido à vontade com suas declarações. Constatei, com relação a isso, que muitos dos colaboradores aproveitaram o momento para acrescentar alguns pontos ainda não mencionados no seu relato. Outros aproveitaram para enaltecer a importância de estarem contribuindo com a pesquisa e de estarem satisfeitos com a oportunidade de serem lembrados naquele momento. Já alguns colaboradores entenderam ser suficientes as suas informações, optando por não se manifestarem nessa questão.

Para o planejamento temporal dessa etapa de coleta de informações (BURGESS, 1997), foi previsto que a duração de cada entrevista seria de, aproximadamente, uma hora. Ocorreram algumas situações, principalmente nos grupos gestor(es) estadual (is) e gestores de federações esportivas, em que o tempo praticamente dobrou<sup>81</sup>. As entrevistas com todos os colaboradores foram realizadas ao longo de aproximadamente três meses, considerando-se o fato de alguns deles

---

<sup>80</sup> A questão formulada era a seguinte: “Gostaria de acrescentar algo mais nesta parte?”

<sup>81</sup> No grupo gestor estadual, os colaboradores Arnaldo e Osmar e, no grupo dirigentes de federação esportiva, o colaborador Antenor foram os participantes que registraram o maior tempo utilizado nas entrevistas, aproximadamente duas horas cada. As demais entrevistas, em média, ocorreram em uma hora e quinze minutos.

residirem fora da região metropolitana de Porto Alegre e de outros demorarem em decidir por sua participação<sup>82</sup>.

Procurei, no mesmo período da realização das entrevistas, iniciar o processo de transcrição das que eu já havia realizado. Nesse sentido, é importante que o pesquisador desenvolva algumas estratégias com o objetivo de acelerar esse processo, já que demanda uma quantidade de tempo significativa e uma carga de trabalho muito grande (BURGESS, 1997). Essa experiência foi muito desgastante. Praticamente, para todas as transcrições, utilizei o próprio gravador portátil<sup>83</sup> usado nas entrevistas. Mesmo sendo prático, o aparelho possuía limitações no seu manuseio, o que representou um grande tempo despendido para realização dessa atividade.

Ao final de cada entrevista, reiteravam-se ao colaborador as informações sobre os passos seguintes da pesquisa, ou seja, era salientado que a transcrição da entrevista seria encaminhada para o seu conhecimento, análise e, se necessário, alguma modificação ou correção. O processo de envio das entrevistas transcritas aos colaboradores ocorreu através de mensagem eletrônica, sendo que apenas quatro colaboradores retornaram afirmativamente por *e-mail*, outros três informaram pessoalmente e os demais não responderam. No caso dos participantes das entrevistas que não retornaram a solicitação, procedeu-se ao contato através de ligação telefônica. O encerramento das entrevistas consistiu do encontro com cada colaborador para que oficialmente se formalizasse essa etapa com a assinatura da “Carta de cessão de direitos autorais sobre depoimento oral” (ANEXO 10), elaborada pelo CEME para circunstâncias de investigações dessa natureza. No sentido de permitir total clareza e segurança aos colaboradores em relação à concessão dos direitos autorais referentes aos seus depoimentos, foi-lhes entregue um documento, também elaborado pelo CEME, denominado de “Caracterização” (ANEXO 11), que continha, além de um breve histórico do órgão, informações referentes às suas funções enquanto um espaço pedagógico de pesquisa.

---

<sup>82</sup> De acordo com o quadro dos grupos de colaboradores apresentado anteriormente, a primeira entrevista ocorreu em 05/04/2005 e a última no dia 19/10/2005.

<sup>83</sup> Preocupei-me antes do início das transcrições informar-me de alguma tecnologia mais avançada e mais prática para acelerar este processo. As possibilidades mais próximas ficaram distantes de meu alcance financeiro, no entanto, utilizei para transcrever as cinco primeiras entrevistas um aparelho de

## QUARTA ETAPA: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Nessa etapa da pesquisa, procurou-se buscar uma compreensão mais aprofundada do que se estava propondo interpretar neste estudo, ou seja, buscou-se, através de uma análise mais complexa dos documentos e das entrevistas, um refinamento da interpretação dos dados coletados. No entender de Lüdke e André (1986), a análise e interpretação de dados representam a etapa mais formal de uma investigação, ocorrendo cronologicamente quando a coleta dos dados está praticamente concluída. Mesmo compreendendo que a coleta de dados e a análise dos dados consistem em duas etapas distintas no processo da pesquisa qualitativa, Triviños (1987) entende que estas devem retro-alimentarem-se constantemente.

O trabalho metodológico de análise e coleta de dados desta investigação constituiu-se em um processo dinâmico e criativo, contrastando com o referencial teórico, com os documentos e entrevistas utilizadas neste estudo. Essa etapa da investigação levou em consideração três fases diferenciadas de análise e interpretação dos dados (TAYLOR E BOGDAN, 1996).

A primeira fase consistiu da procura e reconhecimento de palavras, frases, expressões que, a partir de uma certa regularidade, me possibilitaram identificar alguns temas, o que, por sua vez, me conduziu ao desenvolvimento de conceitos e proposições identificadas por unidades de registro ou de contexto (LUDKE E ANDRÉ, 1986). Essa fase de garimpagem da pesquisa exigiu-me muito tempo, ora pela grande quantidade de documentos coletados, ora pelas entrevistas, que concentravam um grande número de informações. Esse processo contou com a reorganização dos materiais coletados (documentos e entrevistas), sendo eles separados detalhadamente por temática, catalogados e numerados. Além de numerados e codificados, os instrumentos foram submetidos a leituras e releituras, tomando-se o cuidado de registrar idéias importantes. Simultaneamente a esse processo, foram realizadas constantes leituras referentes à base teórica deste estudo. Segundo Taylor e Bogdan

(1987), há necessidade de familiarizar-se com o referencial sociológico e com a base teórica utilizada na investigação. A partir das revisões das leituras, iniciou-se o processo de codificação das categorias, separando-as com cores diferentes e ressaltando-se, nas margens das transcrições, as observações e apontamentos julgados importantes. Para Bogdan e Biklen (1994, p. 221), “as categorias constituem um meio de classificar os dados descritivos que recolheu [...], de forma a que o material contido num determinado tópico possa ser fisicamente apartado dos outros dados”.

A segunda fase constituiu na codificação dos dados coletados a partir de um refinamento dos elementos compreendidos no objeto em estudo. Esse processo ocorre quando, da filtragem das unidades de registro e contexto, surgem as categorias (TAYLOR E BOGDAN, 1996).

A terceira e última fase trata da triangulação propriamente dita. É o momento de o pesquisador contingenciar seus descobrimentos, utilizando frações dos instrumentos metodológicos recolhidos e da revisão bibliográfica analisada. De acordo com Trivinõs (1987), a técnica da triangulação consiste em envolver o máximo de profundidade na descrição, interpretação e compreensão do objeto em estudo. Para o autor, o fenômeno social não pode ser compreendido de forma isolada, ou seja, desconsiderando sua gênese histórica, seus elementos culturais e suas relações de proximidade com a realidade social. O processo de triangulação foi importante neste estudo, pois permitiu relacionar inferências extraídas de mais de uma fonte de informação, conferiu validade e confiabilidade à análise dos dados coletados e permitiu o aprofundamento da interpretação do objeto em estudo, materializado nos JIRGS.

## CAPÍTULO IV

### 4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

---

Este capítulo consiste no aprofundamento da descrição, interpretação e compreensão das questões que problematizaram este estudo. Além disso, articula o referencial teórico analisado com os instrumentos metodológicos utilizados neste estudo, configurando-se em um processo de triangulação de informações.

---

No decorrer deste estudo, procurei adotar alguns passos teórico-metodológicos que me permitissem realizar o processo de análise e interpretação de dados. Com a análise de alguns documentos preliminarmente coletados, o primeiro capítulo consistiu de um relato sintético da trajetória política, econômica e social da FP durante a sua gestão no período de 1999 a 2002. Nesse contexto, procurei estabelecer algumas relações transversais da política mais geral com a política setorial de esporte e lazer implementada em igual período, o que me conduziu ao objeto central deste estudo, os JIRGS. Ainda foram apresentados, naquele capítulo, o objetivo e as questões que problematizaram a pesquisa.

O passo seguinte, já inserido no segundo capítulo, constituiu-se na aproximação do referencial teórico, em um diálogo com os dados coletados durante a pesquisa. Já o terceiro capítulo caracterizou-se pela inserção no campo de investigação. Esse passo configurou-se em um momento relevante para o trabalho, pois, quando da complementação da coleta de documentos, parti para a realização das entrevistas, processo que revelou informações relevantes para a análise e interpretação dos dados e que me possibilitou compreender as questões problematizadas no transcorrer deste estudo.

Considerando que o objetivo desta pesquisa é entender as relações de “lutas” e “estratégias”, de “disputas” e “lucros” e de “interesses próprios” ocorridas a partir da implementação dos JIRGS, no período de 1999 a 2002, pergunta-se:

- Que disputas foram essas e o que as motivava?
- Quem foram os protagonistas dessas disputas?
- Quais foram as concepções, os interesses e as estratégias dos protagonistas dessas disputas?
- O que resultou desses embates?

A primeira fase da análise e interpretação dos dados, referida no capítulo anterior, encaminhou-me para a identificação e escolha de duas grandes categorias, representadas nesta pesquisa por dois grandes ambientes ou cenários de disputas existentes no conjunto da administração de esporte e lazer da FP e que desencadearam as disputas e embates ocorridos na implementação dos JIRGS. Para que eu pudesse obter uma melhor dimensão e clareza desses ambientes, decidi apresentá-los separadamente. No meu entendimento, essa disposição, além de representar uma forma mais didática de apresentação, também contribuiu na descrição e detalhamento das disputas e contrariedades existentes no campo esportivo do RS, refletidas nos JIRGS, ora misturadas entre os mais variados interesses que estavam em jogo, ora conflitadas entre os grupos participantes das entrevistas.

A definição e consistência dessas duas grandes categorias de análise ocorreram quando da identificação de algumas subcategorias<sup>84</sup> encontradas durante o processo de interpretação dos dados. A identificação desses dois cenários tornou-se mais visível a partir das informações declaradas pelos colaboradores desta pesquisa nas entrevistas.

Nesses dois cenários de disputas, os JIRGS protagonizaram uma série de conflitos que contrariavam vários interesses, tanto no âmbito das relações externas do órgão gestor com seus agentes envolvidos, quanto no âmbito das relações internas dentro do próprio governo da FP.

---

<sup>84</sup> As subcategorias que culminaram na construção das referidas categorias serão desmembradas a partir do desenvolvimento de cada um dos ambientes ou cenários definidos neste estudo.



As questões que foram problematizadas no decorrer deste estudo e que derivaram das declarações dos colaboradores durante o processo de coleta de dados apontaram para um conjunto de reações e tensões ocorridas a partir das relações estabelecidas quando da implementação das políticas públicas de esporte e lazer, culminando na realização dos JIRGS. Neste capítulo, busco compreender as razões pelas quais os protagonistas dos jogos se enfrentaram e conviveram em um ambiente de tensões, seja no cenário das disputas externas, seja na arena das disputas internas. Além disso, procuro desvelar, nesses ambientes de disputas, em que posição – por exemplo, de domínio, subordinação, sucessão e subversão – se encontravam os principais agentes envolvidos nos jogos, assim como quais foram os interesses por um determinado capital específico, materializado nos JIRGS.

#### 4.1 O CENÁRIO DAS DISPUTAS EXTERNAS

A questão central que parece ter motivado esse processo constante de disputas, o que, por sua vez, desencadeou as tensões durante a gestão de esporte e lazer no governo Olívio Dutra, residiu na concepção de política e de esporte estabelecida pela administração da FP<sup>85</sup> no período de 1999 a 2002. Conforme dados a que tive acesso, a concepção de política estabelecida pela FP, posicionada no campo da esquerda/popular, centralizava-se em uma dimensão de gestão democrática que defendia um processo de debate amplo e participativo a partir do rompimento de uma

---

<sup>85</sup> Ressalta-se que as administrações populares, como, por exemplo, a da FP no RS, que foi orientada programaticamente e majoritariamente pelo PT, possuía diretrizes gerais que defendiam os seus princípios políticos, econômicos e sociais a partir do rompimento de uma lógica de continuísmo preconizada por governos ditos conservadores. No âmbito das políticas de esporte e lazer, essa orientação foi se construindo ao longo dos anos a partir de debates setoriais e da elaboração de documentos que definiriam as diretrizes mais específicas para a atuação da área nas respectivas administrações. É o que me parece ao analisar a obra *O modo petista de governar*, no tópico que discute esporte e lazer. Referindo-se à temática, Bittar (1992, p.124) declara que, “ao se iniciarem as gestões petistas nos setores de esporte e lazer, procurou-se transportar os princípios básicos do partido aplicados às administrações municipais, ou seja: a defesa da cidadania da classe trabalhadora em geral, a inversão de prioridades na aplicação dos recursos públicos e a melhoria da qualidade de vida da população, pela democratização do poder público e recuperação dos espaços e serviços públicos”.

lógica de continuísmo, preconizado, segundo a FP, por governos posicionados no campo da direita/tradicional. Já a concepção de esporte anunciada pela FP, conforme os dados/documentos, no meu entendimento, estava orientada programaticamente e ideologicamente pela própria dimensão de concepção política estabelecida pelo DESP/FUNDERGS. Consistia na preocupação com a inclusão da população nas práticas esportivas e de lazer. Segundo o órgão gestor, essa dimensão de concepção de esporte deveria pensar o acesso indiscriminado das populações do meio rural, das pessoas em regime de restrição de liberdade, dos negros, das pessoas portadores de deficiência e de outros grupos historicamente excluídos da sociedade.

No primeiro capítulo deste estudo, procurei sistematizar algumas posições do DESP/FUNDERGS sobre as dimensões dessas concepções; neste capítulo, retomo-as a partir das declarações concedidas pelos colaboradores. Os integrantes do DESP/FUNDERGS, representados pelos colaboradores do grupo gestores estaduais<sup>86</sup>, por exemplo, entendiam que era fundamental que a política de esporte e lazer no RS fosse ressignificada. Para Arnaldo (assessoria DESP/FUNDERGS):

[...], o projeto de governo pautava por uma democratização radical na convicção de que esporte e lazer é direito de todos, e por ser direito de todos, os cidadãos e cidadãs, eles, nas suas instâncias municipais, estaduais e federal deveriam se apropriar desses direitos através de instâncias participativas, ou seja, os conselhos, e com recursos para fazer jus às demandas levantadas por esse cidadão e cidadã.

Arnaldo refere ainda que o projeto de governo da FP na área de esporte e lazer foi oriundo ou deveria ser oriundo de um projeto do PT. Ele acrescenta que:

---

<sup>86</sup> As funções dos colaboradores integrantes do grupo gestores estaduais estão identificadas de acordo com as informações declaradas nas entrevistas, ou seja, a partir do lugar que eles ocupavam na estrutura organizativa do DESP/FUNDERGS no período de 1999 a 2002.

O Partido dos Trabalhadores, dentro do seu setorial de esporte e lazer<sup>87</sup>, desde 95, 96, ele já ensaiava discussões em nível nacional sobre o projeto de esporte e lazer que contemplasse fundamentalmente a questão da democracia popular, ou seja, o esporte e o lazer enquanto um direito social, que deveria estar apropriado pelo exercício direto do cidadão e da cidadã. Então, um direito que não era concedido, mas um direito usufruído, conquistado, ressignificado. Então, a questão da democracia popular como uma questão de base. Então, a radicalização da democracia, então, passava por aí; [...]. E por ser efetivamente democrático, ele teria como desafio de governo ser socializado.

Se, na perspectiva de Arnaldo, o projeto setorial para o esporte do RS pautava-se pela democratização radical na convicção de que o esporte e o lazer são direitos de todos, para Mário (divisão pedagógica DESP/FUNDERGS), esse entendimento simplificava-se nas seguintes palavras:

[...]. Acho que o DESP procurou, na medida do possível, integrar mais, trazer uma oportunidade para um maior número de pessoas. Desde essa questão de portadores de deficiência, até uma questão de pessoas que tinham menores oportunidades, de localidades mais distantes. De pensar mais como um todo, num processo como um todo. O esporte como um processo, como um todo, e não uma questão meramente assistencialista [...].

Percebe-se nas falas dos integrantes do DESP/FUNDERGS, que a política para a área do esporte e do lazer era conduzida para um processo de grande mudança de gestão na referida área, ou seja, no entendimento dessas lideranças, a ressignificação da área passaria por um processo de discussão através de espaços e estruturas construídas com os próprios agentes/instituições interessadas nesse campo de atuação. Sob o ponto de vista político, a intenção do órgão gestor caminhava em uma

---

<sup>87</sup> No PT, “os Setoriais são instâncias partidárias integradas por filiados que atuam em determinada área específica, com o objetivo de intervir partidariamente junto aos movimentos sociais organizados” (Estatuto do Partido dos Trabalhadores. Art. 121, Seção V – Dos Setoriais, Secretarias Setoriais e Grupos de Trabalho). No caso do setorial nacional de esporte e lazer do PT (SNEL) referido pelo colaborador, ver mais detalhes no documento “Partido dos Trabalhadores – Movimento Nacional de Reconstrução do Setorial Nacional de Esporte e Lazer, setembro, 1999”.

perspectiva que Bordenave (1994, p. 34) chamou de democracia participativa. Para o autor, essa forma de participação da sociedade:

[...] promove a subida da população a níveis cada vez mais elevados de participação decisória, acabando com a divisão de funções entre os que planejam e decidem lá em cima e os que executam e sofrem as conseqüências das decisões cá em baixo.

Esse processo de debate e discussão coletiva proposto pela gestão de esporte e lazer no período de 1999 a 2002 poderia também ser compreendido a partir do que Dallari (1984, p. 92) denominou de participação real. No entendimento do autor, essa possibilidade de participação:

[...] influi de algum modo nas decisões políticas fundamentais. Isso não quer dizer que a participação política só é real quando leva imediatamente à obtenção de todo o resultado desejado. Os interesses particulares dos indivíduos e dos grupos participantes podem ser conflitantes, como também podem ser divergentes as concepções do bem comum. Isso obriga a atitudes de conciliação e muitas vezes só permite avanços gradativos no sentido de algum objetivo político.

No entender do DESP/FUNDERGS, esse processo de participação coletiva deveria decorrer de um sistema público de esporte e lazer que contemplasse os setores privados, os segmentos públicos, os usuários e também os profissionais que fossem atuar na referida área. Mas esse processo apresentou limites. É o que concluiu Osmar (diretoria DESP/FUNDERGS), ao referir que:

[...] teve um impasse nesse processo, pela dificuldade de compreensão histórica, no Brasil, de entender o esporte como direito das pessoas. A tendência hegemônica é de compreender o esporte como serviço que está a cargo da sociedade e não do Estado. Esse foi o grande impasse. Apesar das dificuldades, conseguimos encaminhar a realização de conferências municipais de esporte e lazer e preparamos a metodologia

para desembocar na conferência estadual de esporte e lazer, que, na nossa idéia, definiria políticas públicas para os próximos períodos em termos de gestão pública, independente de governo, independente de quem estivesse na gestão pública do esporte e lazer no estado.

Essa definição de políticas públicas, segundo o colaborador Osmar, passava necessariamente por uma política de esporte ou pela construção de um sistema público de Estado que garantisse o lazer como política específica. O informante aponta que:

Quando se trabalha a idéia do esporte participação, ele tem que estar integrado à política de lazer do Estado, que, no meu entendimento, tem que ter a sua especificidade em relação ao esporte. O próprio esporte precisa ser melhor tratado. Na medida em que se tem uma estrutura de Estado (o Governo Federal criou o Ministério do Esporte), criam-se perspectivas novas para o esporte.

No entanto, para Arnaldo (assessoria DESP/FUNDERGS), as instâncias executivas que historicamente vêm conduzindo as políticas para a área do esporte no Brasil ainda concentram e centralizam poder, reduzindo significativamente as possibilidades de criarem-se novas perspectivas para o esporte. O colaborador acrescenta:

[...] o esporte e lazer como um direito a ser socializado, e essa socialização, ela deveria primar por um remanejamento estrutural de governo, ou seja, as estruturas históricas configuradas no Brasil na área de esporte e lazer são estruturas verticais no sentido de você ter uma centralização de poder e uma certa doação, ou seja, os setores fins eles praticamente foram acostumados a receber do governo ou do poder de Estado os resultados dessa política ou da ausência dessa política. Então, o esporte e lazer sempre foram ou historicamente se constituíram como uma coisa dada. Então, fazia parte do projeto político-pedagógico, político de governo a questão da apropriação do cidadão e da cidadã das instâncias decisórias desse direito humano de esporte e lazer. E, para isso, significava que era necessário ter uma estrutura que descentralizasse, que tivesse uma participação direta de conselhos e conselhos com participação dos diversos setores da comunidade. Então, a questão de ser uma instância gerencial democrática, a necessidade de você ter recursos financeiros próprios para você poder gestar política de esporte e lazer, porque, também, historicamente, esporte e lazer não detêm, na fatia das dotações orçamentárias, algo que seja significativo

no sentido de você fazer gestão pública. Então, era necessário se ampliar esse recurso financeiro, e, para isso, significava ter que criar instâncias de recurso financeiro, como fundos de desenvolvimento de esporte, ou potencializar a capilarização de recursos que estavam centralizados no governo federal através do INDESP<sup>88</sup>. Aliás, uma das minhas funções era exatamente essa, visualizar como os recursos do INDESP chegavam nos estados e poderiam ser distribuídos nos municípios. Porque o grande desafio, aliás, hoje o governo Lula, inclusive, não conseguiu romper esse desafio, que é exatamente a descentralização, ou seja, o governo, hoje, federal, ele mantém a mesma centralização de poder que mantinha antes o governo Fernando Henrique. O governo Fernando Henrique tinha uma centralização absurda no INDESP. Hoje você tem uma centralização absurda de poder no Ministério do Esporte, ou seja, os estados, eles não conseguem ressignificar os recursos, os poucos recursos que chegam dos recursos da lei, da constituição federal, inclusive, porque é um preceito constitucional, o direito de recursos que oriundam da loteria esportiva e até hoje os municípios não vêm a cara desse recurso.

Ao refletir sobre essa tendência centralizadora de poder exercida pelo Estado com relação ao esporte, Bracht (1997) ressalta a predominância de estruturas corporativas, no Brasil, que objetivam exclusivamente a eficiência na obtenção de conquistas esportivas internacionais. O autor ressalta que, a partir do sucesso nos resultados esportivos, o Estado buscava a construção de um sistema nacional de esportes integrado e verticalizado, em que prevaleceriam os investimentos na performance esportiva das representações nacionais. O autor acrescenta que:

[...] o parceiro de interação do estado, para assuntos de esporte, sempre foi a organização ou os elementos do sistema esportivo nacional construído exatamente para tal. Assim, hoje existe uma dificuldade enorme do poder público perceber outras organizações da sociedade civil como parceiras em potencial, e também, a enorme dificuldade de superar o modelo da pirâmide, que coloca como coroa do esporte a obtenção de resultados internacionais (estaduais ou municipais) expressivos, porque é desta forma que o retorno em termos de capital

---

<sup>88</sup> Criado no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1995, o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (INDESP), vinculado ao Ministério de Esporte e Turismo, tinha por finalidade promover e desenvolver a prática do desporto e exercer outras competências específicas que lhe foram atribuídas a partir da Lei 9.615 de 24/03/98. Em 2000, através da Medida Provisória (MP) nº 2.049-24, o Presidente da República em exercício, Marco Maciel, extingue o INDESP. Mais informações no Decreto nº 2.574 de 29/04/98 e no Decreto 5.000 de 01/03/04.

simbólico, traduzível em capital político, para o sistema político se efetiva. Massificar sim... para termos mais heróis! (BRACHT, 1997, p. 82).

A dificuldade de superar o modelo piramidal analisado por Bracht reside na concepção de que esse modelo se legitima como sendo o mais tradicional e difundido no Brasil. Ao abordar essa questão, Betti (1991, p.59) ressalta que o modelo se caracteriza “também por uma visão elitista, ao definir o esporte de alto rendimento como o ápice da pirâmide, onde apenas poucos indivíduos, dotados de qualidades psicomotoras excepcionais, poderão chegar”. O autor acrescenta que outras manifestações de esporte, como as que ocorrem no âmbito do lazer, se subordinam aos objetivos do esporte de rendimento, ficando distantes do reconhecimento como uma área autônoma.

A questão conceptual de política e de esporte presente na gestão do DESP/FUNDERGS, que pode ter desencadeado o processo de disputas externas no campo esportivo do RS, encaminhou-me para a identificação e análise de algumas posições políticas antagônicas, ocorridas no período de 1999 a 2002, frente à intervenção que o Estado deveria exercer na condução dessas políticas. O órgão gestor, através de um dos informantes, entendia que “o grande papel do Estado é articular, [...], e articular diferenças no sentido de apontar desigualdades, e isso é uma das coisas, eu diria, desafiadoras para um governo democrático, popular” (Arnaldo, assessoria DESP/FUNDERGS). Havia, ainda, posições mais radicais com relação ao compromisso de o Estado demandar políticas para a área de esporte e lazer. Sobre essa questão, alguns colaboradores do grupo gestor estadual declaram

[...] que o esporte e lazer são direitos humanos, de todas as pessoas, sejam elas jovens, com alta qualidade técnica esportiva, sejam elas idosas ou portadoras de deficiência, sejam pessoas que estejam em regime de liberdade de cidadania, como pessoas que cumprem penas de restrição de liberdade, em presídios ou cumprindo medidas sócio-educativas em instituições, principalmente adolescentes. Entendíamos a necessidade de construir ações que envolvessem toda população do estado do Rio Grande do Sul, na área urbana e, também, a região rural (Osmar, diretoria DESP/FUNDERGS).

[...] os nossos projetos, eles estavam voltados ao atendimento específico das pessoas, buscando incluir no esporte pessoas que dele nunca participavam e também continuar atendendo pessoas que participavam, questionando, inclusive, a forma, que, para nós, esporte e lazer fazem parte do esporte, uma competição saudável, integradora, e não um debate exclusivo e seletivo de pessoas que têm uma aptidão física, específica ou, então, que já nascem com o processo e que têm habilidades físicas, motoras que as destacam em qualquer tipo de esporte. Esses são importantes, são atletas importantes para nós, e nós temos que qualifica-los, e temos que trabalhar com eles. Pois o nosso objetivo era extrapolar, era ir além disso, era buscar novos talentos e era levar a oportunidade de “brincar” de praticar esporte com quem também não tem esta aptidão (Ângela, diretoria/SE).

Por outro lado, havia compreensões diferentes sobre a atuação do Estado frente às políticas propostas pela FP. As contrariedades e posicionamentos divergentes localizavam-se, predominantemente, em segmentos como *federações esportivas, parlamentares, municípios e mídia*. Nos discursos dos representantes de uma grande parcela desses segmentos, residia o descontentamento quanto à falta de uma política clara de incentivos financeiros ao esporte de rendimento proposta pela FP. Da mesma forma, esses segmentos, além de perderem espaço na agenda político-esportiva do RS, uma vez que a FP idealizou um projeto de política de esporte diferente daquele que anteriormente atendia aos seus interesses, também foram perdendo o protagonismo que haviam conquistado ao longo dos anos na relação que estabeleciam com os governos que antecederam o da FP.

Os integrantes do grupo dirigentes de federações esportivas<sup>89</sup>, neste estudo representado pelo das federações esportivas, apontaram, quase de forma unânime, que o primeiro ano da gestão da FP na área de esporte e lazer foi o de maior embate político. Quando perguntados sobre o projeto político de esporte e lazer da FP e sobre como as relações entre o DESP/FUNDERGS e as federações esportivas se estabeleciam, alguns colaboradores desse grupo responderam:

---

<sup>89</sup> As funções deste colaboradores estão identificadas de acordo com as informações declaradas nas entrevistas, ou seja, a partir do lugar que ocupavam na estrutura organizativa de suas respectivas federações no período da gestão da FP no RS.



[...] uma proposta de confronto com as federações. Porque entendia-se que existia uma torneira aberta a favor do esporte de alto rendimento e que as outras manifestações não estavam sendo apoiadas. Realmente aí houve um pequeno desencontro sobre princípios. Nós entendemos que o órgão estadual que tem a função de gestar o esporte do estado, ele tem que ver a questão do esporte e do lazer com muita amplitude, aceitando, recebendo e concordando, inclusive, com todas as manifestações que o esporte pode proporcionar à própria população. Então, nesse sentido, eu entendia o projeto, eu entendia o projeto bom, inicialmente, mas que tinha esse viés de desatender ou de desprestigiar, inicialmente, a questão do desporto de alto rendimento (Saulo/presidente de federação).

[...].Mas a maneira foi muito violenta, a maneira como... contra as federações, foi muito violenta. Eu acho que as coisas não, não... Isso aí estava claro, a gente notava claro que era mais uma briga... . Aí, eu volto a dizer: é mais uma briga política, uma briga para descobrir o que houve ou o que estava errado, como é que foi, como é que não foi. Para ti ajeitares a casa, tu não precisas ser violento para ajeitar... . E ali foi muito violento contra as federações, inclusive (Bráulio/presidente de federação).

[...] o DESP não utilizava as federações para desenvolver as atividades não-competitivas em sua... em cada uma de suas ações. O DESP procurava outros parceiros para fazer esse desenvolvimento, no caso, prefeituras municipais e a própria comunidade em si (Célio/presidente de federação).

De acordo com o que foi observado anteriormente, esse ambiente de embates, de desencontros e de diferenças conceptuais acirrou-se, preponderantemente, a partir do momento em que as entidades esportivas viram os seus pleitos serem questionados e desconsiderados pelo governo. Essa insatisfação esteve muito presente nos discursos dos integrantes do grupo das federações esportivas. Por exemplo, Célio, quando perguntado sobre como eram desenvolvidas as políticas de esporte e lazer antes da administração da FP, respondeu:

[...] a política do DESP, até 1998, o foco da administração do Departamento de Desporto era a atividade de competição. Quando entrou o novo governo, em 1999, o esporte logo foi diluído, além do desporto de competição, tinha mais importância, também, era o esporte como lazer, como entretenimento e como atividade física. Então, mudou da competição, se abriu o leque ali para outras atividades esportivas mais no campo social.

Já Saulo, também gestor de federação, quando perguntado sobre que tipo de assistência era concedido às federações pelo governo que antecedeu ao da FP, declarou:

[...] em 97 e 98, nós assinamos convênios, inclusive com a Secretaria de Educação. O DESP estava vinculado, onde contemplava a realização de eventos de nível estadual em parceria, DESP e federações. Então, realmente houve essa relação, houve uma atenção nesse sentido. E houve também projetos que favoreceram o desporto de rendimento, como a questão das bolsas olímpicas, a questão da parceria na participação de eventos nacionais, a parceria de trazer para o Rio Grande do Sul eventos internacionais. Então, havia uma parceria que se poderia fazer.

Para a direção do DESP, o que existia de políticas públicas para a área do esporte no governo anterior se convertia em repasses de recursos financeiros para as federações esportivas, com a finalidade de realizarem seus eventos. No entendimento de Osmar (diretoria DESP/FUNDERGS):

[...] É importante ressaltar que o que existia de políticas públicas de esporte, até então, era uma idéia de repasse de recursos para federações. A idéia é que elas realizassem os eventos de cada modalidade, cabendo ao governo do estado oferecer os eventos tradicionais, como os jogos intermunicipais e os jogos escolares [...]. A nossa visão era diferente.

É possível observar que a comparação entre as duas administrações foi uma constante durante o governo da FP e fez com que muitos integrantes de federações esportivas utilizassem alguns parlamentares<sup>90</sup> para fazer repercutir seus discursos em favor de políticas voltadas ao esporte de rendimento. Além de usarem muitas vezes a tribuna, principalmente da câmara de vereadores de Porto Alegre, os parlamentares, de diferentes siglas partidárias, utilizavam os meios de comunicação para manifestar seu descontentamento com relação aos rumos que a política de esporte no RS estava tomando no período administrado pela FP. Em uma de suas manifestações na imprensa (*Jornal Correio do Povo*, 10/03/99, p.23), o vereador João Bosco Vaz<sup>91</sup>, além de acusar a direção do DESP de arrogante, antipática e descompromissada com os problemas do esporte no estado, também questionava os motivos pelos quais as federações estariam sendo acusadas de receber dinheiro em demasia do governo anterior ao da FP. Ao solicitar informações ao DESP sobre essa denúncia, a resposta recebida foi que o departamento não dispunha desses dados. Mostrando-se perplexo, o vereador concluiu: “Se não tem dados, como acusam as federações?” Já em um outro momento, o parlamentar, ao referir-se diretamente à equipe que assumia o órgão de esporte do estado, declarou: “[...], a pior coisa que tem é dar poder pra quem não sabe usá-lo. É o caso do novo diretor, Florismar Thomaz. Ele nunca dirigiu uma equipe competitiva. E o que é muito pior: nenhum integrante de sua assessoria está à altura da grandeza do esporte gaúcho” (*Correio do Povo*, 14/02/1999, p. 23). De alguma forma, as manifestações do referido vereador justificam-se na medida em que a sua trajetória política e profissional, entre outras coisas, caracteriza-se preponderantemente pelo apoio e representação dos interesses de entidades esportivas que promovem o esporte amador e profissional no RS, como, por exemplo, os clubes e as federações esportivas. Além disso, como jornalista esportivo, o parlamentar exerce uma grande influência nos

---

<sup>90</sup> Refiro-me, neste estudo, a dois parlamentares em particular: os vereadores de POA João Bosco Vaz (PDT) e Fernando Zachia (PMDB). A partir da análise de documentos e de alguns relatos de colaboradores entrevistados, foi possível identificar, nos posicionamentos e discursos desses parlamentares, uma série de manifestações críticas ao projeto de política pública de esporte e lazer desenvolvido pela FP durante a sua gestão.

<sup>91</sup> Além de exercer um cargo parlamentar pelo PDT desde 1989 em POA, João Bosco Vaz também é responsável pela apresentação de um programa de esportes em uma emissora de televisão da capital. Atualmente, o vereador, que está licenciado de suas funções parlamentares na câmara municipal de POA, exerce o cargo de secretário de esportes do referido município.

meios de comunicação em geral, principalmente aqueles vinculados à crônica esportiva que noticia o futebol profissional no RS.

O clima de animosidade e de enfrentamentos nesse período ficou ainda mais acentuado quando o DESP decidiu suspender o projeto “bolsas olímpicas<sup>92</sup>”. O órgão gestor defendia-se apontando a falta de previsão orçamentária para continuidade do projeto, assim como alegava a existência de irregularidades a partir de desvios de recursos públicos e apropriação indevida desses recursos. Como contraponto, várias manifestações foram feitas. Esse momento marca as diferenças de concepção de esporte existentes entre a política proposta pelo governo da FP e os interesses das federações esportivas, principais promotoras do esporte de viés competitivo/oficial. As tensões a partir desse episódio são marcadas pela realização de audiências públicas, reuniões com federações envolvidas no projeto extinto e com os atletas que eram beneficiados com o auxílio financeiro. Mais uma vez, as manifestações são fortes e severas contra o governo da FP. Nesse caso, a crítica partiu de um outro parlamentar da câmara dos vereadores de POA. Para o vereador Fernando Záchia,<sup>93</sup> o esporte do Rio Grande do Sul decresceu com a suspensão do projeto bolsas olímpicas. O parlamentar conclui dizendo: “Com isso, há riscos de perdermos nossos melhores atletas para outros estados” (*Correio do Povo*, 10/03/99, p. 23). Nessas falas, além das manifestações e críticas contrárias desses parlamentares com relação aos rumos da política de esporte implementada pela FP, também está evidente a idéia de esporte de rendimento: equipe competitiva, atletas, etc.

Ao mesmo tempo, parece-me que o governo da FP, ao tentar resistir às pressões desse segmento político, sentia necessidade de apresentar ações que afirmassem o governo como incentivador e promotor de políticas públicas direcionadas ao esporte e lazer. Por outro lado, segundo o órgão gestor, essas resistências e contrariedades ao seu modelo de gestar políticas na área provinham de um projeto político-ideológico

---

<sup>92</sup> Ver detalhes do já referido projeto no Capítulo 1, texto de nota nº 30.

<sup>93</sup> Assim como o vereador João Bosco Vaz, o parlamentar Fernando Záchia possui uma forte relação e identificação com segmentos privados que desenvolvem o esporte no RS, principalmente com um grande clube de futebol de POA. Integrando o mesmo partido do ex-governador Antônio Britto, sua oposição ao projeto político proposto para a área do esporte e lazer pela gestão da FP era ainda maior, isso porque os interesses da classe por ele representada não estavam sendo atendidos. Atualmente, o parlamentar exerce o cargo de deputado estadual pelo PMDB e é líder do governo Rigotto na Assembléia Legislativa do RS.

antagônico ao seu. Ao refletir sobre o peso dos interesses oriundos da classe política no RS, a direção do DESP/FUNDERGS declara que:

[...] As Câmaras de Vereadores e a Assembléia Legislativa estão compostas por muitos parlamentares que se elegeram com o peso do voto dos esportistas, por isto, estas Casas sempre valorizam os feitos dos atletas do Rio Grande do Sul em competições nacionais e internacionais e estão sempre atentas às políticas que estamos desenvolvendo na área de esportes (As políticas sociais de esporte e lazer no governo democrático e popular do Rio Grande do Sul, p. 9, s/d).

Verificou-se que não somente os segmentos das federações e dos parlamentares se opunham à política desenvolvida pelo DESP/FUNDERGS, mas também alguns municípios<sup>94</sup>, que ora manifestavam descontentamento e resistência ao projeto político-pedagógico proposto pela administração do órgão gestor, ora pressionavam e disputavam o espaço nos embates que estavam em jogo. Observou-se que as resistências desse segmento, representado neste estudo pelo grupo gestores municipais<sup>95</sup>, localizavam-se, principalmente, nos municípios administrados por partidos políticos opositores ao governo da FP, ou seja, aqueles que não simpatizavam com a política mais geral e, conseqüentemente, com as políticas mais específicas, nesse caso, as de esporte e lazer. A informante Eliane (diretoria de esportes/Esteio<sup>96</sup>), quando perguntada sobre essas resistências, respondeu:

[...] isso era claro, assim, a resistência dos municípios que eram de oposição política mesmo ao governo do estado, isso era uma questão muito clara. Então, nem se discutia, nem se argumentava tecnicamente as mudanças, e sim a gente via que era uma resistência política. E

---

<sup>94</sup> O DESP/FUNDERGS encontrou, neste cenário externo de disputas, uma realidade múltipla de interesses por parte dos municípios do RS. Serão repercutidas e analisadas, por exemplo, declarações envolvendo municípios ideologicamente opositores ao governo da FP, municípios apoiadores ao governo da FP, municípios de pequeno porte sem muita expressão esportiva e municípios grandes, tradicionalmente representados em eventos esportivos por equipes provenientes de clubes.

<sup>95</sup> As funções dos colaboradores do grupo gestores municipais estão identificadas de acordo com as informações declaradas nas entrevistas, ou seja, a partir do lugar que estes ocupavam na estrutura organizativa de seus respectivos municípios no período da gestão da FP no RS.

<sup>96</sup> O município de Esteio integra a região metropolitana de POA. Administrado pelo PSB no período de 1999 a 2002, Esteio, segundo o DESP/FUNDERGS constituiu-se como um dos municípios parceiros na realização de suas ações, isso porque, no ano 2000, realizou a final regionalizada dos JIRGS e a final dos JARGS.

acredito que os outros setores que não participavam ou as federações que resistiam também eram questões políticas. Acho que, no final das contas, a questão toda era política realmente, era política, de questão de poder, de continuar mandando, acho que a questão era bem essa, de não mexer no que está dado.

Os dados levaram-me a perceber que muitos dos boicotes eram atribuídos a questões de natureza político-partidária que avançavam para questões político-programáticas, ou seja, construía-se facilmente pela identificação de projetos antagônicos nas mais variadas áreas de atuação entre os municípios do RS e o governo da FP. É possível perceber também que os municípios opositores ao DESP/FUNDERGS empregavam a estratégia de não participar das reuniões realizadas pelo órgão gestor, com isso não permitindo espaço para o estabelecimento de relações de parceria. Alguns colaboradores do grupo (gestor municipal) comentaram que:

[...] em 497 municípios, existe uma divisão muito grande de participação de política partidária. Então, a gente sabe que muitos municípios que participaram ou foram a reuniões na época já pensando que quem estava comandando era um partido de esquerda, que vinha crescendo, vinha aumentando a sua participação junto às populações e vinha realizando trabalhos em outras áreas, que estavam sendo notabilizadas. Muita gente tinha medo que isso crescesse no estado. A gente ouviu de algumas pessoas: “não, os caras estão ali porque querem difundir e tomar conta do estado”. Não, não é tomar conta do estado, existe uma proposta de que a população participe (Moisés, diretoria de esportes/Canoas<sup>97</sup>).

[...] Olha, eu acredito que, dentro do litoral norte, especificamente aonde a gente mais ia nas reuniões, tinha um pouquinho de resistência, sim, dos outros municípios, mas normalmente municípios maiores, como Tramandaí, Capão da Canoa, Santo Antônio, que eram municípios que tinham já uma estrutura própria deles. Então, eles não... eles tinham um

---

<sup>97</sup> O município de Canoas também integra a região metropolitana de POA; no entanto, durante a gestão da FP no RS, a administração do município foi conduzida pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que fazia parte do bloco de partidos que exerciam forte oposição ao governo Olívio Dutra.

pouquinho de resistência sobre as idéias em geral do DESP (Leandro, diretoria de esportes/Balneário Pinhal<sup>98</sup>).

[...]. Os municípios que estavam alinhados com a administração participaram e participaram de forma bastante efetiva. Os municípios não-alinhados participaram mais, mas de formas mais pontuais. Então, se pegarem as maiores participações foram Porto Alegre, Caxias, Gravataí, Pelotas<sup>99</sup> um pouco... . E hoje houve um certo afastamento de São Leopoldo, Santa Cruz do Sul<sup>100</sup>... Municípios da fronteira também não tiveram grande participação... que vinham só com equipes pontuais, mas ficou bem claro, exceção Novo Hamburgo, por exemplo, que sempre participou forte. Algumas exceções que tinham a política dentro do município de participar, independente de partido que estava. Mas alguns se afastaram, não sei dizer por quê. E certamente, os municípios administrados pelo PT, nessa época, participaram realmente mais forte (Lúcio, gerência de eventos esportivos/POA<sup>101</sup>).

A partir da análise dos dados, identifiquei que o município de Canoas havia se caracterizado como um dos municípios resistentes e opositores ao projeto político proposto pela FP na área de esporte e lazer. Segundo o colaborador Moisés (diretoria de esportes/Canoas), a administração do seu município era contrária à administração do governo Olívio Dutra, principalmente por razões e diferenças político-ideológicas. Embora algumas ações, no decorrer da gestão da FP, tenham sido realizadas em conjunto, outras, principalmente no início do governo em 1999, não tiveram adesão pelo

---

<sup>98</sup> Considerado um município de pequeno porte, Balneário Pinhal integra os municípios do litoral norte do RS. Mesmo sendo administrado por um partido de oposição ao governo da FP, isto é, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Balneário Pinhal considerou-se parceiro da gestão do DESP/FUNDERGS. Para Leandro (diretoria de esportes), “o município do Balneário Pinhal, mesmo sendo um partido de oposição, nós, dentro do DESP, na oportunidade, nós tínhamos todo o acesso livre, e não só nós, tinham outros municípios também, que não eram do partido. Nós tínhamos, sim, bastante facilidade de dialogar e de conquistar as coisas que nós pretendíamos em relação ao material esportivo, ao esporte em geral”.

<sup>99</sup> Assim como no governo da FP, essas administrações constituíram-se majoritariamente pelo PT. Algumas falas dos colaboradores indicaram haver, em alguns momentos da convivência do DESP/FUNDERGS com esses municípios, principalmente POA, atritos e desentendimentos com relação aos rumos da política de esportes para o RS. Algumas dessas contrariedades serão abordadas ainda neste capítulo.

<sup>100</sup> Considerados municípios com muita tradição esportiva no RS, inclusive por realizarem grandes eventos em suas cidades, São Leopoldo e Santa Cruz do Sul, de acordo com os relatórios e listas de presença consultadas neste estudo, estiveram ausentes da grande maioria dos encontros promovidos pelo DESP/FUNDERS. Provavelmente, uma das razões, senão a principal para essas ausências, possa ter se constituído em resistências políticas, pois ambos os municípios eram administrados por partidos opositores ao governo da FP.

município. Ao referir-se a esse distanciamento entre as duas administrações, o colaborador acrescentou que o maior impasse se encontrava na dificuldade de compreensão das principais prioridades definidas pelo DESP/FUNDERGS, como, por exemplo, as políticas direcionadas para os segmentos excluídos da sociedade, entre eles, indígenas, mulheres, detentos e idosos. Ao complementar, o informante declara que “[...], a gente tentou realizar algumas atividades, mas, por resistência dos profissionais da área, não foi realizado”.

Destaca-se, ainda, nesse ambiente externo de disputas com os municípios, a declaração da colaboradora Ana (equipe divisão pedagógica DESP/FUNDERGS), que reconheceu haver uma certa dificuldade nas relações conjuntas entre o DESP/FUNDERGS e o órgão gestor de esportes da prefeitura de POA<sup>102</sup>. Ao ser questionada sobre quais eram os municípios que dialogavam com o DESP/FUNDERGS na definição e implementação de políticas de esporte e lazer, a informante respondeu que:

[...] os que mais colaboravam eram realmente os municípios que tinham prefeitos da administração popular, que eu posso citar, que seria Porto Alegre, que seria Gravataí, que estavam sempre presentes. Embora ainda... ainda... já entra aquela questão: Porto Alegre era administração popular, mas as pessoas que trabalhavam com esporte em Porto Alegre, elas tinham uma diferença contrária àquelas pessoas que estavam na FUNDERGS. Então, aí nós também encontrávamos algumas dificuldades, porque o fato de as diferenças políticas... elas se colocarem à frente do trabalho pelo esporte, então, aqui encontrava algumas dificuldades com eles, inclusive até dificuldades que quase iam para o embate, mas quase o debate foi baixo, daqui a pouco virava um combate, na minha opinião.

---

<sup>101</sup> Além de ser a capital do RS, POA, que há 16 anos vinha sendo administrada pela FP, também constituiu-se, segundo seus proponentes, em um suporte político-estratégico fundamental para que as ações democráticas e populares da gestão da FP no RS se concretizassem.

<sup>102</sup> Um primeiro diagnóstico revelou que – no âmbito das relações externas da prefeitura de POA, nesse particular, a Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer (SME), com a gestão do DESP/FUNDERGS – existia uma disputa de projetos na área de esporte e lazer. A partir da análise dos dados realizada neste estudo, parece-me que a correlação de interesses existente entre as duas gestões se diferenciava muito mais pela disputa por espaço e cargos no órgão gestor estadual do que necessariamente por princípios programáticos que balizariam as suas respectivas políticas na área.



O colaborador Lúcio (gerência de eventos esportivos/POA) confirma a existência de tensões nas relações entre o DESP/FUNDERGS e SME, declarada pela informante Ana anteriormente. O colaborador refere que:

Acho que [...] houve um pequeno choque. No primeiro ano, houve... acho que ainda houve, assim, uma certa dúvida do que se estava fazendo. Houve um pequeno confronto, talvez uma... Até porque quem estava entrando era novo, e a gente estava numa caminhada, e, num primeiro momento, houve uma certa desconfiança.

Esse ambiente de disputas externas ampliou-se também nas relações com a mídia, principalmente, segundo o órgão gestor, através da crônica esportiva do RS. Em um dos documentos elaborados pelo DESP/FUNDERGS para reflexão interna no governo da FP, apontava-se a preocupação do órgão gestor com as constantes críticas provenientes dos órgãos de imprensa. Um dos trechos em que essa preocupação é manifestada diz o seguinte:

[...] Fomos muito pautados pela crônica esportiva gaúcha sobre a extinção do Projeto Bolsas Olímpicas. Desde o início manifestamos a nossa discordância dos critérios adotados para a sua distribuição. Defendemos que além dos critérios técnicos fossem também considerados critérios sócio-econômicos. Manifestamos a necessidade de serem adotadas formas transparentes e democráticas de seleção e pagamento dos atletas agraciados, estabelecendo valores iguais para todos os integrantes do programa. Identificamos várias irregularidades nos repasses dos recursos às Federações, no pagamento dos atletas e principalmente nas prestações de contas. Foram abertas auditorias, que confirmaram ainda mais irregularidades, além daquelas identificadas inicialmente, e solicitaram à SE a Tomada de Contas Especial, da qual originou-se a abertura de Sindicância para apurar irregularidades. [...]. Este assunto merece uma atenção maior do nosso governo, sob pena de sofrermos desgastes irreparáveis para a continuidade do nosso projeto (As Políticas Sociais de Esporte e Lazer no Governo Democrático e Popular do Rio Grande do Sul. Problemas de gestão de esporte e lazer, s/d, p. 8-9).

A análise de alguns documentos (principalmente matérias veiculadas em jornais) indicou ter havido fortes pressões da mídia com relação ao projeto político apresentado pela FP na área de esportes e lazer. Alguns desses indícios de resistência e de oposição por parte da mídia repercutiu nas declarações concedidas pelos colaboradores do grupo gestor estadual. De acordo com alguns depoimentos:

[...] as notícias, os comentários e reportagens da mídia sistematicamente combatiam as políticas que desenvolvíamos. Raramente encontrávamos espaços que nos oportunizavam anunciar os nossos projetos na mídia tradicional, na grande mídia, vamos dizer assim (Osmar, diretoria DESP/FUNDERGS).

[...] a gente via notícias ali, saíam, mas mais próximas dos jogos, dos jogos também. Eu também me lembro mais de notícias, talvez nem só sobre os jogos, sobre as políticas que o Departamento..., em notas de colonistas. Sabia que eram colonistas próximos a presidentes de federações e que por informações destes acabavam nas suas colunas notinhas pequenas alfinetando, dizendo que a política estava equivocada, que era uma política que não levava a nada e que, de certa forma, acabava virando notícia. Mas não era notícia que saía ali de dentro, de pessoas que iam buscar informações com quem trabalhava ali dentro. Tu vias que era uma informação colhida por terceiros, assim, que isso... mas não a notícia propriamente dita da imprensa (Mário, divisão pedagógica DESP/FUNDERGS).

[...] o poder que a mídia teve ao longo dessa gestão. Aliás, entre uma das grandes resistências, eu diria, as contrariedades que o departamento teve foi trabalhar com notas de imprensa, de rádio, etc, etc, etc..., que, aliás, esse é um dado significativo, ou seja, quem administra, ou seja, quem está na gestão pública, ter um olhar na mídia é fundamental, ou seja, então, gestão é também uma atitude midiática [...]. Só que aí o que é que acontece: quando você tem alguém na mídia que faz oposição, isso daí tem uma repercussão "n" vezes além do fato (Arnaldo, assessoria DESP/FUNDERGS).

Ao procurar analisar algumas matérias veiculadas principalmente em grandes jornais de circulação do RS, identifiquei algumas que procuravam com isenção repercutir notícias, declarações e situações que informavam a opinião pública das ações e projetos desenvolvidos pelo DESP/FUNDERGS. No entanto, outras notícias

que apareceram com bastante regularidade indicaram haver realmente uma direcionalidade desses meios de comunicação no sentido de repercutir criticamente o projeto político e esportivo desenvolvido pela FP no período em que esteve administrando o RS. Procurando não generalizar e utilizando para esta análise apenas os documentos (matérias em jornais) coletados, foi possível pressupor que havia motivos para a gestão da FP questionar a postura desses órgãos de imprensa quanto à repercussão que entendiam ser a mais correta e isenta para os fatos e acontecimentos relativos à promoção do esporte no RS. Um desses acontecimentos refere-se aos JIRGS de 1999. Com o título “Time profissional fica de fora – a participação de atletas federados é proibida em algumas modalidades”, o jornal Zero Hora (29/11/99, p. 11) apresentava a sua interpretação e formação de opinião com relação à edição dos jogos daquele ano no RS. Uma pequena síntese da matéria, traduz o enfoque dado aos jogos pelo jornal:

O folder de apresentação da 31ª edição Jirgs, que teve a fase final disputada no fim de semana<sup>103</sup> em Gravataí e Porto Alegre, diz que todos os gaúchos de diversas idades têm o direito de participar. Não é bem assim. Uma decisão tomada pelos próprios municípios proíbe a participação de jovens e adultos nascidos a partir de 1981 que tenham atuado em clubes federados em competições oficiais nos anos de 1998 e 1999, nas modalidades futsal, vôlei, basquete e handebol.

Outros dois depoimentos do grupo gestores estaduais indicaram que as resistências provenientes da imprensa se concentraram em razão da falta de projetos direcionados para o desenvolvimento do esporte de rendimento. Além disso, algumas declarações sintetizam também que as resistências da mídia se colocavam em um plano maior, ou seja, em um contexto de política que o novo governo estaria colocando em prática na sua gestão. No entender das colaboradoras:

---

<sup>103</sup> Dias 26, 27 e 28/11/1999.

[...] toda a relação com a mídia, ela não foi de uma forma totalmente facilitada, não é? Pelos princípios que nós defendíamos e exatamente porque queríamos uma mídia idônea, mas que pudesse levar e divulgar o que realmente se buscava fazer e o que estava se fazendo (Ângela, diretoria/SE).

[...] E, por sua vez, a imprensa também minava muito. Porque a imprensa, os órgãos de imprensa com exceções, eles vão a favor daquilo que é bom para eles, não é? E, no momento, aquela administração, acho que, por ser popular, a administração do governador Olívio Dutra para eles era um ponto contra. Então, isso aí, também... uma coisa que foi bem difícil para nós foi isso (Ana, divisão pedagógica DESP/FUNDERGS).

Analisando a declaração da informante acima, seria possível perguntar: em termos de esporte, o que é bom para a mídia? Ou, ainda, o que interessa a ela repercutir no âmbito do esporte? Tomando um pouco de cuidado e evitando generalizações, a grande parte dos meios de comunicação repercute o modelo hegemônico do esporte, ou seja, aquele que lhe rende capital financeiro, *status* e *ibope*. Refiro-me ao esporte de rendimento, que atualmente, chancelado e financiado pela indústria do espetáculo esportivo, movimentava quantias fantásticas de dinheiro. Ao reportar-se à centralização de interesses da mídia quando o assunto é o esporte, Thomaz (2000, p. 3) afirma que:

O Esporte, visível pela mídia, é só o do Rendimento, em especial o Futebol profissional. As demais manifestações e modalidades são absolutamente ignoradas pelas políticas públicas e pela mídia, a não ser depois que algum atleta ou equipe realiza um feito heróico, adquirindo destaque na mídia internacional, quase sempre pelo esforço individual dos atletas e/ou de algum técnico abnegado, apoiados por familiares e simpatizantes e/ou, raramente, financiados por algum mecenas “apaixonado”.

Neste princípio de análise, pretendo realizar algumas reflexões sobre as dimensões políticas e esportivas estabelecidas no cenário externo de disputas. Essas reflexões encaminham-me a uma análise de elementos teóricos para dialogar com as

declarações dos colaboradores participantes deste estudo. Inicialmente, para provocar esse diálogo, apresento duas questões gerais que parecem auxiliar-me nessa reflexão:

- Quais interesses estavam em *jogo* na implementação das políticas públicas de esporte e lazer no período de 1999 a 2002?
- O que estava em disputa no cenário externo das relações de concorrência estabelecidas entre o Estado e os segmentos que promovem e desenvolvem políticas esportivas no RS?

O governo da FP, ao eleger a radicalização da democracia, a inversão de prioridades e a inclusão social como seus princípios e eixos norteadores, anunciava em que direção iria atuar ao implementar suas políticas gerais e setoriais. Na área da promoção de políticas públicas de esporte e lazer, essa atuação foi visibilizada pelo órgão gestor de esporte e lazer como uma possibilidade de ressignificar as compreensões e concepções para essa área de atuação no RS. Definir o lazer como uma preocupação social, abrir canais de diálogo com segmentos marginalizados do esporte, promover debate com os setores promotores de esporte e lazer constituíram-se, segundo o órgão gestor, em objetivos a serem alcançados. Dessa forma, o DESP/FUNDERGS desejava que o monopólio do campo do esporte no RS funcionasse com uma lógica própria de regras, ou seja, que a autonomia e legitimidade desse campo dependesse da definição dos seus próprios interesses pelo conjunto daqueles agentes que compartilhassem desses mesmos interesses, ora defendidos historicamente pela esquerda no Brasil.

Ocorre que muitos segmentos interessados na promoção de políticas de esporte e lazer não compartilhavam desses interesses, não concordavam com a lógica de inversão de prioridades proposta pelo governo da FP e não compartilhavam da idéia do esporte e do lazer multifacetados, participativos e ressignificados. Portanto, no campo de disputas em que esses agentes se sentiam subordinados ao processo e com receio que seus rendimentos (capital político) fossem apropriados pelo Estado, houve vários tensionamentos e constantes estratégias de manutenção ou sucessão de poder. As declarações concedidas pelos colaboradores do grupo (federações esportivas) conduzem-me a interpretar que o DESP, na administração anterior à da FP, estabelecia uma melhor sintonia e parceria com as federações esportivas, com um grupo de

parlamentares, com uma parcela de municípios e com a mídia em geral, isso porque havia interesses em comum por um determinado capital, por determinados lucros e outros benefícios.

Portanto, se o ambiente estabelecido anteriormente ao governo da FP entre o DESP/FUNDERGS e os segmentos externos repercutidos anteriormente era muito harmônico e as relações estabelecidas atendiam a interesses mútuos, há motivos suficientes para pressupor que grande parte das disputas ocorridas entre o governo que assumia e esses segmentos resultava do rompimento de algumas práticas e posturas mantidas anteriormente. Alguns desses motivos aparecem nas falas de colaboradores do grupo federações esportivas. Para Antenor (presidente de federação), a política de esporte passou por dois momentos: o primeiro, no período de 1997 e 1998, em que “[...] houve uma revolução, [...] as federações tiveram muitos incentivos, os atletas tiveram a tal bolsa escolar, foi construída uma pista, [...] foram injetados recursos para que os JIRGS pudessem acontecer, [...]”. Já o segundo momento, de acordo com o colaborador, ocorreu no governo da FP. Para ele, “ao invés de a Frente Popular tirar algum proveito daquelas coisas boas, o que aconteceu: botou gente lá, que foi lá simplesmente para se vingar, e não para levar um trabalho”.

Com relação à política de esporte de rendimento, o DESP/FUNDERGS defendia-se argumentando que sua posição não era contrária a essa manifestação. Quando perguntado sobre as ações e projetos desenvolvidos pelo DESP/FUNDERGS nessa área, Osmar (diretoria DESP/FUNDERGS) relatou:

[...] nunca fomos e não somos contra o incentivo a atletas com talento esportivo e com potencial olímpico. Inclusive, queríamos expandir isso para atletas portadores de deficiência. Elaboramos um projeto alternativo, mas não tivemos condições de implementá-lo, por barreiras burocráticas impostas pela Secretaria da Educação e pela própria organização estrutural do governo do estado, que não abria brechas para esse tipo de debate.

Veremos mais a frente quais teriam sido as alternativas encontradas pela FP para equacionar e minimizar as tensões e disputas ocorridas durante a sua gestão e se

tais opções realmente corresponderam aos anseios dos segmentos externos que se sentiam descontentes e contrariados por seus interesses não estarem sendo garantidos.

No cenário externo de disputas, outra questão não menos central e importante foi a constante prerrogativa da gestão do DESP/FUNDERGS de construir políticas que atendessem a camada excluída da população. Vimos, no primeiro capítulo, alguns exemplos de ações e projetos que, segundo o DESP/FUNDERGS, tinham por objetivo o atendimento desses grupos em um processo de democratização do acesso a partir da inclusão social.

Ao considerar investigações no campo das políticas públicas de esporte e lazer, identifiquei, no estudo de Cristan<sup>104</sup> (2001), algumas relações que se aproximam do projeto político-programático implementado pela FP no RS, principalmente na questão que se refere ao processo de inclusão social. A autora, que investigou a gestão de esporte e lazer durante a administração da prefeita Luiza Erundina, em São Paulo, no período de 1989 a 1992, ressaltou em seu trabalho que, entre o final da década de 80 e início dos anos 90, governos identificados mais à esquerda no cenário político assumiram administrações preconizando em suas propostas uma agenda política, econômica e social que institucionalizasse a democracia como uma forma efetiva de governar. No que se refere à questão específica dos serviços prestados pelo órgão gestor de esportes à população, a autora acrescenta que “[...] havia como pano de fundo a questão da inclusão social de atores até então alijados da arena política” (id, p. 59). Ainda com relação à política de acesso proposta pelo município de São Paulo, Cristan relata que o trabalho desenvolvido na área de esportes

[...], esteve desde então voltado para a ampliação da capacidade de oferta de serviços em esportes/lazer pelo município, integrando a expansão destes serviços a um trabalho direcionado para os segmentos sociais tradicionalmente não atendidos através da inserção de práticas

---

<sup>104</sup> O estudo da professora Mara Cristan consistiu na análise da gestão de esporte/lazer da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação (SEME) do município de São Paulo. Parte dos resultados desse estudo, que resultou na tese de doutoramento da referida professora, podem ser acompanhados em artigo publicado na obra *Lazer e Esporte*, abril, 2001.

situadas dentro da visão de exercício físico e saúde, bem como da cobertura a algumas demandas populares por lazer/esportes (id, p. 68).

Analisando essas similitudes de conteúdos programáticos, predominantemente advindos de projetos propostos por administrações populares, como vimos no exemplo anterior e no que se insere o estudo em investigação, percebo com mais propriedade ainda a existência de diferentes interesses que estavam em disputa. Admitindo a existência desses interesses: onde é que residiam as contrariedades e diferenças desses segmentos externos para com a proposta de esporte e lazer da FP?

Anteriormente, apontei alguns aspectos programáticos que diferenciavam, principalmente, a atuação da gestão de esporte e lazer do governo anterior e a da FP. A análise dos dados empíricos realizados neste estudo aponta que o governo do RS, no período de 1997 e 1998, se identificava significativamente com as questões referentes ao desenvolvimento de políticas para o esporte de rendimento. Os projetos já referidos como *bolsas olímpicas*, patrocínio para eventos nacionais e internacionais e repasses de recursos para as federações esportivas justificam os interesses do governo que antecedeu ao da FP no que diz respeito à promoção de ações voltadas ao esporte de rendimento.

Embora o DESP/FUNDERG, teoricamente, na administração da FP, tenha manifestado posições que desmentiam a postura de negação ao esporte de rendimento, na prática, elas se confundiam. Essa análise pôde ser feita considerando algumas questões que a própria gestão admitiu e que sinteticamente já foram apresentadas no transcorrer deste estudo, como, por exemplo, a ausência de projetos de auxílio e incentivo a atletas com potencial esportivo, inexistência de políticas de patrocínio de eventos nacionais e internacionais, assim como de repasse de recursos financeiros a entidades esportivas. Talvez como tentativa de responder às críticas dos setores externos ao governo, o DESP/FUNDERGS apresentou e implementou, nos anos de 2000 e 2001, os JARGS<sup>105</sup> como alternativa à demanda de esporte de rendimento, que, segundo esses setores, estaria sendo desprestigiado pelo governo na

---

<sup>105</sup> Complementando o que já foi referido no primeiro capítulo, os JARGS procuraram atender à demanda de atletas federados excluídos do novo formato dos JIRGS. No período da gestão da FP, os jogos ocorreram nos anos de 2000 e 2001. Ver mais detalhes no epílogo.



época. Em um primeiro momento, parece-me que a criação dos JARGS pela FP como resposta às críticas de alguns segmentos sobre a inexistência de uma política voltada ao esporte de rendimento, repercutiu positivamente no ambiente esportivo do RS. No entanto, o cancelamento dos jogos no último ano da gestão da FP encaminha-me para algumas reflexões que aprofundarei no final deste capítulo.

A existência de uma fronteira que separava e distanciava os interesses do DESP/FUNDERGS dos interesses de alguns segmentos promotores do esporte no RS constituiu-se como um dos maiores obstáculos políticos e esportivos durante o governo da FP, o que resultou nas tensões e disputas por um determinado monopólio político. Provavelmente, a distância que separava os interesses desses grupos residia nas diferentes interpretações, concepções, interesses e manifestações das políticas na área do esporte e do lazer. Parece óbvia essa constatação, no entanto, é importante que a compreendamos a partir de um determinado tipo de intervenção do Estado. Para Bracht (1997), a intervenção do Estado na área do esporte, principalmente nas últimas cinco décadas, está relacionada diretamente, com algumas ressalvas, ao que países em desenvolvimento absorveram de países ricos e desenvolvidos. Para o autor, no caso do Brasil, o que foi absorvido até o advento da Nova República está caracterizado como uma relação corporativa e rígida do Estado com o setor de esportes. Nesse momento

[...], começou-se a construir estruturas denominadas no âmbito da teoria política, de neo-corporatistas. Estas estruturas ou relações são características dos países capitalistas centrais, principalmente os europeus, e existem principalmente na esfera da economia. Ou seja, o estado, não tendo condições de organizar/administrar sozinho e diretamente a produção ou prestar serviços diretamente, acaba buscando parceiros para tal. Estas corporações substituem, na verdade, os indivíduos nas suas reivindicações dirigidas ao estado ou poder público – muitas vezes paralelamente aos partidos. É claro que depende da orientação política do governo e do poder real de pressão destas corporações a eficiência das gestões junto ao estado (BRACHT, 1997, p. 81).

Linhares (1998) parece compartilhar do mesmo entendimento de Bracht quando, por exemplo, considera que não só a dominação econômica justificaria o processo de

intervenção do Estado nos setores ou corporações vinculadas ao esporte, mas também a orientação política de um determinado governo. A autora acrescenta que:

[...] dado o pluralismo de interesses e necessidades que giram em torno do esporte e do lazer, torna-se mais complexo o esforço de identificação das barreiras institucionais que excluem este ou aquele grupo, deste ou daquele direito. Acrescente-se a isso o fato de que, nos sistemas políticos democráticos, todos os setores possuem, pelo menos potencialmente, chances iguais de representação política(LINHALES, 1998, p. 77).

Como estamos tratando de políticas públicas, devemos partir do princípio de que seu conteúdo está diretamente relacionado com a natureza e o papel do Estado<sup>106</sup>, ou seja, parte-se da posição político-ideológica, dos princípios e das concepções que a norteiam e que deram sustentação ao projeto de governo.

No entender de Pinto (1998, p. 49-50), a dimensão da concepção de esporte moderno sustenta-se “como conjunto de normas restritas, cada vez mais específicas, racionalizadas e pautadas pela disciplina e obediência a regras codificadas para cada modalidade”. A autora salienta que essas normas padronizadas internacionalizam o esporte ou determinada modalidade esportiva, fundamentadas pelo princípio da seletividade, da performance e da instrumentalização do corpo e do jogo. A autora diz que o esporte:

[...] não se desvincula da trama social do contexto do qual se insere e se constitui. O seu sentido moderno o mostra, por exemplo, como parte das necessidades geradas pela imposição do modo de produção capitalista

---

<sup>106</sup> Para Vaz (2001a, p. 91), “[...], é moeda corrente no Brasil a discussão sobre o papel que deve ter o Estado na gestão da vida, do cotidiano de uma sociedade”. O autor acrescenta que o debate sobre o neoliberalismo, sobre a política econômica, sobre privatizações de setores públicos e outras temáticas sociais está vinculado e associado à questão do Estado. Ao concluir, o autor, tratando especificamente sobre esporte, destaca que “o debate encontra espaço quando o tema se refere às práticas corporais de forma geral e, muito especificamente, quando a referência é o esporte. A criação do Ministério dos Esportes no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, a criação e extinção do Indesp, e ainda o patrocínio, por empresas públicas (Caixa Econômica, Correios, Banco do Brasil, etc.), de equipes esportivas constituem exemplos da vontade estatal de intervir”.

como modelo econômico dominante no presente século e que provocou profundas mudanças socioculturais, demandando que coisas, lugares, ações, temporalidades, diversões, práticas sociais, enfim, tudo fosse reorganizado e todos adaptados às novas exigências. Tais mudanças destacam o sentido de Esporte como um dos meios de reforçar desigualdades sociais, interesses seletivos, privilégios, ações centralizadoras e excessivamente reguladoras, usos clientelísticos e negócios “lucrativos” (PINTO, 1998, p.49-50).

No caso da experiência da FP no período em que administrou o RS, é possível constatar que sua preocupação, ao propor políticas públicas para a área de esporte e lazer, se concentrava no estímulo de práticas esportivas e recreativas no âmbito do lazer em detrimento das que enfatizavam o esporte de rendimento. Assim como a experiência da gestão da FP no RS, outras administrações no campo da esquerda constituíram seus programas de esporte voltados para políticas de lazer. Sem querer desprezar outras possibilidades e exemplos de administração petistas no Brasil, Castellani Filho (1996, p. 18), ao referir-se a Diadema/SP e POA/RS<sup>107</sup>, localizou nesses municípios:

[...] uma percepção do papel do Estado que se antagoniza com o preceituado pela cartilha neoliberal e que tem como pressuposto, [...], o entendimento da necessidade de submeter o Estado ao poder da cidadania, compreendida sob a forma na qual os cidadãos se despojariam de seus interesses privados para decidirem, organizada e coletivamente, sobre o interesse público.

O estudo realizado por Cruz (2001) sobre a experiência da Frente Popular de Florianópolis na gestão Sérgio Grandó (1993/1996) aponta algumas convergências programáticas, na perspectiva de políticas de lazer, com a proposta da FP investigada neste estudo. De acordo com o autor, foi ousada a proposta da FP de Florianópolis ao

---

<sup>107</sup> Atualmente, apenas o município paulista mantém-se administrado pelo PT. Na última eleição em 2004, o PT, que vinha administrando Porto Alegre desde 1989, foi derrotado por uma grande coalizão de partidos políticos, encabeçados pelo Partido Popular Socialista (PPS).

eleger o lazer como um dos direitos fundamentais do cidadão. Na sua análise sobre essa questão, Cruz (2001, p. 103-104) refere que:

[...] o lazer, em conjunto com o esporte, foi apontado como uma atividade voltada para a integração social, pois permitiria reunir pessoas de diferentes classes sociais. Primeiramente, pode-se perceber o lazer entendido como uma atividade asséptica, livre de interesses ideológicos e políticos, pois ao considerá-lo como atividade de integração social, poderia estar sendo a ele atribuído o poder de dissolver as diferenças culturais existentes, dessa maneira tentando igualar o sentido que tais atividades poderiam ter para variados grupos sociais. Além disso, pode-se, também, a partir dessa observação entender o lazer com um papel social determinado, qual seja o de obscurecer as graves desigualdades. Essa pretensa homogeneização também não condiz com os suportes básicos de uma administração popular, pois tende a escamotear os conflitos sociais e a imobilizar as classes chamadas de subalternas, na medida em que estas são colocadas, pelo menos nos momentos de lazer, em uma pretensa (e inexistente) igualdade com as classes sociais que detém o controle político da sociedade.

No entanto, para uma grande parte dos grupos externos ao governo da FP, essas políticas não atendiam aos seus interesses; elas desprestigiavam a promoção do esporte de rendimento. Encontro em Stigger (1998) uma possibilidade de compreender essas diferentes manifestações no âmbito do esporte, principalmente aquelas que permearam o governo administrado pela FP. Mesmo ressaltando o cuidado necessário quando dessas generalizações, o autor, ao caracterizar o esporte em suas várias abordagens, possibilitou-me analisar o projeto político-pedagógico implementado pelo DESP/FUNDERGS, no período de 1999 a 2002, como sendo uma manifestação de esporte no âmbito da participação ou do lazer. Na sua visão, esses elementos,

[...] pelas suas possibilidades de participação ativa, abrem espaço para outras lógicas e motivações que possam vir a orientar a ação, como o simples prazer pela atividade, o encontro solidário entre os participantes e o interesse pelo desenvolvimento de hábitos ligados à saúde (id, p. 89-90).

No outro lado da fronteira dessa dimensão de compreensão e concepção de esporte no RS, estavam, como vimos anteriormente, os segmentos identificados mais com a política direcionada à promoção do esporte de rendimento. Nesse sentido, Stigger (1998, p. 88), ao analisar o esporte de rendimento, caracteriza-o como sendo

[...] vinculado à lógica da performance desportiva e à racionalização do treinamento, é aquele praticado nos clubes e nas federações. Para o praticante, ele insere-se no mundo do trabalho, enquanto que, para o cidadão comum [...], apresenta-se fundamentalmente como produto a ser consumido, veiculado pela indústria cultural através dos meios de comunicação de massa.

Existiam, portanto, no cenário das disputas externas da política pública de esporte e lazer implementada pela FP, forças que lutavam pela hegemonia e manutenção de um determinado monopólio esportivo, ora manifestado por políticas voltadas ao lazer ou participação, ora manifestado por políticas direcionadas ao esporte de rendimento.

Para que se possa ter uma compreensão mais apurada desses diferentes universos de interesses e disputas por uma determinada visão de esporte, é oportuno que se resgate como essa dimensão configurou-se no Brasil. Uma tentativa de trazer a discussão do esporte no âmbito de diferentes abordagens sociais pode ser encontrada em Tubino (1992). No contexto em estudo, que apontou a existência de disputas por determinados interesses – seja na dimensão do lazer/participação, seja na dimensão do esporte de rendimento –, o autor apresenta o fenômeno do esporte reconceituando-o nessas dimensões da seguinte forma:

O esporte-participação [...], referenciado com o princípio do prazer lúdico e que tem finalidade o bem-estar social dos seus praticantes. [...], tem como propósitos a descontração, a diversão, o desenvolvimento pessoal e as relações entre as pessoas; e [...], o esporte-performance ou de rendimento [...], traz consigo os propósitos do êxito esportivo, da vitória sobre os adversários e é exercido sob regras preestabelecidas pelos organismos internacionais de cada modalidade (id, p. 34 - 36).

Entendendo o esforço de Tubino ao procurar distinguir o esporte a partir de diferentes formas de praticá-lo, Stigger (2005) observa que, de certa forma, essa compartimentalização se vulgarizou em sua utilização, não só no uso recorrente em discursos da área da educação física/esportes, como também nas mais variadas situações. O autor complementa:

[...] seria difícil esperar que essas classificações conseguissem dar conta da realidade concreta, na sua totalidade. Assim, são dispensáveis maiores argumentações para que se possa acreditar que no âmbito do “esporte participação” uma mesma prática esportiva possa ser realizada por diferentes indivíduos e grupos, que podem dela se apropriar de várias formas, atribuindo-lhe significados diversos, eventualmente próximos do que Tubino denomina de “esporte *-performance*”<sup>108</sup> (STIGGER, 2005, p. 76).

Já os estudos realizados por Stigger (2001) e Vaz (2001b) constataram que as publicações que abordavam uma discussão sobre o esporte em uma perspectiva mais crítica no Brasil acentuaram-se com o processo de abertura política a partir da década de 80. Para Stigger (2001, p. 70-71), a análise das produções<sup>109</sup> de Cavalcanti (1981), Bracht (1987/1989) e Kunz (1994), mesmo representando diferentes visões<sup>110</sup>, sustentadas em referências das ciências sociais, convergem para um conjunto de pontos em comum. De acordo com o autor,

[...] o primeiro deles – apesar de algumas colocações relativizadoras - é uma posição que tende para identificar o esporte numa visão única, homogênea e homogeneizadora, que teria como modelo o esporte de rendimento; o segundo, é a crítica que é feita a este modelo, principalmente quanto às suas possibilidades educacionais; o terceiro é uma vontade de transformar o esporte, adequando-o ao que os autores consideram ser os objetivos educacionais da escola; o quarto é uma

---

<sup>108</sup> Grifo do autor.

<sup>109</sup> As produções referidas são respectivamente: *A função cultural do esporte e suas ambigüidades sociais*; *A criança que pratica esporte respeita as regras do jogo* e *Esporte – Estado – Sociedade*; *Transformação didático-pedagógica do esporte*”.

<sup>110</sup> Sobre visões do esporte, ver Stigger, 2005.

dúvida/incerteza sobre as possibilidades desta transformação, expressa na ênfase que é sempre dada aos aspectos por ele criticados acerca do esporte. Enfim, identifico um pensamento ambíguo sobre o esporte e sobre as suas possibilidades educacionais no contexto escolar: ora o esporte de rendimento é visto com enorme força no sentido da sua hegemonia cultural, ora é visto como passível de ser transformado, tanto no contexto do lazer, como no da escola.

A análise que Vaz (2001 b) propõe, embora esteja no mesmo contexto abordado por Stigger, consiste de alguns comentários mais direcionados à crítica ao esporte, considerando como referência a Teoria Crítica do Esporte. Para o autor, essa análise identifica, por exemplo, o campo da esquerda como o mais contundente nas críticas ao modelo de esporte no Brasil, mais especificamente, centralizando as críticas e o debate em torno da concepção mais hegemônica de esporte, ou seja, a concepção do esporte de rendimento. De acordo com Vaz (2001b, p. 98):

[...] a Teoria Crítica do Esporte procura mostrar a correspondência estrutural e a identificação conceitual entre esporte e trabalho, sobretudo no que se refere aos processos de racionalização. O trabalho junto à linha de produção seria uma imagem correspondente àquele do atleta submetido aos princípios do treinamento esportivo, às repetições coordenadas das calculadas cargas de esforço. Nesse contexto, poderia ser dito que o esporte reproduz a lógica do trabalho, reforçando seu caráter de mercadoria, de reificação e de disseminador de ideologia. Além disso, seria ele repressivo, canalizando energias pulsionais potencialmente libertadoras, para fins que perpetuariam a dominação individual e de classe.

No ambiente externo das disputas ocorridas durante a gestão do DESP/FUNDERGS, essas diferentes perspectivas, tanto no âmbito sociocultural, quanto no da teoria crítica social, reforçam o entendimento de que o monopólio esportivo no RS durante o período do governo da FP se concentrava nos limites de compreensão dessa dimensão de política e de esporte estabelecida no período de 1999 a 2002.

E os JIRGS? Como esses jogos inseriram-se nesse cenário externo de disputas? Segundo o DESP/FUNDERGS, os JIRGS repercutiram entre seus principais protagonistas pela alteração de uma lógica de jogos hegemonicamente estabelecida no RS antes de sua gestão. Essa intervenção, de acordo com o órgão gestor, alterou os jogos – de uma concepção que privilegiava decisões verticais e unilateralidade na definição de regras e regulamentos passou-se para outra dimensão conceptual, em que a participação dos protagonistas era mais efetiva. A repercussão dessa mudança de concepção político-esportiva dos jogos, inserida no contexto das disputas externas, será discutida do próximo tópico, consistindo em uma análise mais particular dos JIRGS nesse contexto.

#### **4.1.1 OS JIRGS NO CENÁRIO DAS DISPUTAS EXTERNAS**

A análise das entrevistas realizadas neste estudo ratifica as informações coletadas nos documentos e problematizadas no primeiro capítulo deste trabalho. As declarações das entrevistas reiteram as posições divergentes, as contrariedades existentes e as disputas ocorridas entre os protagonistas dos JIRGS no período administrado pela FP na área de esporte e lazer. Os dados empíricos analisados apontam que o DESP/FUNDERGS, ao ressignificar um conjunto de concepções referentes aos jogos, desencadeou vários embates e discussões sobre os rumos a serem propostos aos JIRGS em sua gestão. Alguns indicativos das reações e das diferentes compreensões com relação aos jogos serviram como um suporte fundamental para a discussão empreendida neste tópico.

Ao serem perguntados sobre quais teriam sido as principais características dos JIRGS na gestão da FP e como os jogos foram construídos ou reconstruídos, os colaboradores do grupo gestor estadual responderam o seguinte:

[...] uma das questões significativas era, eu diria, desafiadora dos JIRGS enquanto vitrine de atletas. Como você vai constituir jogos intermunicipais guardando a proporção programática da inversão de



prioridades e democratizando o acesso dos jogos? Porque, na verdade, é a grande manifestação esportiva, como, então, eu acho que o grande desafio era exatamente esse, como garantir que não somente atletas clássicos daquelas modalidades esportivas pudessem ter acesso também a esse circuito, a essa grande troca. Porque eu acho, na verdade, os jogos são... é uma grande celebração, é uma grande festa, na verdade. Então, eu diria que a grande responsabilidade de gestar os JIRGS de 99 a 2002 foi exatamente como oportunizar que mais pessoas, levando em consideração a inversão de prioridades, pudessem participar dessa festa, participar dessa grande festa, desse grande evento (Arnaldo, assessoria DESP/FUNDERGS).

[...] É óbvio que a idéia dos jogos, acho que nasceu dentro dessa idéia de programa de governo como um todo. Era mais um movimento. Existiam embates internos, bom, faz parte do jogo. Quem idealizou, quem pensou, quem trabalhou em todos os jogos pensava com a cabeça no governo. Procurava, sem dúvida, essa questão de inclusão, essa questão de democracia, tivesse sempre presente, sempre próximas do que era a idéia de governo que o programa trazia (Mário, divisão pedagógica DESP/FUNDERGS).

Essas declarações permitem-me perceber o quanto estava presente o interesse do órgão gestor em democratizar o acesso aos JIRGS. Presumo, com isso, que, no entendimento do DESP/FUNDERGS, o modelo dos jogos até então seguido no RS não atendia à prerrogativa da participação mais democrática no evento. A partir desse entendimento, o órgão gestor estadual buscou, em seus principais interlocutores – os municípios –, apoio às suas iniciativas. Osmar (diretoria DESP/FUNDERGS), ao refletir sobre a implementação dos JIRGS na gestão da FP, disse:

[...] Com relação aos jogos intermunicipais, também pensamos em fazer um debate com os gestores municipais de esporte e lazer, pensando na questão do esporte nos jogos intermunicipais. Chamamos os gestores dos municípios para fazermos um diagnóstico da situação, das dificuldades e possibilidades dos jogos intermunicipais. A partir das dificuldades encontradas e a partir das expectativas ou das propostas que vieram dos municípios, redefinimos os jogos intermunicipais, fazendo com que os municípios fossem mais valorizados na gestão dos jogos, que funcionassem como protagonistas do processo, não só de construção dos calendários e dos regulamentos, como da própria organização da estrutura organizacional, contribuindo com recursos

municipais, sem omitir a responsabilidade do Estado de garantir a outra parte dos recursos. Foi um trabalho de parceria com os municípios.

Ao interpretar essa declaração, percebo a existência de uma decisão política significativa por parte do DESP/FUNDERGS com relação aos atores principais que estariam sendo escolhidos para protagonizar a gestão dos JIRGS em conjunto com o órgão gestor. A meu ver, a decisão política do DESP/FUNDERGS consistia de os grandes interlocutores dos jogos se restringirem aos gestores de esportes dos municípios, mesmo considerando que alguns, em determinados momentos, poderiam ter seus interesses contrariados pelas mudanças.

Entendo que essa opção do DESP/FUNDERGS, ao reconhecer nos gestores municipais seus principais protagonistas para realizar o debate sobre os JIRGS, representou, na dimensão política dos jogos, o início do processo de embates, principalmente com relação às federações esportivas. Essa decisão política foi manifestada a partir das seguintes declarações:

[...] Não chamamos as federações para o debate dos jogos intermunicipais, num primeiro momento, a não ser para opinar, sugerir ou debater. Entendíamos que a deliberação e que o processo decisório em relação aos jogos intermunicipais deveria partir dos municípios (Osmar, diretoria DESP/FUNDERGS).

[...] Eu acho que uma das coisas significativas foi os JIRGS serem gestados pelos gestores públicos municipais. Ora, você sentar com aquela diversidade de pensamentos dos gestores municipais, propor que as condições são essas... . Porque também, e esse é um dado interessante, é você pautar os gestores, porque se você vai aberto para o que é que podem ser os JIRGS, sem nenhuma direcionalidade, e eu acho que esse foi um diferencial, quer dizer, é você apontar alguns princípios, ora, ele tem que ser incluyente, ele tem que ser participativo, ele tem que ser descentralizado, quer dizer, alguns dos motes dos jogos, isso foi importante, ou seja, o DESP trouxe um mote. Então, em 99, o mote estava posto, a cara da gestão popular estava posta. Mas, para ser discutida? Para ser discutida com os gestores municipais, que eu acho que seriam os grandes interlocutores dos jogos intermunicipais. [...]. Então, você poder sentar com esses gestores... Eu acho que foi um dos

grandes elementos significativos... e ver as diferenças. E aí um detalhe: contrariava alguns e recebia o acolhimento de outros (Arnaldo, assessoria DESP/FUNDERGS).

Essa decisão e a escolha, pelo DESP/FUNDERGS, dos rumos para os JIRGS de forma articulada preponderantemente com os municípios romperam também, a meu ver, com uma prática que ocorria na implementação dos jogos a cada ano no RS – a prática do formato dos jogos (quem participa, sedes, regulamento, contrapartidas e etc) ser decidido por um grupo fechado de pessoas, geralmente do próprio órgão gestor estadual. É o que pôde ser concluído da declaração da colaboradora Eliane (diretoria de esportes/Esteio), ao comparar a gestão que administrou o DESP em 1997 e 1998 com a da FP no que se refere à participação dos municípios nos JIRGS: “De 97 e 98, não tinha esse tipo de discussão, simplesmente o município era convidado a participar dos jogos que já estavam todos determinados e moldados. Então, era bem restrita... participa ou não participa, não tem a discussão”.

Com relação ao processo de participação dos municípios nas discussões preparatórias dos JIRGS no período da gestão da FP, os integrantes do grupo de gestores municipais comentam o seguinte:

[...] A política de participação dos municípios na elaboração de regulamento e de estruturação também foi alguma coisa importante. Para quem estava organizando dentro do seu município, muitas vezes não era o que a gente queria, tanto que foi vencida em algumas votações, mas pelo menos a gente tinha segurança de que, bom, a gente tinha condições de discutir (Lúcio, gerência de eventos esportivos/POA).

Todas as discussões, a princípio, eram bem abertas. Acho que para os outros municípios também deve ter sido da mesma maneira. Nós recebemos correspondência em que se tinha abertura para questionar tudo. Então, assim, se tinha mais ou menos uma certa estrutura, mas isso, de maneira nenhuma, foi colocado como fechado. E se tinha ampla liberdade de se questionar, discordar. [...]. Mas, de qualquer maneira, se tinha essa abertura, se tinha essa discussão e se tentava melhorar a cada edição. Acho que assim: foi um processo crescente, talvez com

umas coisas que se decidiram e [com que] não se concordou. Depois que tenha sido feito, talvez não da maneira mais adequada, mas na hora era o que se achava que era melhor. Então, eu acho que não teve de maneira nenhuma e de nenhum dos lados, assim, coisas fechadas, que não fossem abertas para discussão. Se teve liberdade para discutir todas as questões (Eliane, diretoria de esportes/Esteio).

Outra decisão política da gestão da FP, de grande repercussão nos JIRGS, foi a tomada de posição do DESP/FUNDERGS sobre a restrição dos atletas federados. Essa decisão aumentou ainda mais as disputas e contrariedades entre o órgão gestor e as federações esportivas. Essas entidades, que estavam engajadas em um modelo de jogos competitivos tradicionais, alimentavam a expectativa de que a FP pudesse dar prosseguimento ao projeto de JIRGS proposto pela administração anterior e por outras administrações passadas. Parte das mensagens proferidas pelo DESP/SE em 1997, em Santa Maria/RS, e em 1998, em São Leopoldo/RS, aos atletas participantes da fase final dos JIRGS indicava em que perspectiva os jogos estavam sendo implementados pelo governo na época, defendido pelas federações esportivas.

[...] Nosso desejo é ver todos estes jovens com um futuro brilhante, aliando educação, esporte e cultura. Que todos atinjam suas metas e trabalhem sempre pela salutar competitividade, colocando o esporte brasileiro em patamares cada vez mais elevados (Boletim dos XXIX JIRGS, 1997).

[...] Os Jirgs deste ano consolidam, para o esporte do Rio Grande do Sul, a recuperação do prestígio do cenário nacional. O apoio que vem sendo dado pelo governo do estado, aliado ao espírito esportivo do povo gaúcho, faz com que voltemos a ter uma das mais fortes competições estaduais de esporte amador do Brasil. Os frutos deste trabalho serão colhidos em pouco tempo, com pódios e mais pódios (Boletim dos XXX JIRGS, 1998).

De acordo com Célio (presidente de federação), o interesse do DESP/SE no governo Britto era transformar os JIRGS em uma verdadeira olimpíada. Ao ser

perguntado como eram os jogos antes do governo da FP, Célio respondeu: “[...] com ações da mídia, com parcerias, com empresas de telecomunicações, para realmente dar visibilidade aos jogos e fazer realmente esse evento uma olimpíada estadual”. Se esses objetivos correspondiam aos interesses das federações, a limitação na participação de atletas federados no governo da FP surgiu como mais um entre tantos motivos para disputas entre as partes. As declarações dos colaboradores do grupo federações esportivas sobre essa decisão são enfáticas:

[...] foi equivocada. Porque eu acho que todo atleta é federado porque ele tem algum rendimento. Ele já é um pessoa que serve para se espelhar. Então, qualquer torneio em que tu tiveres uma estrela, com certeza, aquele torneio vai ter um outro sabor, ele vai ter uma outra conotação. Porque as pessoas vão lá para ver o fulano ou “vou disputar com o fulano”. Ou, também, aqueles que são fracos, que são covardes dizem assim: “não, eu não vou porque o fulano está jogando lá”; “não, eu quero ser bom, eu tenho que me meter onde estão os bons”. Então, por isso é que eu sou contrário a isso... Eu acho que jogos intermunicipais são para todo mundo, basta tu seres do município (Antenor/presidente de federação).

[...] totalmente contra isso, principalmente se eu sou presidente de uma federação, e eu acho, como eu te falei há pouco, os jogos intermunicipais são [...] um evento em que o nível técnico tem que estar estourando a fita para dar resultado. No momento em que tu tiras os federados, tu fazes um outro tipo de campeonato, que poderia... Eu não sou contra esse outro tipo de campeonato, de não-federados. Mas daí já tem... Ou tu fazes um campeonato de não-federados e fazes um de federados (Bráulio/presidente de federação).

A concepção política e de esporte presente nos discursos da administração que antecedeu o período da FP, assim como aquela manifestada nas falas anteriores, indicava que os jogos estavam sendo construídos, em igual período, a partir de uma grande representação de símbolos e de discursos de superação dos próprios limites físicos (rendimento) através da conquista de recordes e medalhas. Nesse contexto, percebe-se, nos discursos e manifestações referidas, uma dimensão de concepções em

que o capital simbólico se apresenta e se representa pelas expressões “rendimento”, “competitividade”, “pódios”, “olimpíadas” “espelhar-se” e “estrela”.

Ao perceberem que estavam perdendo o protagonismo dos JIRGS e, conseqüentemente, o capital político que haviam conquistado ao longo dos anos no RS, as federações esportivas utilizaram-se de vários expedientes para reconquistar o monopólio dos jogos, como, por exemplo, pressões por meio da mídia, muitas vezes com a chancela e o apoio de parlamentares identificados com esses segmentos. No meu entendimento, os constantes desgastes promovidos por essas entidades fizeram com que a própria gestão do DESP/FUNDERGS recuasse em algumas decisões tomadas em conjunto com os municípios, haja vista o retorno dos atletas federados aos JIRGS ainda na gestão da FP em 2002 e também nas edições subseqüentes. Além disso, as modalidades de ciclismo e ginástica, por exemplo, que haviam sido retiradas dos jogos na gestão da FP, foram reintegradas aos jogos na atual administração. As diferentes concepções e interesses por um determinado modelo de jogos puderam também ser verificadas no estado de Santa Catarina/SC. Ao problematizar os jogos abertos do referido estado (JASC) a partir de uma reflexão das políticas públicas no âmbito do esporte de alto rendimento, Vaz (2001a) refere que há, nesse estado, um debate polarizado sobre os rumos dos jogos – um determinado grupo defende algo próximo de uma competição olímpica e outro grupo defende seu caráter mais comunitário. Segundo o autor:

Os defensores de um JASC “olímpico” são aqueles que predicam a profissionalização dos Jogos. Isso parece corresponder a um tremendo desejo de se ter uma “olimpíada própria”, que está presente em diferentes segmentos da sociedade contemporânea: colégios, associações profissionais, grupos tradicionalmente marginalizados – como homoeróticos, portadores de necessidades especiais, indígenas, mulheres e trabalhadores –, todos procuram encontrar, talvez paradoxalmente, um espaço de afirmação cultural. [...]. Por outro lado, é possível que os Jogos não se sustentem da forma como estão, misturando atletas de elite com outros sem o mesmo apuro técnico, o que talvez desagrade a todos. (VAZ, 2001a, p. 94).

Integrantes desse cenário de disputas externas, os municípios exerceram com autoridade a condição conferida pelo DESP/FUNDERGS de principais protagonistas dos jogos durante o seu período de administração. Parece-me que essa condição ficou clara na medida em que muitos municípios, principalmente aqueles em que o rendimento esportivo não prevalecia em suas equipes, estrategicamente iniciaram um processo de debate em que tensionavam a condição de participação de atletas federados nos JIRGS. Um dos responsáveis por essa articulação foi o município de Balneário Pinhal<sup>111</sup>, que, juntamente com o apoio de outros municípios, desencadeou o processo de debate para a restrição da participação de atletas federados nos jogos. A declaração feita por Leandro (diretoria de esportes/Balneário Pinhal) relata uma parte desse processo:

Bom, eu não vejo razão para toda essa polêmica. Porque nós fizemos, na época, eu não tenho bem certeza, mas ao longo do tempo da exclusão dos federados, nós fizemos no mínimo seis reuniões de nível estadual. Além das microrregiões, foram feitas reuniões e depois fizemos debates em reuniões em Porto Alegre. Até foi feito no auditório do centro administrativo. Lá, eu recordo que, no mínimo, três reuniões eu tinha presenciado, que foram as três principais. Foi quando, na época, foram chamados todos os municípios, e teve uma oportunidade com mais de 200 municípios presentes. Isso eu lembro bem. Claro que teve restrições daqueles municípios grandes que não queriam barrar os federados, e os menores queriam. Mas nós, em todas as votações, nós sempre fomos vencedores da proposta de tirar os federados. Nós do município de Balneário Pinhal, nós éramos um município que brigávamos pelos não-federados nos JIRGS. Não quero dizer com isso que não poderiam ter outras competições que eles pudessem jogar, mas nos JIRGS, nós sempre lutamos para não ter os federados.

Provavelmente, os espaços para debate e discussão dos JIRGS que foram proporcionados pelo DESP/FUNDERGS e que, segundo o relato de alguns colaboradores, não existiam antes de a FP assumir o governo,<sup>112</sup> abriram lacunas para

---

<sup>111</sup> Esse município integra a região do litoral norte do RS. No período de 1999 a 2002, a cidade foi administrada pelo PMDB, partido que havia sido derrotado nas eleições para a FP.

<sup>112</sup> Ao ser perguntada como era a relação e a participação dos municípios do RS com os governos que antecederam o da FP, Eliane respondeu: “Não tinha, não havia discussão; Nós participamos tanto..., não 97, não, 97 e 98 nós participamos, e não se tinha essa discussão, essa abertura. [...] Se discutiam as

as mais variadas manifestações, principalmente daqueles municípios que discordavam da forma como os jogos vinham sendo realizados. Quando perguntada sobre quais haviam sido as repercussões entre os municípios e se havia consenso entre eles em relação à limitação na participação de atletas federados, Eliane (diretoria de esportes/Esteio)<sup>113</sup> respondeu

:

Bom, consenso não era, mas foi a maioria. Com essa decisão, a gente também mexia em questões preestabelecidas e no destaque de alguns municípios em função das equipes que se tinha dentro dos municípios. Por exemplo: algum município tinha destaque só com uma modalidade que tinha um determinado patrocínio e que interessava aparecer [...]. Então, na verdade, a gente tinha... estava mexendo no brilho de algumas estrelas. E isso incomoda, claro que incomoda. [...]. Mas foi a decisão da maioria, de retirada dos federados e dos não-federados. Mas isso não foi consenso, mas foi decisão da maioria. Que é o que eu acho que tem que se pensar; consenso vai ser bem complicado, mas é a decisão da maioria.

As disputas pela participação dos atletas federados nos JIRGS não se restringiram exclusivamente à relação com as federações esportivas. Como relatou a colaboradora, alguns municípios<sup>114</sup> foram contrários à idéia da limitação na participação

---

datas, se discutiam questões menores, para mim, sobre as atividades, mas nunca se tinha feito uma discussão sobre o projeto, sobre um trabalho a longo prazo, sobre o que se precisa de esporte e lazer no estado. O que se tem, afinal de contas? Quem são as pessoas que coordenam isso? Tem condições de fazer alguma coisa com o município ou não? Ou para o estado ou não? Essa discussão não se teve, tanto que, de 97 a 99, o meu trabalho dentro do município era, assim, bem restrito, porque eu não tinha com quem fazer as discussões e com quem trocar idéias do que seria mais adequado ou não. Então, a partir de 99, nós tivemos isso, a discussão era muito boa e produtiva”.

<sup>113</sup> Esse município integra a região metropolitana de Porto Alegre. No período correspondente ao da gestão da FP, Esteio era administrado pelo PSB, partido apoiador do governo Olívio Dutra.

<sup>114</sup> Os tensionamentos ocorridos entre o DESP/FUNDERGS e a Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer de POA (SME) não se restringiram apenas a disputas de cargos e funções para a composição do órgão gestor estadual. As diferentes posições e compreensões sobre o novo formato dos JIRGS na gestão da FP necessitaram da intervenção de integrantes da FP com o objetivo de apaziguar os ânimos alterados por conta das mudanças realizadas nos jogos. É o que se conclui da matéria veiculada no jornal *A voz do Amador* (Agosto/1999, p. 6) sob o título “Bombeiro”. A matéria refere que “o vereador Carlos Alberto Garcia (PSB), foi chamado para atuar como bombeiro no princípio de incêndio entre o Desp e a SME com relação aos JIRGS. A turma da capital não estava conforme com algumas coisas que o Desp queria introduzir nos Jogos e chegou a ameaçar de não comparecer ao evento. Dizem que tudo ficou resolvido. Será verdade? Esperamos que sim”. O PSB integrava os partidos que formaram a FP no RS durante o período de 1999 a 2002.



dos atletas federados nos jogos. Foi o que Lúcio (gerência de eventos esportivos/POA) declarou:

[...] num primeiro momento, essa votação para tirar os federados, eu estava junto. Quem puxou foram municípios pequenos, município de Pinhal, outros municípios do litoral que participam com uma ou duas equipes. Fizeram essa defesa e levaram... Nós fomos voto vencido. Nós achávamos que tinha que ser aberto para todo mundo. Num primeiro momento, foi ruim até porque a gente tinha que dizer para algumas pessoas que participavam dos nossos jogos que “esse ano, olha, esse ano, vocês não vão poder jogar, porque tu jogaste num clube”.

Outro tensionamento ocorreu quando da proposta feita pelo município de Canoas<sup>115</sup> para que os JIRGS, no ano de 1999, não ocorressem. Em substituição aos jogos, o município propôs que fosse realizado um seminário para discutir os rumos dos JIRGS para os próximos anos. No entendimento de Moisés (diretoria de esporte/Canoas), “naquele momento, deveriam ter sido parados os jogos intermunicipais, ter discutido melhor a forma de participação ou reiniciar de uma outra forma com um tamanho bem menor”. No entender de Lúcio (gerência de eventos esportivos/POA), essa disputa acabou afastando o município de Canoas dos JIRGS em 1999. O colaborador relata que Canoas, “depois, aos poucos, foi voltando, mas houve momentos em que entrou em choque”. Referindo-se ao que o município de Canoas defendia, Lúcio concluiu: “nós temos que parar e discutir e não vamos fazer...; então, nós não vamos participar este ano”. Esse acontecimento gerou um ambiente tenso entre o DESP/FUNDERGS, que não admitia romper com um processo histórico iniciado em 1967 com o município de Canoas. Na opinião de Moisés (diretoria de esporte/Canoas):

[...] foi uma coisa que entristeceu muito na época. Porque a gente achou que não tinha sido bem compreendido na proposta. E as pessoas que

---

<sup>115</sup> Esse município integra a região metropolitana de Porto Alegre. No período da gestão da FP no RS, a cidade foi administrada pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), partido que integrava o bloco de oposição ao governo Olívio Dutra na época.

defenderam a proposta do JIRGS acabaram defendendo o conservadorismo de uma competição que poderia ter sido reelaborada e ter um formato bem mais atualizado. Isso foi uma coisa que a gente lamentou muito, muito mesmo. Por quê? Como tinha bastante gente nova na época, a gente achou que viriam idéias novas, e permaneceram os jogos intermunicipais praticamente da mesma forma de realizar em termos anteriores, que a gente já tinha visto que estava numa forma falida. Uma forma mais falida que estava era essa... e a gente achou que poderia ser naquela administração, de um governo que estava tentando modificar muitas coisas, e a gente achou que poderia ter revitalizado os JIRGS, que até hoje ainda não foram revitalizados, continuam da mesma forma que em 1981, 82. Em 82, quando foi realizado em Canoas, era assim.

Essa proposta do município de Canoas de interromper os JIRGS, ao que tudo indica, reunia alguns fatores de competência técnica, como a própria estrutura física dos jogos e de recursos financeiros. No entanto, parece-me haver uma dimensão política significativa liderada por Canoas no sentido de representar um conjunto de municípios grandes que tinham uma responsabilidade histórica na participação nos jogos desde a sua criação em 1967.

Frustrada ou não a tentativa de Canoas de liderar um processo de reestruturação dos JIRGS, a gestão da FP nos anos de 2000 e 2001 decidiu redimensionar os jogos suspendendo a fase final e redistribuindo os recursos materiais e financeiros entre várias regiões para que, então, de forma regionalizada, os municípios pudessem participar dos jogos. Essa mudança relevante ocorrida nos jogos não teria sido a forma de revitalização dos JIRGS proposta pelo município de Canoas? As repercussões dessa mudança e de outras que surgiram no decorrer da investigação, assim como o desmembramento de questões que ultrapassaram os limites do cenário de disputas externas, serão analisadas no âmbito das disputas internas, que passo a considerar.

## 4.2 O CENÁRIO DAS DISPUTAS INTERNAS

A existência desse cenário no contexto das políticas públicas de esporte e lazer surpreendeu-me bastante. Ocorre que, mesmo com os colaboradores dos três grupos tendo participado da gestão da FP nessa época, suas informações revelaram uma quantidade significativa de disputas e conflitos existentes principalmente entre a gestão do DESP/FUNDERGS e da SE. Esse diagnóstico ficou muito presente a partir da realização das entrevistas, que evidenciaram informações contundentes sobre as relações internas estabelecidas no período de 1999 a 2002. Observei que a construção desse ambiente interno de disputas ocorrido na gestão de esportes da FP se constituiu predominantemente pela necessidade de a temática de esporte e lazer ser reconhecida e valorizada pelo conjunto do governo como uma das áreas prioritárias da sua administração.

A revelação desse ambiente interno de disputas e interesses na gestão do DESP/FUNDERGS, que repercutiram nas relações estabelecidas entre este e a SE e, ainda, em alguma medida, no governo da FP, encaminhou-me para a seguinte decisão metodológica: buscar informações complementares que me auxiliassem na compreensão das razões que motivaram essas tensões internas. A decisão tomada, então, foi a de realizar mais uma entrevista. Como critério para a escolha de mais um colaborador, considerei alguém que tivesse integrado a direção da SE na época do governo da FP.

Provavelmente, o que pode ter encontrado resistência e esbarrado em questões estruturais, políticas e conceituais no transcorrer da gestão do DESP/FUNDERGS, no período de 1999 a 2002, foram as dimensões dadas e estabelecidas para a política pública de esporte e lazer. Essas questões, que foram problematizadas e que consistiram de vários relatos dos colaboradores, concentraram-se principalmente nas informações dos integrantes do grupo gestor estadual. Segundo Osmar (diretoria DESP/FUNDERGS), uma das maiores dificuldades enfrentadas na implementação das políticas de esporte e lazer constituiu-se na falta de recursos financeiros. Ao ser perguntado sobre a implementação dessas políticas, o colaborador respondeu:

[...] Nossa grande dificuldade durante todo o governo foi não contar com recursos orçamentários para o esporte. A Secretaria da Educação não previa recursos para o esporte praticado fora da escola, e nós não contávamos, em 1999, com os repasses da União. [...]. Mesmo com os entraves da execução financeira por conta da não-compreensão dos responsáveis pela área financeira do centro do governo e da Secretaria da Educação de que o Departamento de Desportos, apesar de pertencer à Secretaria de Educação, de estar vinculado às receitas da educação, tinha uma responsabilidade pública de trabalhar com o sistema de esporte que não fazia parte do sistema de educação.

Parece-me que a mesma dimensão de política e de esporte visualizada pelo DESP/FUNDERGS não era compreendida pela SE, dados os contingenciamentos de recursos financeiros definidos pela Secretaria, que se distanciavam das demandas de ações e projetos de que a referida área necessitava. Ainda sobre as dificuldades financeiras, Arnaldo (assessoria DESP/FUNDERGS) declara que:

[...] ousamos discutir orçamento do próximo ano<sup>116</sup> de maneira intercambiada, ou seja, não íamos somente gestar os poucos recursos da Secretaria da Educação. Ousamos tentar fazer projetos e programas de ação do departamento que não necessitassem somente do orçamento da Secretaria da Educação, que pegassem um orçamento da Secretaria do Meio Ambiente, da Secretaria de Cultura. Só que um diretor de departamento ou alguns setores do departamento da Secretaria da Educação sentar com os estafes de outras secretarias, isso cheirava, aliás, não só cheirava, cheirou a atravessamentos da secretária da Educação, ou seja, a secretária da Educação se sentiu altamente afetada por não ser a interlocutora disso. Só se você sentar com a Secretaria da Educação para que ela faça as interfaces... [senão] essas interfaces não saem.

A falta de recursos financeiros eram atribuídos pela SE à grande demanda de ações e projetos da Secretaria, dificultando a liberação de recursos para a área de esporte e lazer. Havia, no entendimento da SE, primeiro o desafio de convencer as próprias pessoas da Secretaria de que existia uma nova concepção de política para o esporte para que, num segundo momento, esse entendimento revertesse em liberação

de recursos. Para Ângela (diretoria/SE), essas disputas por recursos financeiros apontavam:

[...] outra dificuldade. Eu acho que é por conta da amplitude do que se queria e dos limites do que se podia conseguir. Porque isso gera angústia, isso gera ansiedade, isso gera uns conflitos, tensionamentos entre as próprias pessoas protagonistas da política e, portanto, desavenças, quebras e tal... como conseqüências de problemas maiores, com certeza, e não como problemas iniciais.

Provavelmente, a existência de problemas maiores apontada pela colaboradora acima esteja relacionada às dificuldades de interlocução e diálogo do DESP/FUNDERGS com a SE. É relatado pelo órgão gestor que havia dificuldades de serem abertos canais de discussão para além da temática escolar, ou seja, o que tratasse de esporte fora da escola não teria lugar dentro do debate da SE. No entender de Osmar (diretoria DESP/FUNDERGS): “[...] como não tínhamos espaço dentro da Secretaria da Educação, tentamos espaços em outras instâncias de governo. Mas não podíamos debater com outras instâncias de governo sem que a secretária da Educação encaminhasse o tema para debate”.

De acordo com o órgão gestor, esse entrave político tornou o seu processo de gestão “amarrado”. Sem o diálogo institucional, ficam evidenciadas, nas declarações dos colaboradores, outras impressões que marcaram o cenário de disputas internas estabelecidas na gestão de esporte e lazer da FP. No entender de Ana (divisão pedagógica/ DESP/FUNDERGS), o governo da FP foi o principal inimigo do esporte, pois este não representava uma visibilidade para a administração estadual, uma vez que a temática não se convertia em votos da população. A colaboradora, questionando a postura do governo, conclui dizendo que:

[...]o governo foi o grande culpado também disso. Porque o governo não vislumbrou. O governo não tinha um visão: “a gente não olha para

---

<sup>116</sup> O colaborador refere-se ao ano de 2000

esporte”, tanto é que, em todas... em todas, ou, vamos dizer, na maioria das vezes em que a gente tentou que houvesse uma participação maior e até uma participação efetiva ali do governo, não houve, assim, não houve uma participação [...] inclusive, dessas verbas, porque as verbas, elas já estão divididas. Mas talvez a Secretaria que... a Secretaria... o departamento que ficou mais esquecido foi aquele que tratava do esporte.

Ainda com relação a essa dificuldade de diálogo com a administração da FP, Osmar (diretoria DESP/FUNDERGS) declarou que o órgão gestor, mesmo sendo governo, no que se referia a políticas de esporte, não mantinha nenhuma interlocução nesse campo. O colaborador referiu que o DESP “era um apêndice sem nenhuma possibilidade de debater dentro do governo. Nós não conseguimos nunca debater as questões do esporte no Governo em que participávamos”.

Essa questão de falta de espaço no governo atribuída pelo DESP/FUNDERGS foi contrariada pela direção da SE. Apesar de entender que muitas disputas foram gestadas entre os órgãos, principalmente pela ânsia do DESP/FUNDERGS de ver suas demandas atendidas, Ângela (diretoria/SE) contra-argumenta dizendo que o debate acontecia. No entender da colaboradora, as dificuldades residiam na falta de compreensão da temática do esporte por alguns integrantes da direção da SE. No entanto, para a SE, os assuntos referentes a cada uma das ações trazidas para as reuniões de departamentos eram discutidos e avaliados em todas as suas pertinências. A colaboradora ainda declara que:

[...] muitas vezes, o departamento não esteve em reuniões. Nós tivemos várias reuniões, nós ligávamos sempre, eu era uma das pessoas que ligava para todos os departamentos, fechava o debate e organizava a pauta anterior. Eu pedia para cada departamento quais eram os assuntos. Traziam os assuntos anteriormente para facilitar... e nem sempre nós tivemos a presença de pessoas, ou nem tivemos pauta do respectivo departamento. Então, isso teve dificuldade.

A maneira de esse impasse ser equacionado e, com isso, os conflitos serem resolvidos surgiu, segundo o órgão gestor de esportes e lazer, de uma forma arbitrária.

Entendendo como mínimas as possibilidades de que as suas demandas fossem atendidas pela SE, o DESP/FUNDERGS decidiu ultrapassar a fronteira dessa secretaria, ou seja, por desobediência e passando *por cima* da SE, o referido órgão foi buscar interlocução com outros setores do governo, inclusive com o próprio vice-governador do estado. Ao avaliar esse procedimento do DESP/FUNDERGS, Osmar (diretoria DESP/FUNDERGS) relatou que:

[...] A partir daquele momento, o governo se deu conta de que tinha uma temática que não estava sendo discutida dentro do governo. Isso aconteceu depois de dois anos de isolamento e desgaste. Acho que a partir daí o governo se deu conta de que tinha uma política de esporte. Tenho discordância em relação ao caminho tomado. Acho que piorou, mas o governo pelo menos começou a pensar no assunto. A partir desse momento, tomou medidas importantes, como a criação da Secretaria de Esporte e Lazer e da FUNDERGS, bem como o encaminhamento do projeto de lei de criação do sistema estadual de esporte e lazer. Acho que esses foram resultados importantes da nossa gestão. O desdobramento disso foi ruim.

O desdobramento ruim a que refere o colaborador provavelmente consistiu da ingerência exercida pelo DESP/FUNDERGS ao buscar compreensão de suas necessidades em outras instâncias do governo da FP. Essa atitude repercutiu na SE e fez com que as disputas entrassem, inclusive, no campo das relações pessoais. Referindo-se à amplitude política que essa atitude tomada pelo DESP/FUNDERGS atingiu, Ângela (diretoria/SE) declara:

[...] muitos debates foram acontecendo fora da educação, e na educação não estava acontecendo. Isso gerou muitos problemas. Então, isso afastou pessoas, isso quebrou diálogos; portanto, aumentou problemas. Porque, quando a Secretaria da Educação foi interrogada sobre questões, não tinha os argumentos, que já estavam na mão, na fala de pessoas de outras secretarias. Isso realmente foi um processo muito difícil, um conflito que gestou. Eu acho que, assim, é um bom conflito, mas poderíamos ter outros melhores, com mais qualidade, se o processo fosse de discutir pela base, na base, para depois ir aflorando em outros setores.

Essas dificuldades estruturais, financeiras e conceituais que estiveram presentes no ambiente de disputas internas da política setorial de esporte e lazer no governo da FP refletiram-se na implementação dos JIRGS. O conjunto dessas dificuldades apontou uma série de conflitos e de interesses existentes nos jogos, o que discuto a seguir.

#### 4.2.1 OS JIRGS NO CENÁRIO DAS DISPUTAS INTERNAS

Ao analisar as declarações dos colaboradores do grupo gestores estaduais, percebi que havia diferentes pontos de vista com relação ao modelo de jogos implementado pelo governo da FP. Foi possível identificar alguns posicionamentos internos mais críticos a partir da declaração de uma integrante desse grupo, que expressou, em muitos momentos da entrevista, a sua contrariedade quanto às mudanças realizadas nos jogos. Trata-se da colaboradora Ana (divisão pedagógica DESP/FUNDERGS)<sup>117</sup>. Ao posicionar-se quanto à atuação da FP, a informante refere que:

[...] eu, independente de ser ou não do partido, eu olhava de fora. Eu vejo que o partido, o PT, ele é um partido que é formado de várias facções. E essas facções... cada um tem sua maneira de agir, embora todos se unam quando é necessário. Mas todo mundo tem a sua maneira de pensar. Umas pessoas são mais moderadas, algumas pessoas são mais alteradas. Então, um moderado com um alterado, deveria ter uma maneira de um tentar acalmar o outro. Mas eu acho que, nisso aí, nós também esbarramos, porque as pessoas quiseram impor algumas coisas do seu pensamento, ninguém cedeu, poucos cederam. Porque, se todos nós tivéssemos cedido um pouquinho... Nós, que estávamos fora dessa política, também não queríamos ceder por nossa vez. Nós também, a gente representava uma resistência bem grande, porque a gente vem do velho. Era uma coisa que era nova, então, havia aquela resistência. Nós resistindo, os outros não aceitando a corrente do “A”. O “C” não aceitava a corrente do “B”. E, na verdade,

---

<sup>117</sup> Atualmente, a funcionária integra o quadro do funcionalismo público estadual.



eu acho que o fato de nós, talvez, em alguns aspectos, não termos atingidos os objetivos de tornar o esporte mais voltado, assim, para as camadas populares ou até atingir mesmo teria sido essa parte... Assim, não foi uma união, foi desunida, foi... não foi coesa.

Há que se ressaltar que essa colaboradora referiu, em suas declarações, estar vinculada à área de esportes do RS desde 1992, período em que começou a ter contato com a organização dos JIRGS. Suas declarações refletem posições que contrariavam os objetivos a que os jogos tinham sido encaminhados na gestão da FP. Sua resistência ao novo formato de jogos pôde ser evidenciada na seguinte declaração:

[...] anteriormente, eu já vinha trabalhando com esses jogos, e foi um momento de mudanças realmente, assim... uma mudança bem radical nos jogos, foi tipo assim: os jogos tinham uma estrutura que vinha se repetindo há muitos anos e de repente, com essa nova gestão, com esse novo governo, com novas idéias, assim... Eu acredito que teve uma quebra, uma quebra bem grande daquela estrutura que já vinha se repetindo em anos anteriores.

Os JIRGS, além de configurarem-se em um cenário de disputas externas, também, ao que parece, representaram, no interior da gestão do DESP/FUNDERGS, um contexto de mudanças que contrariaram alguns interesses, como foi o caso na declaração dessa colaboradora. Fica compreendido em sua fala que esses interesses se contrapunham à proposta de jogos debatida e aprovada entre os principais protagonistas. Não há dúvida de que os JIRGS, antes do governo da FP, eram jogos competitivos, com características voltadas ao esporte de rendimento. Para Ana (divisão pedagógica DESP/FUNDERGS), as mudanças pelas quais os jogos foram submetidos no período de 1999 a 2002 não contemplaram os seus interesses. Quando perguntada sobre as alterações feitas nos jogos, ela respondeu:

[...] assim, num primeiro momento, me vi muito chateada, não me achava contemplada na participação, até porque eu venho de um

trabalho e já até fui atleta e para mim o esporte de rendimento estava bem presente, [...] e eu achava que não ia ser legal.

Esse depoimento da funcionária do DESP/FUNDERGS corresponde, na sua especificidade, ao ambiente de disputa externo relatado anteriormente, em que as federações viram o seu capital político acumulado ao longo de décadas no RS ser ameaçado por um projeto político que contrariava seus interesses. Nesse âmbito interno das disputas e dos tensionamentos, a funcionária do órgão gestor, que igualmente havia acumulado capital político em uma perspectiva conceptual de esporte antagônica ao projeto proposto pela FP, viu seus interesses e protagonismo serem diminuídos.

Encontramos também no estudo de Stigger (1992) a indicação de um ambiente de resistências e conflitos gerados por mudanças políticas e administrativas nas relações internas do poder público com seus funcionários. Ao analisar a administração de parques públicos do município de Porto Alegre/RS e sua relação com a construção da democracia, o autor identificou a existência de descontentamento da parte dos funcionários/professores quanto à proposta participativa (poder público e comunidade) realizada pela administração popular no município. Ao perguntar aos seus informantes sobre essas mudanças de concepção, eles responderam: "... começou a tirar as coisas que os professores tinham conquistado, como assim a gente não trabalhava Sábado e Domingo, nós não trabalhávamos janeiro e fevereiro...". O autor conclui:

Surge incompatibilidade entre o interesse do setor que atua em práticas para o lazer da população, que se desenvolvem principalmente nos fins de semana e nos meses de férias escolares, e o interesse dos profissionais. Identifica-se por um lado uma característica de administração burocrática, administração esta que concentra o poder nas mãos dos funcionários do mecanismo estatal, acarretando entraves no processo participativo, por outro chega-se a um ponto que deve ser levado em consideração, ou seja, os direitos dos trabalhadores (STIGGER, 1992, p. 137).

A reação da direção do DESP/FUNDERGS frente a essas resistências eram assimiladas, segundo Osmar (direção DESP/FUNDERGS), de maneira natural e comum na vida pública e política. No entendimento do colaborador, “o problema que eu acho não eram as divergências internas, porque eu acho que as divergências internas eram um fenômeno que ajudaria na construção das políticas”. Mesmo com esse entendimento, as mudanças nos JIRGS não representaram opiniões unânimes no interior do órgão gestor. Talvez o que tenha marcado mais significativamente essas disputas por determinados interesses tenha se constituído na restrição da participação dos atletas federados. Sobre essa questão, Ana (divisão pedagógica DESP/FUNDERGS) novamente manifesta a sua opinião:

[...] Como que esse governo ia descaracterizar um projeto que já era antigo? Daí, no meio de tudo isso, foi suscitado que seria sugerido um outro projeto que contemplaria os federados, que no futuro veio a se chamar JARGS. Mas, no momento em que foi apresentado esse projeto, que não contemplava mais federados, não teve uma aceitação como as pessoas que lá estavam gostariam que tivesse. Foi completamente enlouquecedor.

Outra mudança questionada nas declarações concedidas por alguns colaboradores do DESP/FUNDERGS ocorreu com relação à regionalização dos JIRGS nas edições de 2000 e 2001. Quando perguntados sobre essa mudança na estrutura dos jogos, os colaboradores responderam:

[...] Enfraqueceu um pouco os jogos. Deu uma enfraquecida nas características que tinham os jogos dentro do estado. Ficou uma coisa parece que sem sentido. Acho que os municípios viam desta forma. Bom, mas e agora? Nós ganhamos aqui, mas não tem mais continuidade. Acho que principalmente isto. Enfraqueceu um pouco esta forma regionalizada. Acho que a final era fundamental, fazia parte dos jogos. Tinha campeão geral, com premiação, vinha gente de tudo que é lado, de tudo que é município. Acho que é trabalhoso, mas a de 99, em que eu estava trabalhando e estava envolvido, era legal de ver. Vinha gente de tudo que era lado, tu vias que tinham pouca vivência disso. Tinha atletas participando e jogando qualquer modalidade: vôlei, futsal, basquete; em Porto Alegre, em Gravataí, em diferentes ginásios. Acho

que isso é legal no esporte. Dá uma experiência muito rica (Mário, (divisão pedagógica DESP/FUNDERGS).

[...] uma mudança bem drástica dos JIRGS foi num ano em que os JIRGS não tiveram final, foram 28 regionais. [...]. Nesse ano, os JIRGS não tiveram final, mas eu acredito que o fato de não ter final foi que já era metade do governo, as dificuldades se implementaram, o dinheiro diminuiu, e os JIRGS tiveram só 28 regionais. E os JIRGS, nessa época das 28 regionais, ele era para pessoas não-federadas, tinha os JARGS, que eram para os federados. Eu acho que... na minha opinião, nesse ano das 28 regionais, eu acho que descaracterizou bastante os JIRGS, porque, embora eu saiba e tenha certeza de ter um outro projeto que contemplasse os federados, eu acho que a gente nunca deveria ter criado outro projeto. Eu acho que os JIRGS, a gente tinha que ter implementado mais os JIRGS, e nunca ter descaracterizado ele. Ele sempre ter ficado como jogos chaves, jogos principais do Rio Grande do Sul, jogos intermunicipais (Ana, divisão pedagógica DESP/FUNDERGS).

A partir das incompreensões sobre as mudanças estruturais nos JIRGS e da resistência quanto à restrição de atletas federados nos jogos, a colaboradora Ana, uma das informantes mais críticas às mudanças ocorridas nos JIRGS no período da gestão da FP, ao ser questionada sobre qual seria o modelo ideal de JIRGS, declarou:

[...] dentre essas formas radicais, eu acho que talvez a gente radicalizou muito na mudança dos JIRGS, e isso fez com que as pessoas não aceitassem. Porque mudanças radicais também são mudanças difíceis, e eu mesma, como... me refiro de novo, eu sou uma pessoa que prefiro os JIRGS como eles são hoje, entendeu, não me contemplei com os JIRGS como eles foram feitos, sem as pessoas federadas. [...]. Os JIRGS hoje são mistos. Porque os JIRGS hoje continuam com aquela fase de contemplar os federados, jogam os federados. Mas eles trouxeram lá da administração popular a inclusão dos PPD's, então, eu considero que eles ficaram mistos, porque eles pegaram uma parte de um, uma parte de outro, compuseram e fizeram um terceiro.

Atualmente, a gestão da FUNDERGS vem reproduzindo no RS a mesma lógica dos JIRGS implementada pelo governo que antecedeu o da FP. Isso pôde ser verificado na declaração do colaborador Saulo, que, além de ter participado como

informante do grupo dirigentes de federações esportivas, também integra a equipe diretiva da referida fundação. Para o colaborador, a FUNDERGS, em 2005, procuraria

[...], investir um pouco mais nos JIRGS. Então, esse ano, e esse é um ponto que eu quero falar... O grande problema que os JIRGS sempre enfrentaram foi pela quantidade de gente, as condições financeiras para dar as condições necessárias aos municípios. Então, isso realmente é um problema. Porque é um evento que chega quase a três mil e quinhentas pessoas. Então, nós também estamos estudando isso. Mas, nesse ano, já vamos viabilizar hotel com café da manhã para todas as equipes dos jogos intermunicipais. Por quê? Para que o atleta não fique lá jogado numa sala de aula, como eu fiquei uma vez em oficina mecânica. Então, realmente nós queremos melhorar o *status* dos JIRGS para que realmente eles se tornem uma grande olimpíada estadual. Então, o que é que eu estou propondo? É humanamente impossível, em qualquer cidade, retirando-se Porto Alegre e a grande Porto Alegre, nós fazermos um evento centralizado para três mil pessoas. Não tem suporte hoteleiro para isso, e mesmo a alimentação fica difícil. Então, o que é que nós vamos fazer? Nós vamos fazer uma semana de jogos, no primeiro final de semana, nós teremos as modalidades ditas individuais, que acontecem em dois dias, e, na quarta ou quinta feira seguinte, reinicia-se com as modalidades coletivas. Então, nós temos a oportunidade de, numa semana, realizar os jogos dando as melhores condições possíveis para que os atletas estejam bem alojados, que possam descansar, que levantem e tomem um bom café da manhã. E ainda deixaremos na conta do município as duas refeições do dia, que seriam o almoço e a janta. Mas também já é um avanço em termos de que é um grande número de pessoas [...]. Então, eu vejo, assim, os JIRGS como uma grande olimpíada e quero como legado também, assim, como gestor do esporte, na parceria com os municípios e com as federações, melhorá-los naquilo que eu puder em termos de participação, de *status* do próprio evento perante a sociedade do Rio Grande do Sul.

O conjunto dessas contrariedades e incompreensões internas referentes ao modelo de JIRGS que se estabeleciam no governo da FP, a meu ver, levaram ao enfraquecimento do projeto que havia sido gestado entre os principais protagonistas dos jogos. Somaram-se a essas contrariedades, as pressões exercidas e os conflitos gerados pelos segmentos externos à gestão de esportes e lazer, que sustentavam, pelas declarações apresentadas ao longo deste capítulo, posições divergentes dos princípios e concepções definidas pelo DESP/FUNDERGS no decorrer de sua gestão.

### 4.3 EPÍLOGO

O conjunto das lutas, interesses e contrariedades descritos e analisados a partir de uma dimensão política e esportiva e configurados no contexto dos cenários externos e internos da administração da FP no período de 1999 a 2002 caracteriza-se nas estratégias utilizadas pelos agentes envolvidos em determinadas disputas pela autonomia ou competência do campo do esporte no RS. Ao refletir sobre essas estratégias de manutenção e concorrência por um determinado capital político e esportivo no RS, identifiquei nos JARGS uma tentativa do DESP/FUNDERGS de apresentar um projeto que pudesse atender à demanda reprimida de política para o esporte de rendimento.

As informações dos integrantes do DESP/FUNDERGS indicavam que havia uma forte pressão dos setores promotores do esporte de rendimento no estado e que, segundo o órgão gestor, esses mesmos setores usavam a mídia para combater as propostas desenvolvidas na área do esporte e do lazer. As declarações que seguem relatam como o processo de construção dos JARGS foi implementado pela FP no RS:

[...] Pensamos num trabalho de construção dos Jogos Abertos do Rio Grande do Sul, baseado nas experiências de outros Estados, principalmente Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Minas Gerais. Nos JARGS, queríamos contemplar as federações, tendo-as como principais interlocutores da sua construção. Nesses jogos, foi aberta a participação de atletas federados (Osmar, diretoria DESP/FUNDERGS).

Bom, assim, o que eu acho interessante comentar... Fora essas mudanças e aceitação dessas mudanças, então, até que culminou na criação de outro projeto, que seria os JARGS, seria um projeto paralelo. Assim, o que eu penso sobre a restrição e sobre a dificuldade... de as pessoas aceitarem as coisas que são novas... (Ana, divisão pedagógica DESP/FUNDERGS).

[...] os JARGS, que seriam os jogos abertos, eu acho que foi uma medida super importante para contemplar esse outro lado que, de certa forma, ficaria fora com essas novas idéias dos JIRGS e também para dar oportunidade para que essas pessoas federadas, que essas pessoas, com uma caminhada maior, com [...] ser atleta mesmo, acho que são atletas na concepção da palavra (Mário, divisão pedagógica DESP/FUNDERGS).

Um fato curioso revelado na declaração de um colaborador do grupo gestor estadual foi que não havia consenso interno no DESP/FUNDERGS sobre qual seria o público esportivo atingido pelo projeto dos JARGS. Para Osmar (diretoria DESP/FUNDERGS):

[...]. Houve mais dificuldades internas do que externas ao governo na sua implementação. Na minha opinião, o debate com as federações nessa construção foi truncado, apesar da boa vontade da grande maioria dos dirigentes de federações. Ficou uma coisa confusa em função da pressão interna para que os JARGS seguissem a mesma lógica dos jogos intermunicipais. Eu, particularmente, entendia que esses jogos deveriam ser vinculados ao sistema federado e aos clubes, estimulando a formação de ligas esportivas no interior do estado, com apoio dos municípios. Aconteceu que, nos jogos abertos, predominou [...] a interlocução com as administrações municipais, e não com as direções do sistema federado do esporte, o que descaracterizou a sua relação com o alto rendimento [...]. Por divergências e incompreensões internas, isso terminou não se consolidando.

Entendo que essa fragilidade no princípio da implementação dos jogos possa ter contribuído para sua rápida extinção, ficando o registro da realização de apenas três edições, duas na gestão da FP e uma na atual administração. O atual governo, que realizou apenas uma edição dos JARGS, em 2003, justificou a sua extinção dizendo que havia desinteresse dos municípios em participar dos jogos. O colaborador Saulo (presidente de federação) acrescenta que o projeto não teve prosseguimento:

[...], em função dos interesses dessas grandes cidades, que têm equipes representativas em liga nacional, atletas de nível internacional. [...]. Eles não estavam participando mais dos JARGS, e havia uma certa repetição das mesmas equipes nos JARGS e nos JIRGS.

## CAPÍTULO V

### 5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PARA CONCLUIR

Este estudo teve por objetivo compreender os JIRGS a partir das relações de disputas e tensões ocorridas durante o processo de implementação dos jogos no período de 1999 a 2002. Nesse sentido, procurei percorrer um caminho teórico-metodológico que me possibilitasse, ao final do trabalho, responder as seguintes indagações:

- Quais interesses estavam em jogo na implementação das políticas públicas de esporte e lazer no período de 1999 a 2002?
- O que estava em disputa nos cenários das relações de concorrência estabelecidas entre o Estado e os segmentos/agentes que promovem e desenvolvem políticas esportivas no RS?
- Como os JIRGS configuraram-se nesses cenários de disputas e interesses por um determinado modelo de jogos?

Pautada por essas questões, a trajetória teórico-metodológica deste estudo consistiu em apresentar algumas ações e projetos implementados durante a gestão da FP no RS. Tentei mostrar que esse modelo de gestão, segundo seus proponentes, defendia um programa de políticas públicas sintonizado com três eixos norteadores de governo: a radicalização da democracia, a inversão de prioridades e a inclusão social. Procurei transportar os conceitos, diretrizes e eixos definidos pelo governo para um campo particular de atuação institucional, ou seja, para o campo das políticas setoriais de esporte e lazer. Entendo que essa aproximação do campo do esporte permitiu o estabelecimento de articulações com a política mais geral do governo, conduzindo-me a analisar e interpretar os JIRGS como a materialização de uma das ações dessa política.

Nessa aproximação dos JIRGS, procurei descrever o processo de implementação dos jogos, apresentando algumas das mudanças e alterações ocorridas



no período de 1999 a 2002. Outro objetivo foi mostrar as conseqüências dessas mudanças, que se configuraram no estabelecimento de dois cenários de disputas envolvendo as entidades/agentes que protagonizaram os jogos.

Ao analisar os JIRGS como um espaço estruturado – composto pelo seu próprio regulamento, por suas normas de funcionamento, por suas relações de força estabelecidas entre os protagonistas, pelas disputas e interesses específicos –, procurei identificar algum referencial teórico que me auxiliasse na compreensão dessas relações sociais. O ponto de partida para esse entendimento foi o momento em que visualizei o Estado enquanto um campo de disputas, ou seja, mesmo que um determinado governo vença as eleições e assuma o poder, não possui garantias de que não haverá resistências, tensões, conflitos e disputas no decorrer de sua administração.

A compreensão do Estado enquanto um espaço de disputas levou-me a escolher a teoria do campo, de Pierre Bourdieu, como suporte teórico para esta investigação. Da mesma forma, este modelo teórico-sociológico mostrou-se adequado para a tarefa de interpretar com maior profundidade os conflitos causados na organização e realização dos JIRGS.

Ressalto que interpretar as obras de Bourdieu, em particular a teoria do campo, exigiu-me muitos cuidados, isso porque necessitei de um elevado nível de concentração, dada a complexa e rigorosa linguagem conceitual que o autor emprega em seus trabalhos. Portanto, foi imprescindível adotar uma estratégia de enfrentamento dos escritos bourdianos, quando a persistência prevaleceu sobre as dificuldades que porventura encontrei. É importante admitir que, diante das densas leituras a que me submeti ao longo do processo de interpretação dos conceitos de Bourdieu, foi necessário um exercício constante de concentração com a intenção de buscar os objetivos básicos que estruturam a lógica de pensamento do modelo proposto pelo autor.

Consciente desses cuidados e identificando os principais conceitos e significados dessas abordagens teóricas, iniciei o levantamento, a análise e a interpretação dos dados, tendo a análise documental e a entrevista semi-estruturada como instrumentos de coleta de dados.

O trabalho de campo iniciou com a coleta de documentos, isso porque, além de servirem como elementos para a compreensão do contexto em estudo, também auxiliaram como base de informação para a localização dos possíveis protagonistas dos jogos. Já as entrevistas contribuíram acrescentando informações, revelando outros documentos e indicando outros colaboradores, permitindo, assim, que os documentos coletados e as informações obtidas por meio das entrevistas auxiliassem na compreensão das relações existentes e constituídas nos jogos.

A partir desse contexto teórico-metodológico, busquei encontrar respostas para as questões que problematizaram este estudo. A análise e interpretação dos dados levaram-me a identificar a existência de dois grandes ambientes ou cenários – externo e interno – no conjunto da administração de esporte e lazer da FP que se constituíram nos espaços em que as disputas e embates ocorridos em razão da implementação dos JIRGS se desencadearam. Constatei que as diferentes motivações, interesses, estratégias e concepções existentes no campo esportivo do RS – que se refletiram, por sua vez, nos JIRGS – encontraram-se em seus respectivos cenários, misturadas entre os mais variados interesses que estavam em jogo, como também conflitadas entre os grupos que disputaram o protagonismo dos jogos.

No âmbito do cenário externo das disputas, verifiquei a existência de uma dimensão de política e de esporte capaz de promover constantes embates entre as instituições/agentes que concorriam pela manutenção de um determinado monopólio específico, no caso deste estudo, o monopólio político-esportivo. A análise dos dados indicou que, de um lado da fronteira, se encontrava o Estado, representado pelo DESP/FUNDERGS, e, do outro lado, estavam os segmentos externos – sociedade –, representados pelas federações esportivas, parlamentares, municípios e mídia.

O Estado, de sua parte, orientou as políticas a partir de um discurso que, segundo seus proponentes, priorizava ações e projetos voltados para a participação popular e a inclusão social. Essa concepção de política estabelecida pela FP, posicionada no campo da esquerda/popular, centrava-se em uma dimensão de gestão democrática que defendia um processo de debate amplo e participativo a partir do rompimento com uma lógica de continuísmo que, segundo a FP, era preconizada por governos posicionados no campo da direita/tradicionais.

Constatei que a dimensão de esporte anunciada pela FP, conforme os dados/documentos analisados, estava orientada programaticamente e ideologicamente pela própria concepção de política estabelecida pelo DESP/FUNDERGS. Esse entendimento, segundo o órgão gestor, consistia da preocupação com o processo de participação dos grupos excluídos das práticas esportivas e de lazer, ou seja, essa dimensão de esporte deveria garantir o acesso indiscriminado das populações do meio rural, das pessoas em regime de restrição de liberdade, dos negros, das pessoas portadoras de deficiência e de outros grupos historicamente excluídos da sociedade.

Os dados analisados apontaram que o DESP/FUNDERGS desejava que o monopólio do campo do esporte no RS funcionasse de acordo com sua lógica própria de regras, isto é, que a autonomia e legitimidade desse campo dependesse da definição dos seus próprios interesses e do conjunto daqueles agentes que compartilhassem desses mesmos interesses, defendidos historicamente pelo campo da esquerda no Brasil.

Também foi possível constatar que, do outro lado da fronteira, o segmento externo exerceu sistematicamente oposição ao projeto de esporte e lazer defendido pela gestão da FP. Os dados revelaram que os discursos dos representantes desses segmentos defendiam uma dimensão de política para o esporte em que a sua vinculação estaria relacionada aos padrões “oficiais” do esporte, a saber, a continuidade de uma lógica anterior ao governo da FP, em que o esporte de rendimento predominava como política prioritária para a área.

Por trás disso, está o fato de que a dimensão de esporte desses grupos consistia na concepção e visão de um modelo hegemônico de esporte representado pelo rendimento. Segundo os relatos de alguns colaboradores, o seu desenvolvimento e incentivo havia sido uma das principais prioridades da administração que antecedeu a da FP. Em síntese, isso se materializava nas seguintes disputas: federados *versus* não federados, municípios pequenos *versus* municípios grandes, municípios de oposição *versus* municípios da situação, etc.

No entanto, constatei que essa dimensão de política e de esporte não era compartilhada em sua totalidade por todos os agentes protagonistas. Verifiquei que uma parcela de municípios – como aqueles da situação (administrações que apoiavam

a FP) e outros da oposição (que se aproximaram em função de serem menores e por não terem estrutura e tradição esportiva em seu município) – rompeu com os interesses defendidos por grande parte dos segmentos externos, aliando-se ao projeto de políticas públicas de esporte e lazer defendido pela gestão da FP.

A razão para esse rompimento, de acordo com os municípios, foi o fato de suas necessidades não estarem sendo contempladas, principalmente em função de suas restritas condições de infra-estrutura física e financeira, que acabavam repercutindo na falta de investimentos na área esportiva de seus municípios. Observei que os municípios com menor tradição esportiva no RS se sentiam desprestigiados com o projeto político de esporte desenvolvido pelos governos que antecederam o da gestão da FP. De acordo com esses municípios, a política de esporte e lazer proposta pela FP durante o período em que esteve administrando o RS adequou-se aos interesses pretendidos por eles.

Assim, os JIRGS, no cenário externo de disputas, constituíram-se em um ambiente cercado de conflitos e contrariedades. Constatei, nesse âmbito, que os jogos representaram a abertura de um amplo espaço de debate protagonizado principalmente pelo DESP/FUNDERGS com os municípios. Provavelmente, isso tenha se constituído num dos grandes motivos de tensões verificadas no decorrer da análise e interpretação dos dados.

Perdendo espaço e, conseqüentemente, o protagonismo dos JIRGS conquistado ao longo dos anos no RS, as federações, uma parcela da classe política, a mídia e alguns municípios de oposição e de maior infra-estrutura esportiva tentaram reconquistar esse monopólio promovendo um grande tensionamento, repercutido principalmente em alguns meios de comunicação que colaboravam para o desgaste do governo perante a opinião pública. Constatei que os jogos ganharam uma dimensão política quando as decisões sobre seu modelo e gestão começaram a ser debatidas em fóruns específicos promovidos para esses fins. Ao que parece, pela análise dos dados realizada, os debates e discussões tornaram os jogos mais democráticos, diferentemente da forma como estes, segundo as declarações de alguns colaboradores, eram desenvolvidos por governos anteriores ao da FP.

A dimensão dada ao esporte, a meu ver, rompeu com algumas concepções que hegemonicamente estavam enraizadas na estrutura esportiva dos jogos. Refiro-me especificamente à decisão tomada pelos principais protagonistas envolvidos nos JIRGS, ou seja, a de estender e ampliar o acesso aos jogos a participantes que não necessariamente estavam condicionados a um nível técnico mais apurado. Essa mudança, que restringiu a participação de atletas federados e desviou para um plano secundário a via do esporte de rendimento como uma perspectiva que predominava nos jogos até então, consistiu, de acordo com a análise dos dados, em um dos principais atritos entre o órgão gestor e os segmentos externos, que lutavam pela manutenção de um modelo de jogos mais competitivos.

Como resultado desses embates, constatei que houve um recuo do DESP/FUNDERGS, ocasionado principalmente pelas tensões, pressões, contrariedades e disputas existentes no entorno da proposta implementada pela FP de restringir a participação de atletas federados. A realização dos JIRGS em 2002 com o retorno da participação dos atletas federados aos jogos permite-me concluir que uma série de interesses mais consistentes e historicamente arraigados na política esportiva do RS se sobrepuseram aos que foram definidos nas assembleias deliberando tal restrição. Os dados apontam também que a alternativa encontrada pelo DESP/FUNDERGS de oferecer os JARGS como possibilidade de suprir as mudanças promovidas nos JIRGS não agradaram aos segmentos descontentes e contrariados, fazendo com que os JARGS não se afirmassem como política alternativa para a prática do esporte de rendimento.

Já no cenário interno das disputas, verifiquei que havia um conjunto de conflitos ocasionados pela desarticulação da gestão de esportes e lazer com o próprio governo da FP. Os dados interpretados indicaram que as relações de conflitos e contrariedades existentes nos setores internos do governo derivaram predominantemente da necessidade da temática de esporte e lazer ser reconhecida e valorizada pelo conjunto do governo como uma das áreas prioritárias da sua administração. A análise apontou que as disputas se concentraram basicamente em questões estruturais, políticas e conceituais referentes aos rumos da política pública de esporte e lazer proposta dentro do governo da FP. Verifiquei que as dificuldades de interlocução e diálogo com o

governo e a falta de dotação orçamentária própria – com isso, a dependência exclusiva da SE para atender às necessidades financeiras – fez com que o DESP/FUNDERGS rompesse a fronteira administrativa da SE para então encontrar em outros órgãos a possibilidade de reconhecimento das suas demandas.

Por fim, os dados apontaram que esse procedimento resultou numa crise interna com conseqüências políticas e administrativas significativas, como, por exemplo, a troca de direção do órgão gestor do DESP e a mudança da estrutura administrativa para a FUNDERGS, com esta, por sua vez, vinculando-se à Secretaria Estadual de Turismo, Esporte e Lazer.

De acordo com os dados analisados, o contexto dos JIRGS no cenário interno das disputas foi marcado pela existência de pontos de vista divergentes com relação aos rumos que os jogos estavam tomando na gestão da FP. Talvez o que mais tenha me chamado atenção tenha sido o forte descontentamento com relação à restrição aos atletas federados. Nas declarações concedidas pela colaboradora Ana, por exemplo, é possível constatar que os seus questionamentos e desabafos se localizavam preponderantemente em relação ao impedimento desses atletas participarem dos jogos. No entanto, atribuo a essas contrariedades o acúmulo de capital político que parte desse grupo de funcionários do quadro de carreira do estado do RS havia adquirido ao longo de sua trajetória e vínculo com a política de esporte no RS. Percebi, também, que grande parte das disputas se travaram em função das diferentes concepções de esporte estabelecidas no decorrer da gestão da FP. No caso dos JIRGS, parte desse segmento resistiu ao enfoque conceitual dado aos jogos pela FP. Constatei que, como resultado desses embates, os mesmos que haviam resistido naquele período perceberam que o seu protagonismo era recuperado na medida em que os JIRGS, ainda na administração da FP, retomaram o seu formato tradicional.

Gostaria de referir que, para analisar o processo de implementação e gestão das políticas setoriais de esporte e lazer propostas pela FP no contexto dos JIRGS, foi imprescindível estabelecê-las a partir das relações concorrentes entre Estado e sociedade. Por não se constituírem em um plano linear, essas relações estabelecem um constante desequilíbrio político, social e econômico, responsável por um conjunto de conflitos e disputas. Ao mesmo tempo, o campo de disputas estabelecido no RS

entre o Estado e a sociedade permitiu-me identificar a existência de limites e possibilidades de as políticas públicas serem reconhecidas como ferramentas democráticas e participativas.

No entanto, observei que os limites encontrados pela gestão da FP no RS se localizaram predominantemente nas relações de poder estabelecidas com a vitória nas eleições. Constatei que não foi suficiente para a FP no RS vencer as eleições, isso porque, mesmo com o poder de governar reconhecido nas urnas, não contou com garantias de que esse mesmo poder não estivesse sendo disputado, tensionado e resistido por segmentos/agentes contrariados com o seu projeto político de governo.

Como limites deste estudo, constatei a dificuldade em avançar em algumas questões que poderiam ter contribuído mais no desenvolvimento da investigação. Acredito que, se houvesse uma maior disponibilidade de tempo para concluir algumas tarefas pontuais, provavelmente alguns encaminhamentos poderiam ter sido adotados. Refiro-me especificamente aos resultados analisados a partir das declarações dos integrantes do grupo gestores estaduais, que consistiram quase exclusivamente da definição do cenário interno de disputas. Se houvesse uma maior flexibilidade de prazos, acredito que teria sido oportuno o levantamento de mais dados para então subsidiar com mais consistência as informações já declaradas pelos integrantes que participaram do referido grupo.

Outro limite por mim encontrado foi a tentativa de dialogar com o referencial teórico escolhido para este estudo. Mesmo reconhecendo que houve, da minha parte, um esforço concentrado na busca de compreender o modelo teórico proposto por Bourdieu, a linguagem densa por este empreendida em alguns momentos tornou-se muitas vezes de difícil tradução.

Por outro lado, a teoria do campo contribuiu significativamente para a compreensão do processo político-conjuntural estabelecido durante a gestão da FP. Da mesma forma, essa perspectiva teórica permitiu-me analisar com profundidade as disputas e tensões ocorridas a partir das mudanças realizadas nos JIRGS no período de 1999 a 2002.

Gostaria de acrescentar que, mesmo tendo identificado esses limites circunstanciais de insuficiência do tempo acadêmico para concluir este estudo e a

complexidade do referencial teórico interpretado, também avalio possibilidades de continuidade, dada a relevância da temática abordada no contexto das políticas públicas, Estado-sociedade e esporte-lazer.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A VOZ DO AMADOR. **Falta de dinheiro determina mudanças nos jirgs/2000**. Porto Alegre, jun, 2000. p. 2.

\_\_\_\_\_. **Bombeiro**. Porto Alegre, ago, 1999. p. 6.

ALBARELLO, Luc. Et alii. **Práticas e métodos de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1997.

BETTI, Mauro. **Educação física e sociedade**. São Paulo: Ed. Movimento, 1991.

BITTAR, Jorge (Org.). **O modo petista de governar**. São Paulo: Publicação do Partido dos Trabalhadores, Diretório Regional de São Paulo, 1992.

BOBBIO, Norberto Et alii. **O marxismo e o Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

BOGDAN, Robert.C; BIKLEN, Sari K. **Investigação qualitativa em educação**. Uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto, 1994.

BORDENAVE, Juan E. D. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BORGES, Pedro C. Alves. **Estado autoritário no Brasil**. In: COSTA, Silvio (Org.) **Concepções e formação do Estado brasileiro**. São Paulo: Amita, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **O campo científico**. In: Ortiz, Renato (Org.) **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983a.

\_\_\_\_\_. **Como é possível ser esportivo?** In: **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983b.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

\_\_\_\_\_. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc J. D. **Respuestas por una antropología reflexiva**. Mexico, DF: Grijalbo, 1995.

BRACHT, Valter. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. Vitória: UFES, Centro de Educação física e Desportos, 1997.

\_\_\_\_\_, Valter. **A criança que pratica esporte respeita as regras do jogo... capitalista**. In: OLIVEIRA, Vitor M. de (org.). **Fundamentos Pedagógicos em Educação Física 2**. Rio de Janeiro: ao livro técnico, 1989.

BRASIL. Decreto nº 2.574, de 29 de abril de 1998. **Regulamenta a lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre o desporto, e da outras providências.** Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 30 Abr. 1998. p. 1557 – 1586.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 3.199, de 14 de abril de 1941. **Cria o Conselho Nacional de Desportos (CND) e organiza e regulamenta os esportes, as confederações, as ligas e os clubes.** Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 30 Abr. 1998. N.I..

BURGUESS, Robert G. **A pesquisa de terreno – uma introdução.** Oeiras: Celtas, 1997.

CAMINI, Lúcia. **A experiência de política de educação pública.** In: SOARES, Laura T. (Org.). Tempo de desafios: a política social democrática e popular no governo do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Lazer e qualidade de vida.** In: MARCELLINO, Nelson C. (Org.) Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras. Campinas: Autores associados, 1996. p. 7-21.

CAVALCANTI, Cátia B. **A função cultural do esporte e suas ambigüidades sociais** in: COSTA, Lamartine P. da. Teoria e Prática do esporte comunitário e de massa. Rio de Janeiro: palestra, 1981, p. 301 – 316.

CORREIO DO POVO. **Desp [sic] justifica suspensão das bolsas olímpicas.** Porto Alegre, 12 de março de 1999, pág. 6.

\_\_\_\_\_. **Vereador do PDT é contra a chefia do DESP.** Porto alegre, 14 de fevereiro de 1999, pág. 23.

\_\_\_\_\_, **Vereador critica a direção do Desp [sic]/SE.** Porto Alegre, 10 de março de 1999, p.23.

CRISTAN, Mara. **Estrela cadente.** In: MARCELLINO, Nelson C. (Org). Lazer e esporte. Campinas: Autores Associados, 2001.

CRUZ, Manoel L. M. **A experiência da frente popular de Florianópolis.** In: MARCELLINO, Nelson C. (Org). Lazer e esporte. Campinas: Autores Associados, 2001.

DALLARI, Dalmo de A. **O que é participação política.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

DEPARTAMENTO DE DESPORTOS DO RIO GRANDE DO SUL. **Olimpíadas participativas dos outros 500 – uma construção coletiva.** In: Revista Motrivivência, ano XI, nº 14 – p. 175, maio/2000.

DUTRA, Olívio. **Prefácio**. In: SOARES, Laura T. (Org.). Tempo de desafios: a política social democrática e popular no governo do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

FUNDAÇÃO DE ESPORTE E LAZER DO RIO GRANDE DO SUL. **1ª Conferência estadual de esporte e lazer. Caderno de sistematização**. Nov, 2002.

\_\_\_\_\_. **Relatório geral 1999 – 2002**. Dezembro, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Publicação da prestação de contas do Governo do Rio Grande do Sul: a participação mudando o Rio Grande**. 1999.

\_\_\_\_\_. **Publicação da prestação de contas do Governo do Rio Grande do Sul – 1999, 2000, 2001**. Dez, 2001.

\_\_\_\_\_. **Programa de governo da frente popular para as eleições de 1998**.

\_\_\_\_\_. **Uma obra com milhares de autores – 1999, 2000, 2001, 2002**. Dez. 2002.

HOBBSAWM, Eric. **A produção em massa das tradições: Europa, 1870 a 1914**. In HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence. A Invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HÖFLING, Eloisa de M. **Estado e políticas (públicas) social**. Caderno Cedes, São Paulo, ano XXI, n 55, nov. 2001. p. 30-41.

KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. Ijuí, UNIJUI, 1994.

LINHALES, Meily. **São as políticas públicas para educação física/esportes e lazer, efetivamente políticas sociais?** In: Revista Motrivivência, ano X, nº 11 – p. 71, setembro/1998.

LÜDKE, Menga; ANDRE, Marli E.D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANDARINO, Cláudio M. **Inclusão dos atletas com “deficiência”: uma categoria de análise dos 31º jogos intermunicipais do Rio Grande do Sul**. In: Revista Corpo em Movimento, v. 1, nº 1, p. 117, outubro/2003.

MANDEL, Ernest. **Introdução ao marxismo**. São Paulo: Renascença, 1989.

MARCHI Jr., Wanderley . **Bourdieu e a teoria do campo esportivo** In: LUCENA, Ricardo; PRONI, Marcelo. Esporte: história e sociedade. Campinas: Autores associados, 2002.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MEZZADRI, Fernando M. **Algumas reflexões sobre as políticas públicas de esporte e lazer no Brasil**. Revista Synopsis, Curitiba, v. 7, n. 7, p. 113 -117. 1996.

PINTO, Leila M. S. de M. **Políticas Públicas de Esporte e Lazer: caminhos participativos** In: Revista Motrivivência, ano X, nº 11, p. 45 - 68, setembro/1998.

PONT, Raul. **Democracia, participação, cidadania: uma visão de esquerda**. Porto Alegre: Palmarinca, 2000.

RIETH, Fernando B. **A implementação dos Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul no período de 1999 a 2002: Uma análise a partir da teoria dos campos de Pierre Bourdieu**. In: Congresso Sulbrasileiro de Ciências do Esporte, 2., 2004, Criciúma. Anais... Criciúma: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2004.

\_\_\_\_\_. **Jogos Intermunicipais do Estado do Rio Grande do Sul: construção da proposta de 1999**. In: XVIII Simpósio Nacional de Educação Física, 1999, Pelotas. Anais... Pelotas: ESEF/UFPEL, 1999, p. 303.

\_\_\_\_\_. **Jogos Intermunicipais do Estado do Rio Grande do Sul: jogos da participação popular**. In: II Seminário de Políticas Públicas em Esporte e Lazer, 2002, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer de Porto Alegre/RS, 2002, p. 54-55.

\_\_\_\_\_. **Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul: Uma análise do processo de mudanças ocorridas no período de 1999 a 2002**. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte/ Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 14/1., 2005, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2005, p. 267.

\_\_\_\_\_. **Os Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul no contexto das políticas públicas esporte e lazer no período de 1999 a 2002**. In: IV Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer, 2004, Caxias do Sul. Anais... Caxias do Sul: Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Caxias do Sul/RS e Faculdade da Serra Gaúcha, 2004, p. 85.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Departamento de Desportos. Jogos intermunicipais do rio grande do sul. Boletim dos XXIX**. Santa Maria, 1997.

\_\_\_\_\_. **Departamento de Desportos. Jogos intermunicipais do rio grande do sul. Boletim dos XXX**. São Leopoldo, 1998.

\_\_\_\_\_. Departamento de Desportos. **Projeto dos jogos intermunicipais do rio grande do sul.** Porto Alegre, 1999.

\_\_\_\_\_. Departamento de Desportos. **Regulamento geral dos 31º jogos intermunicipais do rio grande do sul.** Porto Alegre, novembro, 1999.

\_\_\_\_\_. Departamento de Desportos. **Regulamento geral dos XXX jogos intermunicipais do rio grande do sul.** Porto, setembro, 1998.

\_\_\_\_\_. Departamento de Desportos. **Projeto e ações.** Porto Alegre, janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_. Departamento de Desportos. **Construindo as olimpíadas participativa outros 500.** Porto Alegre, julho, 2000.

\_\_\_\_\_. Departamento de Desportos. **Plano estadual de desenvolvimento do esporte e lazer.** Porto Alegre, julho, 2000.

\_\_\_\_\_. Departamento de Desportos. **Projetos e ações.** Porto Alegre, janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_. Departamento de Desportos. **Projeto de regionalização dos municípios.** Porto Alegre, março, 2000.

STIGGER, Marco P. **Administração de parques públicos e democracia: um estudo de caso na área de políticas públicas para o lazer numa perspectiva democrática.** Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 1992. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós Graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1992.

\_\_\_\_\_, **Relações entre o esporte de rendimento e o esporte da escola.** Revista Movimento. Porto Alegre: ESEF/UFRGS, n.14, 2001.

\_\_\_\_\_, Marco P. **Esporte, lazer e estilos de vida: um estudo etnográfico.** Campinas: Autores Associados, 2002.

\_\_\_\_\_, Marco P. **Educação física, esporte e diversidade.** Campinas: Autores Associados, 2005.

TAYLOR, S.J.; BOGDAN, R. **Introducción a los métodos cualitativos de investigación: la búsqueda de significados.** Barcelona: Paidós, 1987.

THOMAZ, Florismar O. **A gestão do esporte e lazer: direitos humanos ou necessidades sociais?** In: Seminário estadual de esporte e lazer, 1., 2000, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: Departamento de desportos, governo do Rio Grande do Sul, 2000, p. 9.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

TUBINO, Manoel J.G. **Dimensões sociais do esporte.** São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1992.

VAZ, Alexandre F. **Técnica, esporte, rendimento.** In: Movimento, Porto Alegre, n. 14, p. 87-99, 2001b.

\_\_\_\_\_, **Políticas públicas para o esporte o lazer em Santa Catarina: reflexões e considerações.** In: Revista da Educação Física/UEM, Maringá, v. 12, n. 1, p. 98-96, 2001a.

VERONEZ, Luiz F. C. **Quando o Estado joga a favor do privado: as políticas de esporte após a Constituição Federal de 1998.** Campinas: UNICAMP, 2005. 376 f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Programa de Pós Graduação em Educação Física, UNICAMP, Campinas, 2005.

ZERO HORA. **Não abriremos as torneiras às federações.** Porto Alegre, 29 de jan. 1999. Caderno de Esportes, p. 72.

\_\_\_\_\_. **Time profissional fica de fora.** Porto Alegre, 29 de nov. 1999, p. 11.

**ANEXOS**

**ANEXO 1**

Porto Alegre, 19 de Agosto de 2005

Ao Centro de Memória da Escola de Educação Física da UFRGS – CEME

Prezada Coordenadora,

Venho por intermédio deste solicitar a esta coordenação a possibilidade de realizar algumas visitas ao CEME no intuito de localizar possíveis documentos que me auxiliem na pesquisa que estou realizando. Sou aluno do curso de mestrado do PPGCMH/UFRGS, sendo orientado pelo professor Dr. Marco Paulo Stigger. O tema de minha investigação trata dos Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul – JIRGS, a partir da sua implementação no período de 1999 à 2002.

Na medida em que o prazo para conclusão desta pesquisa está se encerrando, gostaria de receber um retorno desta solicitação o mais breve possível. Sendo que seria isto para o momento, despeço-me,

Atenciosamente,

---

Fernando Bruno Rieth

M.D. Profª Drª Silvana Vilodre Goellner

Coordenadora do Centro de Memória da ESEF/UFRGS



## ANEXO 2

<b>QUADRO 1</b>		
<b>DOCUMENTOS DO TIPO OFICIAL (DO)</b>		
<b>TÍTULO</b>	<b>AUTORIA</b>	<b>ANO</b>
Proposta para a Educação Física, Esporte e Lazer no Governo da Frente Popular	Coletivo de Educação Física, Esporte e Lazer	1998
Sugestões para a formulação de políticas públicas para a educação física, esporte e lazer	DESP/SE	1999
As Políticas Sociais no Governo Democrático-Popular/Afirmação de Direitos e Inclusão Social.	Governo do Estado do RS	1999
Fazendo acontecer/ V Semana estadual da pessoa portadora de deficiência	FADERS	1999
Fazendo acontecer/ Política Pública estadual para PPDs e PPAHs	FADERS	1999
Ações prioritárias do Governo Democrático Popular/ Contribuindo para aprimorar o Método	Secretaria da Coordenação e Planejamento	1999
Proposta para avaliação do primeiro ano da gestão do Governo Democrático-Popular	Secretaria da Coordenação e Planejamento	1999
Balanço dos primeiros seis meses de Governo	Governo do Estado do RS	1999
Estratégia de desenvolvimento econômico do Governo Democrático Popular do Rio Grande Sul/Texto para discussão.	Governo do Estado do RS	2000
Estratégia de desenvolvimento econômico	Governo do Estado do RS	2000
Coordenação e controle das prioridades e ações estratégicas do Governo.	Governo do Estado do RS	2000
Sistematização do Seminário de estudos e projetos em políticas públicas/Porto Alegre	Governo do Estado do RS	2000
Projeto de Governo	Governo do Estado do RS	2000
Diagnóstico da Educação e Diretrizes para o ano 2001	Secretaria da Educação/SE	2000
Departamento de Desportos/DESP – Folder institucional	DESP/SE	2000
Seminário Estadual de Esporte e Lazer	DESP/SE	2000
A política social no governo Democrático e Popular do Rio Grande do Sul	Governo do Estado do RS	2001
Esporte 2002/ Uma parceria de sucesso	SESC/RS-FUNDERGS	2002

Elaboração Orçamento 2003/Prioridades do tema: Esporte e Lazer	Gabinete de Relações Comunitárias e Gabinete de Orçamento e Finanças	2002
Orçamento Participativo/Processo em 2002	Gabinete de Relações Comunitárias e Gabinete de Orçamento e Finanças	2002
Orçamento Participativo/Orientações para propostas, debates e votações nas Assembléias 2002	Gabinete de Relações Comunitárias e Gabinete de Orçamento e Finanças	2002
Centro Público de esporte e lazer do Rio Grande do Sul – Marco Conceitual	DESP/SE	S/D
Reflexão sobre a Gestão do Lazer e Esporte	DESP/SE	S/D
Proposta de Governo do Rio Grande do Sul	Secretaria da Educação	S/D
Subsídios para encontro com Deputados Estaduais	DESP/SE	S/D
Proposta de Seminário de Avaliação dos Eventos e Ações/Programa de Formação	DESP/SE	S/D

## ANEXO 3

<b>QUADRO 2</b>		
<b>DOCUMENTOS DO TIPO NÃO OFICIAL (DNO)</b>		
<b>TÍTULO</b>	<b>AUTORIA</b>	<b>ANO</b>
Ijuí aposta em classificação nos JIRGS	HORA H	1999
Porto Alegre, a vencedora dos JIRGS	CORREIO DO POVO	1999
“Os JIRGS são para todos”	DIÁRIO DE GRAVATAÍ	1999
Desp promove reunião para apresentar novo anteprojeto/JIRGS	DIÁRIO DA MANHÃ/PELOTAS	1999
Escola: espaço coletivo	JORNAL DA EDUCAÇÃO/SE	1999
Time profissional fica de fora	ZERO HORA	1999
Vereadores criticam descaso ao esporte	CORREIO DO POVO	1999
Vereador condena o bloqueio do Cete	CORREIO DO POVO	1999
Vereador do PDT é contra a chefia do Desp	CORREIO DO POVO	1999
Bolsas olímpicas em debate na Cece	CORREIO DO POVO	1999
Vereador critica a direção a direção do DESP/SE	CORREIO DO POVO	1999
Olívio homenageou atletas gaúchos	A VOZ DO AMADOR	1999
Desp apresenta as suas propostas	CORREIO DO POVO	1999
Desp justifica suspensão das bolsas olímpicas	CORREIO DO POVO	1999
Gravataí e Porto Alegre vão sediar finais dos JIRGS/99	A VOZ DO AMADOR	1999
Porto Alegre mantém supremacia nos JIRGS	A voz do Amador	1999
E chega ao final a 31ª edição dos Jirgs	CORREIO DO POVO	1999
JIRGS com record de participantes	JORNAL DA AZENHA	1999
Bombeiro	CORREIO DO POVO	1999
Desp prepara incentivo ao esporte de rendimento	GOOOL	1999
Geral/Informe de ensino- JIRGS	ZERO HORA	2000
Falta de dinheiro determina mudanças nos JIRGS/2000	A VOZ DO AMADOR	2000
Clubes formam atletas submissos	CORREIO DO POVO	2002

## ANEXO 4

<b>QUADRO 3</b>		
<b>DOCUMENTOS DO TIPO TÉCNICO (DT)</b>		
<b>TÍTULO</b>	<b>AUTORIA</b>	<b>ANO</b>
Coordenadoria do esporte de rendimento/Planejamento para o ano 2000	DESP/SE	1999
Sistematização do I Seminário de Avaliação política do Desp	DESP/SE	1999
Roteiro da reunião com os municípios do estado do Rio Grande do Sul/JIRGS	DESP/SE	1999
Relatório do lançamento regional dos JIRGS em Pareci Novo	DESP/SE	1999
Relatório do lançamento regional dos JIRGS em Vacaria	DESP/SE	1999
Relatório do lançamento regional dos JIRGS em Pelotas	DESP/SE	1999
Relatório do lançamento regional dos JIRGS em Canela	DESP/SE	1999
Reunião com associação dos municípios da região do litoral norte/AMLINORTE	DESP/SE	1999
Lista de presença da reunião com os coordenadores microrregionais	DESP/SE	1999
Lista de presença da reunião com equipe organizadora dos JIRGS	DESP/RS	1999
Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul/Regulamento	DESP/SE	2000
Execução financeira dos JIRGS/2000	DESP/SE	2000
Projeto JIRGS/2000	DESP/SE	2000
Fórum dos JIRGS	DESP/SE	2000
Sistematização da reunião de construção dos 32º JIRGS	DESP/SE	2000
Seminário Olimpíadas Participativas Outros 500: Esporte e lazer – 500 anos de exclusão	DESP/SE	2000
Seminário de avaliação 31º JIRGS	DESP/SE	2000
Seminários de avaliação/projetos 2000	DESP/SE	2000
2ª reunião com os municípios do Rio Grande do Sul	DESP/SE	2000
Plano de execução técnica e financeira dos Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul	DESP/SE	2001
Projeto Financeiro/ 33ª JIRGS	DESP/SE	2001
Projeto técnico/ 33ª JIRGS	DESP/SE	2001
Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul/Regulamento Geral	FUNDERGS	2002
34º Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul/Avaliação quantitativa	FUNDERGS	2002

## ANEXO 5

<b>QUADRO 4</b>		
<b>DOCUMENTOS NÃO IMPRESSOS (DNI)</b>		
<b>TÍTULO</b>	<b>AUTORIA</b>	<b>ANO</b>
JIRGS – AUDIOVISUAL/ 2MINUTOS	DESP/SE	1999
Plano de execução técnica financeira dos JIRGS/2001, regulamento dos JIRGS, logomarca dos JIRGS, endereços (premiação e material esportivo) – Disquete.	DESP/SE	2000
Relatórios Municípios do Rio Grande do Sul – CD ROOM.	DESP/SE	2001
Plano de execução técnica financeira dos JIRGS/2001.	DESP/SE	2001
Planejamento 2002, cronograma das ações, 2002, relação do material de divulgação para 2002 – Disquete.	FUNDERGS	2002
Análise Técnica - Disquete	FUNDERGS	2002
II Encontro de estudos e projetos em políticas públicas – Disquete	DESP/SE	S/D

**ANEXO 6**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO MOVIMENTO HUMANO**

**TERMO DE CONSENTIMENTO E DECLARAÇÃO DO/A PARTICIPANTE**

Com a intenção de aprofundar o conhecimento na linha de pesquisa sobre as representações sociais do movimento humano do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pretendo conduzir esta investigação levando em conta as políticas públicas em esporte e lazer, como norteadoras de programas e projetos voltadas para o desenvolvimento da área social.

A partir destes aspectos, o objetivo desta pesquisa será compreender o processo de mudanças ocorridas nos Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul – JIRGS – no período de 1999 a 2002, ou seja, compreender as repercussões e acontecimentos protagonizados pelos agentes e instituições envolvidas nos jogos. Os instrumentos metodológicos deste estudo envolvem inicialmente a análise de documentos produzidos no referido período, e em um segundo momento a entrevista semi-estruturada, a qual realizaremos com o devido consentimento do participante. As informações serão gravadas e posteriormente transcritas, para que então, a partir da aprovação final pelo mesmo, possamos utilizá-las em nosso estudo. Todos os dados serão confidenciais, bem como a instituição e identidade do participante serão preservadas.

**DECLARAÇÃO DO/A PARTICIPANTE**

Eu \_\_\_\_\_ após ter lido as informações oferecidas acima, e tendo sido esclarecido sobre o estudo proposto, estou de acordo em participar desta entrevista.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2005.

---

Assinatura do/a colaborador/a

## ANEXO 7

### UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO MOVIMENTO HUMANO

#### ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA (GRUPO 1 GESTOR ESTADUAL – PERÍODO 1999 À 2002)

##### Apresentação

- 0. Qual é o teu nome?
- 0. Quantos anos têm?
- 0. Qual é a tua profissão? Em que trabalhas atualmente?
- 0. Qual era a atividade profissional que desempenhavas a partir de 1999?
- 0. Quanto tempo ficou responsável pela direção do DESP?
- 0. Quais eram as tuas atribuições no (como diretor do) DESP?
- 0. Gostaria de acrescentar algo mais nesta apresentação?

##### Perguntas gerais sobre a política de esporte e lazer

- 0. Conte-nos um pouco sobre a política de esporte e lazer (projetos e ações) implementada pela Frente Popular (Desp/Fundergs) quando assumiu o Governo do Estado em 1999?
- 0. Gostaria de destacar alguma destas ações realizadas durante a sua gestão?
- 0. Foram localizados vários documentos produzidos pelo DESP/FUNDERGS durante o período de 1999 a 2002. Alguns destes documentos destacavam as diretrizes e eixos que orientavam a política de esporte e lazer proposta na época. Fale-nos um pouco sobre estes princípios ou eixos norteadores das políticas de esporte e lazer?
- 0. Outros documentos, por sua vez, diagnosticavam dificuldades do órgão gestor em desenvolver as políticas setoriais para a referida área. Quais eram as maiores dificuldades enfrentadas na implementação destas políticas?
- 0. Quais eram os interlocutores que dialogavam com o DESP na definição e implementação das políticas de esporte e lazer?
- 0. Entre estes interlocutores, havia/m algum/ns que resistiam ao projeto político do DESP? Quem? Porque?
- 0. Constatou-se na coleta de documentos realizada até então, que o DESP/FUNDERGS realizou vários encontros/reuniões com os segmentos identificados com o esporte e o lazer no estado. Quais eram os objetivos destes encontros? Como era a receptividade e participação destes grupos nestes encontros?
- 0. Gostaria de acrescentar algo mais nesta parte?

##### Perguntas específicas sobre os JIRGS

- 0. O que são os JIRGS? De uma forma geral e histórica fale-nos brevemente sobre estes jogos, preferencialmente antes de 1999?
- 0. E os JIRGS no período de 1999 a 2002? O que significavam estes jogos na vida esportiva do estado naquele período? Quais foram às características dos jogos? Como foram construídos ou reconstruídos? Quais foram os maiores destaques na implementação deste projeto? Quem foram os principais protagonistas? Quais foram às mudanças mais significativas? Havia alguma definição ou interesse do DESP que seus projetos, em específico os JIRGS, estivessem sintonizado com a política mais geral de governo da Frente Popular, em particular com os três principais eixos definidos pelo governo: radicalização da democracia, inversão de prioridades e inclusão social?
- 0. Em um dos documentos analisados até então – refiro-me ao “briefing que originou a logomarca dos JIRGS”-, destacam-se vários elementos que refletiam formas de compreensão do esporte e do lazer. Neste documento, há referência que os JIRGS até então, reproduzia “moldes do Esporte de Rendimento

(seletivo, discriminador, nível técnico elevado, etc.)”. Outra preocupação analisada no documento destaca uma preocupação do órgão gestor com a representação de figuras femininas e masculinas que legitimem uma única forma de se vivenciar a masculinidade e feminilidade. Estas questões repercutiram na criação da marca e na implementação dos jogos?

0. Entre as mudanças ocorridas, os documentos analisados destacam as seguintes: A) em relação aos JIRGS de 1998 foram retiradas dos jogos as seguintes modalidades: ginástica, tênis, patinação, ciclismo, vela, canoagem, remo e tiro. Algumas Federações, como, por exemplo, a de Canoagem questionou a decisão através do ofício 147/99. Quais foram os critérios para esta decisão? B) Outra mudança que repercutiu, principalmente, a partir dos meios de comunicação (jornais – Zero Hora de 29/11/99, pg. 11 – “Time profissional fica de fora – a participação de atletas federados é proibida em algumas modalidades”. – Correio de Gravataí de 09/11/99, “Os JIRGS são para todos”) foi a restrição na participação de atletas federados nos jogos. Explique as razões para esta restrição e quais foram às resistências e repercussões desta mudança em sua implementação? C) Uma outra proposta verificada no projeto dos JIRGS foi a participação das pessoas portadoras de deficiência. Conte-nos um pouco sobre esta iniciativa? D) Em 2000 e 2001 os jogos foram regionalizados, não ocorrendo uma final estadual. Quais os motivos para esta mudança? Já na edição de 2002 os jogos retornaram ao mesmo modelo de 1999? Quais as razões desta mudança? Gostaria de destacar mais algumas mudanças ocorridas nos jogos?

0. De que forma repercutiu estas mudanças? Houve resistências e disputas nestas mudanças? Em caso afirmativo, de onde elas partiam?

0. Gostaria de acrescentar algo mais nesta parte?



## ANEXO 8

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO MOVIMENTO HUMANO**  
**ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA**  
**(GRUPO 2 GESTOR MUNICIPAL – PERÍODO 1999 À 2002)**

### Apresentação

- 0. Qual é o teu nome?
- 0. Quantos anos têm?
- 0. Qual é a tua profissão? Em que trabalhas atualmente?
- 0. Qual era a atividade profissional que desempenhavas no período de 1999 a 2002 em seu município?
- 0. Quanto tempo ficou responsável por esta atividade?
- 0. Quais eram as suas atribuições nesta função?
- 0. Gostaria de acrescentar algo mais nesta apresentação?

### Perguntas gerais sobre a política de esporte e lazer

- 0. Conte-nos um pouco sobre a política de esporte e lazer (propostas, projetos e ações) implementados pelo DESP/FUNDERGS no período de 1999 a 2002?
- 0. Gostaria de destacar alguma destas ações realizadas durante este período?
- 0. Foram localizados vários documentos produzidos pelo DESP/FUNDERGS durante o período de 1999 a 2002. Alguns destes documentos destacavam as diretrizes e eixos que orientavam a política de esporte e lazer proposta na época. Fale-nos um pouco sobre estes princípios ou eixos norteadores das políticas de esporte e lazer?
- 0. Outros documentos, por sua vez, diagnosticavam dificuldades do órgão gestor em desenvolver as políticas setoriais para a referida área. Estas dificuldades ocorreram?
- 0. Quais eram os interlocutores que dialogavam com o DESP na definição e implementação das políticas de esporte e lazer?
- 0. Entre estes interlocutores, havia/m algum/ns que apoiavam e/ou resistiam ao projeto político do DESP? Porque?
- 0. Constatou-se na coleta de documentos realizada até então, que o DESP/FUNDERGS realizou vários encontros/reuniões com os segmentos identificados com o esporte e o lazer no estado. Quais eram os objetivos destes encontros? Como era a receptividade e participação de seu município nestes encontros? O que era discutido nestes encontros?
- 0. Como era a relação estabelecida entre o DESP e seu município? A política pública proposta pelo DESP/FUNDERGS estava em sintonia com o projeto que o seu município desenvolvia no período?
- 0. Gostaria de acrescentar algo mais nesta parte?

### Perguntas específicas sobre os JIRGS

- 0. O que são os JIRGS? De uma forma geral e histórica fale-nos brevemente sobre estes jogos, preferencialmente antes de 1999?
- 0. E os JIRGS no período em que esteve à frente da coordenação da área de esporte e lazer de seu município? O que significavam estes jogos na vida esportiva do município no período de 1999 a 2002? Quais foram às características dos jogos? Como foram construídos ou reconstruídos? Quais foram os maiores destaques na implementação deste projeto? Quem eram os principais protagonistas dos jogos? Quais foram às mudanças mais significativas?
- 0. Havia alguma definição ou interesse do DESP que seus projetos, em específico os JIRGS, estivessem sintonizado com a política mais geral de governo da Frente Popular, em particular com os três principais eixos definidos pelo governo: radicalização da democracia, inversão de prioridades e inclusão social?
- 0. O seu município questionava alguma destas mudanças realizadas nos jogos?

0. Entre as mudanças ocorridas, os documentos analisados destacam as seguintes: A) em relação aos JIRGS de 1998 foram retiradas dos jogos as seguintes modalidades: ginástica, tênis, patinação, vela, canoagem, remo e tiro. Algumas Federações, como, por exemplo, a de canoagem questionou a decisão através do ofício 147/99. Quais foram os critérios para esta decisão e qual era a posição de seu município? B) Outra mudança que, repercutiu, principalmente, nos meios de comunicação (jornais – Zero Hora de 29/11/99, pg. 11 – “Time profissional fica de fora – a participação de atletas federados é proibida em algumas modalidades”. – Correio de Gravataí de 09/11/99, “Os JIRGS são para todos”) foi a restrição na participação de atletas federados nos jogos. Explique as razões e repercussões para esta restrição? C) Uma outra proposta verificada no projeto dos JIRGS foi a participação das pessoas portadoras de deficiência. Conte-nos um pouco sobre esta iniciativa? D) Em 2000 e 2001 os jogos foram regionalizados, não ocorrendo uma final estadual. Quais os motivos para esta mudança? E) Nos JIRGS em 2002, ocorreram outras mudanças. Uma das alterações foi o retorno dos atletas federados nos jogos. Comente um pouco esta mudança? Gostaria de destacar mais algumas mudanças ocorridas nos jogos?
0. De que forma repercutiu as mudanças realizadas nos jogos?
0. Gostaria de acrescentar algo mais nesta parte?

## ANEXO 9

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO MOVIMENTO HUMANO  
ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA  
(GRUPO 3 FEDERAÇÕES ESPORTIVAS – PERÍODO 1999 À 2002)**

### **Apresentação**

- 0. Qual é o seu nome?
- 0. Quantos anos têm?
- 0. Qual é a sua profissão? Em que trabalha atualmente?
- 0. No período de 1999 a 2002, qual era a sua função profissional?
- 0. Quais eram as atividades da Federação, e também, as atividades na Universidade?
- 0. Gostaria de acrescentar algo mais nesta apresentação?

### **Perguntas mais gerais sobre a política de esporte e lazer**

- 0. Em 1999, a Frente Popular assumiu o governo do Rio Grande do Sul, permanecendo no poder até 2002, ou seja, um mandato de quatro anos? Como era a política de esporte e lazer desenvolvida nesta época pelo DESP/FUNDERGS?
- 0. Qual era a posição/opinião da Federação sobre esta política?
- 0. Qual era a repercussão desta política entre as Federações e seus associados?
- 0. Como era a relação da Federação com o DESP/FUNDERGS?
- 0. Na sua opinião qual deve ser a relação do poder público com as Federações esportivas?
- 0. O DESP realizou alguns encontros/reuniões com as Federações esportivas. Quais eram os assuntos tratados nestes encontros? Quais eram os objetivos destes encontros?
- 0. Gostaria de acrescentar algo mais nesta parte?

### **Perguntas mais específicas sobre os JIRGS**

- 0. Se as questões respondidas anteriormente tratavam sobre a política mais geral implementada pelo DESP/FUNDERGS, neste próximo bloco de perguntas, trataremos especificamente de uma destas políticas, ou seja, conversaremos sobre os Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul. De uma forma geral, fale-nos um pouco sobre os JIRGS, preferencialmente antes de 1999?
- 0. Para o senhor e a Federação, o que significavam e/ou significam estes jogos desde a sua criação? Fale-nos um pouco dos JIRGS de 1999 a 2002? A realização dos jogos ocorreu de forma semelhante em relação aos anos anteriores, ou houve algo de diferente na implementação dos jogos a partir de 1999?
- 0. Qual era a participação (esportiva, administrativa, organizativa) da Federação nestes jogos? A partir de 1999 a modalidade de (*ginástica, canoagem, vela, tiro, patinação, tênis e remo*), foram retiradas dos jogos? Quais foram as razões do DESP/FUNDERGS para a retirada destas modalidades dos jogos, e como repercutiu esta decisão entre os municípios, clubes e atletas? Qual era a sua opinião/posição sobre esta decisão?
- 0. Outra mudança verificada nas edições dos JIRGS 99, 00 e 01 foi à restrição na participação de atletas federados (nas modalidades de voleibol, futsal, basquetebol e handebol) nos jogos. Qual era a sua opinião sobre esta decisão?
- 0. Alguns documentos e o próprio projeto dos JIRGS durante a gestão de 1999 a 2002 apresentavam um discurso com relação a política de inclusão no esporte. No caso específico dos jogos, o DESP/FUNDERGS oportunizou a participação de atletas portadores de deficiência em algumas modalidades. Qual era a opinião da Federação diante desta iniciativa?
- 0. Em 2000 e 2001 os jogos ocorreram de forma descentralizada, ou seja, houveram várias finais regionais no estado, sendo extinta a fase final que normalmente era realizada em um único município-sede. Os documentos consultados apontam que o argumento do DESP para esta mudança era resultado de uma dificuldade muito grande dos municípios se deslocarem com seus atletas, pois estes eram responsáveis pelas despesas de transporte, alimentação e muitas vezes hospedagem. Qual era a sua opinião sobre esta mudança?
- 0. De que forma as Federações eram informadas e participavam destas mudanças nos jogos? Havia algum descontentamento das Federações com relação a estas mudanças? Como reagiram?
- 0. Gostaria de acrescentar algo mais nesta parte?

## ANEXO 10



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
 ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA  
 CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE  
 CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS  
 SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu,

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_ domiciliado (a) e residente na cidade de \_\_\_\_\_, declaro, ceder ao Centro de Memória do Esporte da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao projeto de autoria de Fernando Bruno Rieth, denominado: Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul – JIRGS: Uma análise do processo de mudanças ocorridas no período de 1999 à 2002.

O Centro de Memória do Esporte fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de sua integridade e indicação da fonte e autor.

Porto Alegre , de de 2005

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do/a Colaborador/a

## ANEXO 11



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA  
CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE

### CARACTERIZAÇÃO

O Centro de Memória do Esporte (CEME) foi implantado em dezembro de 1996, na Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com o objetivo de reconstruir, preservar e divulgar a memória do esporte, educação física, lazer e dança no Brasil. Para tanto, são desenvolvidos projetos de pesquisa histórica, exposições, mostras fotográficas, oficinas, palestras entre outras.

Constitui-se, fundamentalmente, como um espaço pedagógico cujo acervo é disponibilizado para consulta por parte de pesquisadores, acadêmicos, escolares, jornalistas e comunidade em geral que estejam desenvolvendo projetos científicos e culturais sem fins lucrativos ou que apresentem interesse em conhecer a história das práticas corporais e esportivas brasileiras.

Os depoimentos e os documentos cedidos ao CEME são catalogados e passam a fazer parte de seu acervo. Quando consultados só podem ser citados respeitando a sua integridade bem como a indicação da fonte de origem.

Para maiores informações através da home-page: [www.ufrgs.br/esef/ceme](http://www.ufrgs.br/esef/ceme) ou através do e-mail [ceme@esef.ufrgs.br](mailto:ceme@esef.ufrgs.br)